

JOSIANE APARECIDA FRANZÓ

PERFIS FEMININOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA EM
ROMANCES DE MACEDO, ALENCAR E DO JOVEM
MACHADO

FLORIANÓPOLIS
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

JOSIANE APARECIDA FRANZÓ

PERFIS FEMININOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA EM
ROMANCES DE MACEDO, ALENCAR E DO JOVEM
MACHADO

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. João Hernesto Weber

FLORIANÓPOLIS
2009

À minha família maravilhosa, presente de Deus.

Agradeço, primeiramente, ao Juan Carlos, meu companheiro de jornada que, com seu amor, apoio e dedicação, tem sido o alicerce da minha vida.

Aos meus filhos Rubén, Camila e minha mãe Maria Teresa, motivos de alegria e razões da minha luta.

Ao Prof. Dr. João Hernesto Weber, pela forma segura, serena e principalmente generosa com que conduziu a orientação deste mestrado, pelo diálogo sempre aberto, pelos inúmeros conselhos, e acima de tudo pelo respeito que sempre demonstrou por minhas idéias e opiniões.

À Prof^a. Dr^a. Marly Catarina Soares, por me mostrar o quanto devemos ser determinados naquilo que nos propomos.

Ao Prof. Dr. Ubirajara Araújo Moreira, por suas aulas apaixonantes que despertaram em mim, o gosto pela Literatura.

À Prof^a. Luísa Cristina dos Santos Fontes, o ser humano mais doce que conheci em minha vida.

À Prof^a. Dr^a. Tânia Regina Oliveira Ramos, poço de conhecimento e poço de sensibilidade, dona de uma memória absurda.

À Prof^a. Dr^a. Rosana Cássia Kamita, que juntamente com a Prof^a. Dr^a. Tânia Regina Oliveira Ramos, fez parte da minha banca de qualificação, onde pode me auxiliar com sugestões determinantes para o avanço da minha dissertação.

À Elba, pelo caloroso acolhimento na UFSC, e por sua dedicação inquestionável para cada aluno da pós.

À Mauren, por compartilhar comigo seus conhecimentos e me presentear com sua amizade sincera e apoio incondicional.

À Crisinha, minha fiel escudeira de tantos anos.

Às inúmeras pessoas que, de uma forma ou de outra, acompanharam esta fase intensa da minha vida, sempre me apoiando e, o mais importante, que não desistiram de mim neste longo período de ausência.

“O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”.

(Machado de Assis)

RESUMO

Esta dissertação tem como proposta pesquisar a representação da sociedade oitocentista brasileira através de perfis femininos presentes na literatura da época. Para tanto, escolhemos três personagens centrais de romances de Alencar, Macedo e do jovem Machado, sendo uma de cada autor. O ponto de partida para esta investigação foi compreender a sociedade que se formou a partir da Independência. O ideal de modernidade desta sociedade, o sistema escravista vigente e a contradição entre modernização e escravidão tecem o pano de fundo em que movem as personagens analisadas e a própria forma romanesca no Brasil. O ideal de uma literatura genuinamente brasileira, as dificuldades de ajuste entre matéria “local” e formas importadas, bem como o abasileiramento do romance, são, neste trabalho, motivos constantes de reflexão.

Palavras-chave: Século XIX. Sistema escravista e idéias francesas. Identidade e literatura nacional. Mulheres.

RÉSUMÉ

Cet étude se propose comprendre la représentation de la société du XIXème siècle brésilienne à partir des profils féminines présentés dans la littérature de l'époque. On a choisi trois personnages centrales des romans d'Alencar, Macedo et du jeune Machado, en ayant une de chaque auteur. Le point de départ de cet investigation a été comprendre la société qui s'est formée dès l'indépendance. L'idéal de modernité de cette société, le système esclavagiste en vigueur et la contradiction entre la modernisation et l'esclavage donnent la base dans lequel emmenent les personnages analysés et la façon romanesque au Brésil. Le rêve d'une littérature si brésilienne, les difficultés de règlement de la matière « locaux » et les formes importés autant que « l'abrasileiramento » du roman ce sont des sujets de réflexion permanents de notre travail.

Mots-clés: XIXème siècle. Système esclavagiste et des idées françaises. Identité et littérature nationale. Femmes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
O BRASIL DO SÉCULO XIX	16
1.1 Uma identidade para a nova nação	16
1.2 O Brasil no Segundo Reinado	26
1.3 A sociedade do Império	30
CAPÍTULO II	
<i>A MORENINHA</i> : sobre mulheres e para mulheres	35
2.1 A brasileira Moreninha	52
2.2 Mulheres de “ <i>A Moreninha</i> ”: loiras, morenas e pálidas	58
CAPÍTULO III	
LÚCIA: uma cortesã no Império	66
CAPÍTULO IV	
<i>A MÃO E A LUVA</i> e os pobres de nascimento	94
4.1 Uma inglesa entra em cena	98
4.2 A ascensão social e as relações de favor	105
4.3 Ainda o “favor”	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

No Brasil, a independência política foi conquistada quando, em um golpe arquitetado pela aristocracia, D. Pedro se declara o primeiro imperador do país, inaugurando, assim, uma nova nação nos trópicos, livre da metrópole portuguesa. Todavia, a independência cultural não se deu no mesmo período. Ela foi sendo adquirida gradualmente, com muito esforço e comprometimento por parte de um grupo empenhado, entre outras coisas, na construção de uma literatura de fato brasileira, produto de uma identidade nacional¹.

Não pretendo aqui, me estender sobre como se deu o processo de construção da identidade cultural do país, nem tampouco debater as questões polêmicas acerca das contradições que se desencadearam antes, durante e depois desse processo. Mas entendendo que a literatura colaborou no processo de nacionalização do país - assim como a busca da afirmação nacional deu suporte à escola romântica, num movimento em que uma dependia e reforçava a outra – creio ser importante, antes de mais nada, apresentar algumas considerações de alguns críticos e autores sobre como se deu essa construção da nacionalidade tanto no campo social como literário.

José Veríssimo² diz que independente e constituído, desenvolvendo-se menos adstrito à exclusiva influência da Metrópole e ao seu absorvente predomínio, entra o país a experimentar o influxo de outras e melhores culturas. O maior de todos, porém, segundo Veríssimo, não será externo, mas o sentimento nacional afinal consciente: o desvanecimento da sua independência, da sua maioria de povo, das suas possibilidades de crescimento com as suas promissoras esperanças de futuro. Por isso a literatura imediatamente posterior à Independência é ostensivamente, intencionalmente nacionalista e patriótica, conforme afirma o crítico.³

¹ CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

² VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

³ Idem.

O crítico denominou de *a primeira geração romântica* o grupo de homens de estudo e letras que testemunhou, acompanhou e até fomentou ou promoveu os sucessos da independência política do Brasil. Salienta ainda que esses escritores, influenciados pelo Romantismo europeu e seguindo-lhe aqui os ditames, apareceram de 1836 em diante e cuja atividade se dilatou por um quarto de século, dando à recente nação o abono indispensável da sua capacidade de cultura. Mas a busca por uma identidade nacional teria um caminho árduo pela frente. Em arte não basta não imitar para ser original, sentencia Veríssimo.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, citado por Wilson Martins⁴, entendia como literatura nacional a literatura no idioma comum, e a literatura brasileira um desdobramento da literatura portuguesa, mas em outro ambiente e circunstâncias históricas. Para Fernandes Pinheiro primeiro se formou uma nação livre e soberana e só depois houve a emancipação do jugo intelectual. Compartilhava desta última opinião de Fernandes Pinheiro, Manuel Pinheiro Chagas, por exemplo, como se pode constatar na obra de Martins.

Para Chagas, o Brasil, mesmo depois de sua emancipação política, seguia passo a passo as transformações da literatura portuguesa. Isso se explicava pelo fato dos corpos dos poetas americanos estarem na terra de Colombo, mas as suas almas estarem na Europa⁵.

Perspectiva semelhante encontra-se nesse texto citado por Martins:

(...) Porque as nossas tradições, os livros com que somos educados na meninice, os modelos que temos à vista são gregos, latinos, ou dos nossos antepassados; nos teatros só vemos coisas do outro continente, ou raquíticas imitações daquelas cenas sociais, políticas e morais; as novelas são européias, e tudo o que nos afaga os sentidos e a mente é ultramarino.⁶

⁴ MARTINS, Wilson. *A crítica Literária no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983, p. 140.

⁵ Idem, p. 146.

⁶ Trecho do ensaio sobre a nacionalidade da literatura de Antônio Deodoro de Pascoal, citado por Wilson Martins. Segundo Martins, além de negar a originalidade às letras norte e hispano-americanas por entender que estas seriam simples imitadoras das respectivas metrópoles, Pascoal reivindicava uma literatura que refletisse o “*espírito da nação*” e o “*espírito do século*”. (MARTINS, Wilson. *A crítica Literária no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983, p. 137 – 138).

Entretanto, o autor começa a perceber certa manifestação nacional no meio literário: “mas há já muitos protestantes entre os homens de letras” e um “espírito protestante literário que começa a brilhar no horizonte pátrio”⁷.

Antonio Candido diz que nesse momento tão particular da nação a literatura se fez linguagem de celebração e terno apego à terra, favorecida pelo Romantismo, com apoio na hipérbole e na transformação do exotismo em estado de alma. O nosso céu era mais azul, as nossas flores mais viçosas, a nossa paisagem mais inspiradora que a de outros lugares⁸. E traduz em poucas palavras o que significou esse movimento:

A idéia de pátria se vinculava estreitamente à da natureza e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social.⁹

Que a escola romântica tivesse, genericamente, como característica a supervalorização do que era nacional é consenso, mas o sucesso dessa exaltação iria depender da existência ou não de uma tradição histórica e literária. O Brasil, nesse caso, não possuía nem uma nem outra. Descoberto há pouco mais de trezentos anos, seu passado histórico era recentíssimo em comparação com outros países onde o Romantismo teve suas origens. Como havia conseguido sua independência pouquíssimo tempo antes de se dar o movimento romântico no país, seu longo período de sujeição a Portugal faria com que recebesse uma literatura pronta, que não era sua, mas imposta pela metrópole, apesar de já na época colonial haver conflitos entre expressões literárias sedimentadas e o desejo de criação de uma literatura autônoma. Ou nas palavras de Afrânio Coutinho:

Desde o começo, no Brasil, a produção literária lutou ante uma alternativa: ou aceitar a tradição alienígena, ou procurar desintegrá-la e abandoná-la, tentando a criação de uma nova consciência e de uma nova tradição. Ante a contingência de povo colonizado por europeus, e não existindo forte tradição autóctone,

⁷ MARTINS, Wilson. *A crítica Literária no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983, p.138.

⁸ CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1987, p. 141.

⁹ Idem.

que pudesse servir de “passado útil” e seminal, os primeiros homens de veleidades literárias não puderam fugir a uma luta, que se passava no seu íntimo, entre uma tradição importada e uma nova tradição de cunho local e nativo que sentiam necessidade de criar. Esse conflito das relações entre a Europa e a América, esse esforço no sentido de se criar uma tradição nova em substituição à antiga de origem européia, marcaram a dinâmica da literatura brasileira desde os primórdios da vida colonial.¹⁰

Conforme Candido, esse dilema que alimentava os escritores desse período, contagiados pelo movimento romântico que provinha da Europa e pelo senso de dever patriótico, se vêem compelidos a produzir uma literatura que representasse a independência literária da pátria-mãe, que colaborasse na construção nacional do país e que exprimisse o orgulho patriótico do povo brasileiro¹¹. Entretanto, como representar o povo brasileiro, um povo sem tradição própria, recém-independente e em processo de criação de sua identidade?

A solução seria resgatar a figura do índio (o “bom selvagem”, o homem não contaminado pela civilização) como herói nacional para que assim fosse possível contornar o problema da ausência de um passado glorioso¹². Todavia, esse resgate viria a despertar críticas inclusive de autores da época. Machado de Assis, em seu artigo *Instinto de Nacionalidade*¹³, afirma que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano e que seria um erro constituir-lo como exclusivo patrimônio da literatura brasileira. Afirma, ainda, que já que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não deveriam se limitar os nossos escritores a essa só fonte de inspiração:

¹⁰ COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d], p. 54.

¹¹ CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

¹² Weber irá dizer que: “Se a natureza, ou mesmo a presença do indígena, poderia facilmente passar por elemento de diferenciação em relação ao **outro**, isto é, em relação a Portugal, e demarcar assim, objetivamente, uma **fronteira** em relação a Portugal, a língua comum constituía-se, ao contrário, em obstáculo à diferenciação, era índice capaz de rebaixar as pretensões à nacionalidade literária e, conseqüentemente, colocar em xeque a própria idéia de **Nação**. Conforme relata Weber, a língua que utilizada por portugueses como critério de identificação entre as literaturas brasileira e portuguesa, sob o signo desta última, precisava ser desqualificada, pelos brasileiros, como critério válido de constituição de identidades. A solução, segundo o autor, foi encará-la (a língua) como veículo, neutro, de diferentes **sentimentos** nacionais. (WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997, p. 39 – 40 – 41).

¹³ ASSIS, Machado de. *Crítica Literária*. São Paulo, W.M. Jackson Inc., 1944, p. 149.

Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto.¹⁴

Consoante a utilização do índio como herói em muitos romances brasileiros da época, como *O Guarani*, *Iracema*, *Ubirajara*, entre outros, assim como em algumas poesias do período romântico; a exaltação na nossa natureza com sua fauna e flora exótica servindo como cenário para essas ficções; ou o pensamento coletivo dos poetas românticos convergirem para essa literatura puramente nacional, o fato é que as formas literárias européias teriam difícil aclimação no Brasil. É o caso do romance. A forma do romance europeu – que tem como base as relações sociais calcadas no liberalismo – chega até nós e encontra aqui uma sociedade baseada nas relações escravistas – senhores/dependentes/escravos, o que forçaria os escritores a buscar um ajustamento que de alguma maneira pudesse dar conta desse descompasso.

É dentro desta perspectiva que se direciona este trabalho que teve como objetivo geral investigar estereótipos femininos românticos e a sua apropriação pelos autores locais, na segunda metade do século XIX, como maneira mais abrangente de analisar o processo de abasileiramento do romance no Brasil. O caminho que procuramos percorrer para alcançar este objetivo foi pesquisar a sociedade brasileira do século XIX, a sociedade do Rio de Janeiro; como esta sociedade está representada nos romances; quais os critérios adotados pela elite brasileira para definir o perfil de raça e de classe social em um Brasil ainda escravista; quais relações de classe predominantes nesse período, os costumes apreendidos com a cultura européia, o padrão de beleza feminino idealizado e expressado nessas obras e, por fim, o processo de abasileiramento do romance.

Produzidos a partir do ponto de vista masculino, os romances que pretendemos investigar neste trabalho possuem em comum a mulher como personagem central.

Para este propósito foram selecionados os romances *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo (Itaboraí – RJ, 24 de junho de 1820 – Rio de Janeiro, 11 de abril de 1882), publicado em 1844; *Lucíola: um perfil de mulher*, de José

¹⁴ MARTINS, Wilson. *A crítica Literária no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

Martiniano de Alencar (Messejana – CE, 1 de maio de 1829 – Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1877), publicado em 1862, e *A mão e a luva*, de Joaquim Maria Machado de Assis (Rio de Janeiro, 21 de junho de 1839 – Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1908), publicado em 1874.

A dissertação se compõe de quatro capítulos. No capítulo I tecemos o panorama político e social do Brasil, da chegada da Família Real até a consciência nacional da necessidade de se criar uma identidade para a nova nação que se formava – levando em conta suas contradições culturais e econômicas. No capítulo II exploramos a importância do romance *A Moreninha* para a literatura brasileira, pela inovação na linguagem, pelo sucesso relâmpago que alcançou e por ser o primeiro romance a ter como personagem feminina principal uma representante da beleza pretensamente local.

No capítulo III buscamos compreender a complexidade da personagem Lúcia, mulher de atitude, que ousa dizer não, com estabilidade financeira – mulher livre, fruto da industrialização e da modernidade que invade o século XIX. Uma modernidade por que o país ansiava, mas ainda não estava preparado para assimilar. Por fim, no capítulo IV, tivemos a pretensão de observar a escalada social exitosa de Guiomar. O Brasil está aberto para novas mudanças, a sociedade até então fechada está pronta para receber aqueles que almejam o luzimento social e põem todo seu talento para sua obtenção. Para completar essa dissertação, fizemos uma comparação entre estas três personagens, levando em consideração o tempo em que foram criadas – de *A Moreninha* ao *A mão e a luva* há um espaço de quarenta anos. Tempo bastante amplo em um século repleto de transformações, não só no Brasil, como no resto do mundo.

Capítulo I

O BRASIL DO SÉCULO XIX



Capítulo I

O BRASIL DO SÉCULO XIX

1.1 Uma identidade para a nova nação

Enquanto colônia, o Brasil abasteceu a metrópole portuguesa com suas riquezas, seus impostos e sua submissão. Frutos foram colhidos, arrancados, explorados, sem a intenção por parte dos descobridores em repor o vazio que essa exploração causou desde o momento em que aqui aportaram. Uma servidão que viria a ser questionada por poetas, alguns deles integrantes da escola mineira¹⁵, que após concluírem seus estudos em Coimbra, voltavam à pátria e se escandalizavam ante tal jugo. Todavia, a dominação perdurou por trezentos anos, e o período Colonial somente viria a acabar em 1822, com a Independência do Brasil¹⁶.

Em seu livro *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda afirma, incluindo entre os povos caçadores e coletores os portugueses:

¹⁵ Seis poetas constituem a chamada "Escola Mineira": Frei José de Santa Rita Durão, José Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Manuel Inácio da Silva Alvarenga. (COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986). Coutinho atenta para essa denominação de *escola mineira*, afirmando que poderia também ser chamado de grupo, ou como atribuiu o crítico José Veríssimo, em sua obra *História da Literatura Brasileira*, de *plêiade mineira*. (VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954).

¹⁶ Cita-se, a exemplo ilustrativo, um trecho extraído de Couty, professor francês que em 1879 veio para o Brasil, contratado pelo governo imperial para exercer a cadeira de Biologia Industrial, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro: “O Brasil obteve sua Independência há mais de meio século. Ele está sendo explorado há mais de três e, no entanto, seus sucessivos governos não souberam aproveitar tudo o que a natureza oferecia ao desenvolvimento do País. Foram e continuam orgulhosos, porque promoveram algumas reformas políticas e administrativas mais ou menos aparentes. Mas não percebem, em 1884, que ainda continuam a aceitar a religião do Estado, a ausência de registro civil e de naturalização, a escravidão, a grande propriedade e o pior dos regimes econômicos, que jamais existiu num país novo: o regime colonial português”. (COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília: FCRB/Senado Federal, 1984, p. 93).

Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores. Para uns, o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.¹⁷

Entretanto, a eclosão de conflitos no outro lado do Atlântico faria com que, antes mesmo que se desse a independência, o grau de importância do Brasil para Portugal começasse a sofrer mudanças. A Inglaterra declara guerra contra a França e como resposta Napoleão Bonaparte determina o Bloqueio Continental, medida que fechava os portos europeus ao comércio de todos os produtos britânicos.

D. João, então príncipe-regente de Portugal, não queria em nenhuma hipótese a guerra, que lhe ameaçava, de um lado, o trono, e do outro, suas terras conquistadas que representavam a riqueza de Portugal. Acuado pela França e patrocinado pelo governo inglês¹⁸, transfere sua Corte para a colônia sul-americana. Tal transferência traz, como consequência, mudanças que afetam principalmente a colônia, que deixa de ser apenas uma fornecedora em potencial da metrópole, para se tornar a própria base do governo português.

Para Gomes, essa atitude da coroa portuguesa viria a favorecer ambos os governos:

Os dois mundos que se encontram no Rio de Janeiro em 1808 tinham vantagens e carências que se completavam. De um lado, havia uma Corte que se julgava no direito divino de mandar, governar, distribuir favores e privilégios, com a desvantagem de não ter dinheiro. De outro, uma colônia que já era mais rica do que a metrópole, mas ainda não tinha educação, refinamento ou qualquer traço de nobreza. Três séculos após o Descobrimento, o Brasil era uma terra de oportunidades imensas, típicas das novas

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 44.

¹⁸ O interesse do governo inglês em salvar a coroa portuguesa estava atrelado a um programa econômico pré-estabelecido: a liberdade de comércio e uma tarifa alfandegária elaborada pelas indústrias inglesas de tecidos. (CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984).

fronteiras americanas, onde fortunas eram construídas do nada e da noite para o dia.¹⁹

Assim, a epopéia napoleônica indiretamente acabou dando ao Brasil, rei, reino, abertura de portos e indústrias, pois além de D. João VI obter êxito em manter seu reinado português ainda que à distância, desempenhou o papel de soberano do Brasil, impulsionando o país no caminho do desenvolvimento, adotando medidas necessárias para propulsionar os três setores econômicos – a agricultura, a indústria e o comércio. Nessa perspectiva, novos negócios surgem na Corte. Formado por colonos e antigos colonizadores nasce um poderoso bloco de interesses econômicos, financeiros, políticos e sociais que ficaria conhecido por Partido Brasileiro. Esse partido reage ante o desejo de recolonização do Brasil e passa a reivindicar a liberdade de comércio, tributos menos onerosos e a igualdade política e jurídica ao país uma vez que este havia sido elevado em 1815 a Reino Unido de Portugal. Paralelamente a essas reivindicações, inspirados nos livros franceses e seduzidos pela sugestão revolucionária, alguns proprietários rurais aspiram emancipar o Brasil. Nesse contexto a exploração colonial passa a ser contestada.

Em 1820 estoura na metrópole a Revolução do Porto e o povo português exige a volta de D. João àquele país²⁰. A data do regresso se dá em 26 de abril de 1821, e, numa estratégia de manter o trono de Portugal e ainda assegurar a soberania portuguesa na colônia, o monarca nomeia seu filho D. Pedro como regente do Brasil, posto que este viria a desempenhar até 1822.

Em meio às contradições do início do século XIX, no choque entre a velha ordem (o Antigo regime), e os novos tempos, engendrados nas convulsões do bonapartismo, das guerras napoleônicas e da influência cada vez maior dos Estados Unidos, o jovem príncipe, apoiado pela Inglaterra – a grande beneficiária nos novos rumos tomados na política mundial – proclama a Independência do Brasil, tornando-se, assim, o primeiro Imperador do país. É o fim de um regime

¹⁹ GOMES, Laurentino. 1808 – *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p.196.

²⁰ Desde 1815, quando findou a ameaça francesa, D. João e a Corte eram reclamados em Lisboa. (CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984).

antigo, tradicional e o início da formação de um império em um continente já praticamente tomado por governos republicanos. Nascia assim a nação brasileira.

Criado o Estado, muitos seriam os desafios a se apresentarem, a começar pela dificuldade em implantar e manter a soberania em um país tão extenso como o Brasil, pois, além da eclosão de revoltas internas em diversos estados, havia ainda o sério problema internacional para resolver a respeito das fronteiras do sul²¹. Paralelo a esses entraves existia ainda o objetivo final de fazer com que o país fizesse parte das “nações civilizadas” tal qual França e Inglaterra. De fato, esse desejo de europeização já havia tomado forças com a instauração da Corte Portuguesa em 1808 na cidade do Rio de Janeiro, sendo a família real um difusor de modos e costumes europeus na colônia, despertando na sociedade uma pretensão de imitar a tão invejável sociedade européia, como demonstra Pinho²²:

A presença de D. João VI não podia deixar de influir fortemente nos hábitos da alta sociedade do Brasil, especialmente a do Rio-de-Janeiro. As hierarquias e pragmáticas, as festas e solenidades da casa real somaram-se ao grande número de fidalgos ricos que de Portugal se haviam transferido.²³

Mas não seriam só os modos e costumes da nova sociedade que se formava que sofreria influência da cultura européia. É no campo político e intelectual que as idéias desse continente teriam maior alcance. Segundo Scantimburgo²⁴, circulavam entre os intelectuais do Brasil as obras mais recentes de autores liberais europeus, dentre outros Benjamin Constant, cuja presença na elaboração da primeira Constituição Imperial seria decisiva. As notícias da Europa

²¹ Cabanagem – Os cabanos tomam a cidade de Belém (Grão-Pará) e a eclosão da Guerra dos Farrapos – 1835/ Proclamação da República Rio-Grandense, pelos farroupilhas – 1836/ Eclosão da Sabinada na província da Bahia – 1837/ Eclosão da Balaiada na província do Maranhão – 1838/ Revoltas Liberais nas províncias de São Paulo e Minas Gerais – 1842 e o início da Revolta Praieira na província de Pernambuco – 1848. (SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

²² PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 13.

²³ A esquadra inglesa ofereceu proteção a todos os fidalgos, aos altos funcionários, aos generais, aos homens principais da Corte que acompanhassem a família real em sua jornada. Segundo Norton, embarcaram para o Brasil de dez a quinze mil pessoas entre nobres, funcionários, padres, criados e tropa. (NORTON, Luiz. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938).

²⁴ SCANTIMBURGO, João de. *O Brasil e a Revolução Francesa*. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 181.

chegavam com atraso, mas chegavam, conquistando adeptos; sobretudo as novidades provenientes da França, onde o liberalismo se firmara com a Revolução. Os ideais da Revolução Francesa já haviam se propagado por toda a Europa e também pela América inglesa e espanhola, chegando finalmente à portuguesa.

D. Pedro I, primeiramente príncipe, depois regente e por fim imperador, abdica em 1831 do trono em favor de seu filho D. Pedro e parte para a Europa com a tarefa de defender os direitos de sua filha Maria Leopoldina ao trono de Portugal. Como esse evento ocorre quando D. Pedro filho tinha apenas cinco anos de idade, antes de partir o pai nomeia José Bonifácio como tutor do jovem herdeiro.

Começa um período de regências que só viria a acabar quando da antecipação da maioridade²⁵ e coroação de D. Pedro II, que reinaria no Brasil por quase meio século, atravessando a larga época de 1841 até a proclamação da República em 1889.

Sob o reinado do primeiro monarca nascido em solo brasileiro, o país entra num processo de solidificação e afirmação perante seus vizinhos americanos e europeus. Uma nova efervescência cultural, social e econômica sacode os centros urbanos. Ocorrendo inicialmente no Rio de Janeiro e na sequência se propagando para outras províncias, essa efervescência viria a transformar a sociedade da época em uma sociedade consumidora de tudo o que pudesse significar *status*, modernidade e civilização. Roupas e acessórios provenientes de estoques que as crises econômicas ou as viradas da moda haviam tornado invendáveis na Europa e Estados Unidos²⁶, móveis, instrumentos musicais, perucas, papéis de paredes entre outros objetos de consumo entrariam no Brasil em grandes quantidades para deleite da nova aristocracia²⁷:

²⁵ Os liberais, os partidários do padre Feijó e antigos extremistas, numa atitude de interromper o período regencial, tomam o golpe da maioridade para o restabelecimento do trono. Assim, “prematuramente”, D. Pedro II passa a ser imperador do Brasil. (SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

²⁶ PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 52. O autor cita a crítica de Ferdinand Denis às damas da época que insistiam em usar colete, “um sinal desgracioso da nova moda”.

²⁷ Como eram muitos os mestiços participantes da Corte devido ao novo *status* obtido, o uso da peruca, “que já caíra em desuso na Europa, entra na moda no Império para esconder o cabelo pixaim”. (ALENCASTRO, Luiz Felipe de {org}). *Vida Privada e ordem privada no Império*. In:

Mas não seria de admirar que vivêssemos, vestíssemos e escrevêssemos pelas receitas parisienses, se era bem poderosa igualmente a sugestão de Paris sobre o mundo europeu e ocidental nessa época, tornando-se o centro de atração da humanidade, o maior empório de prazer do planeta. Auferir da existência tudo quanto ela nos podia dar de belo e de bom, era uma receita que então só se aviava no bulevar.²⁸

E é justamente em meio a esse cenário “francófilo”²⁹ que, a partir dos anos 50, D. Pedro II, preocupado com uma cultura “genuinamente nacional”, lança o projeto de unificação nacional. Símbolos são criados, rituais são rigorosamente seguidos, uma política literária é avalizada pelo Império e uma elite se forma, criando assim um alicerce do poder. Com esses propósitos, o Imperador faria com que o Segundo Reinado passasse a ser considerado o momento fundador de um modelo de nacionalidade.

Manter a unidade territorial, através de uma monarquia recém-modelada e, de quebra, dar um caráter puramente nacional ao país seria, para D. Pedro II, muito mais que um projeto político, seu projeto de vida. O monarca não mediria esforços para atingir seus objetivos, a começar por sua própria figura de Imperador. Deixa de lado seu *status* imperial, divino, intocável, qualidades inerentes ao cargo herdado, e adota um visual mais simples, extingue a prática do beija-mão, deixa o paço para andar entre gente comum e passa a viver cada vez mais isolado da vida social. Carvalho assim ilustra os novos hábitos do monarca:

Em Petrópolis, o imperador parecia um cidadão comum. Vestido de casaca preta, chapéu alto, insígnia do Tosão de Ouro na lapela, passeava pela cidade, colhia flores nos jardins, ia a exposição no palácio de Cristal, freqüentava as duchas. As crianças às vezes o cercavam. Cumprimentava as pessoas com largos gestos, conversava, trocava idéias com André Rebouças³⁰,

História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 86).

²⁸ BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 141.

²⁹ Delgado Carvalho explicita como era a influência francesa para o Brasil: “*De fato os laços que nos ligam à França são de tal modo íntimos e constantes que, mesmo os que nos unem ao nosso querido e velho Portugal não chegam a ser equivalentes. O Brasil é um afilhado cuja madrinha desempenhou papel mais importante em sua educação do que a própria mãe.* (Brasil – França: contatos e confrontos. In: *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro, Edição do Jornal do Commercio, 1953, p.171).

³⁰ André Rebouças (1838 – 1898), abolicionista, tinha grande prestígio pessoal junto a D. Pedro II. No período compreendido entre a Abolição da Escravatura (13 de maio de 1888) e a Proclamação da República (15 de novembro de 1889) o imperador D. Pedro II atribuiu-lhe importantes encargos, tendo assim participado amplamente dos acontecimentos políticos do

visitava algum diplomata amigo, como o uruguaio Andrés Lamas³¹. À tarde, misturava-se com o grupo que ia à estação da estrada de ferro para esperar o “trem dos maridos”, isto é, o que trazia de volta quem descia à cidade para trabalhar durante o dia.³²

Mas esse excesso de informalidade de D. Pedro II, que incomodava até republicanos brasileiros por crerem que isso viria a tirar os prestígios exteriores da monarquia, conforme informa Carvalho, despertava críticas até de estrangeiros que aportavam na Corte, como o caso do escritor português Ramalho Ortigão que, em visita ao Brasil, “observou com agudeza que D. Pedro II não cumpria sua missão de dirigir a organização dos costumes na arte, gosto, moda, maneiras, convenções, em tudo de que resulta a civilização de uma sociedade”³³. Porém, alheio às críticas recebidas sobre sua pessoa, D. Pedro põe em prática seu projeto de criar uma identidade para o Império, participa de eventos internacionais com o intuito de mostrar a produção cultural do país, funda o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a Academia Imperial de Belas-Artes. Todavia seria na área da Literatura que o Imperador teria maior atuação, a ponto de financiar aquela que deveria representar a tão esperada literatura nacional – *A Confederação dos Tamoios* – do escritor romântico Gonçalves de Magalhães³⁴.

Schwarcz ressalta que a assídua participação do Imperador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (criado em 1838) e seu mecenato fizeram do romantismo um projeto oficial³⁵. Participando ativamente das reuniões dos românticos brasileiros, favoreceu a pesquisa literária bem como deu grande incentivo à vida intelectual e científica do momento, resultado de sua grande

País. (OLIVEIRA, Carolina Rennó Ribeiro de. *Biografias de personalidades célebres*. São Paulo: Lisa, 1978, p. 179).

³¹ Andrés Lamas (1817 – 1891), diplomata uruguaio, intelectual, escritor e jornalista. Foi ministro de Governo, Ministro das Finanças e Ministro das Relações Exteriores no Uruguai. (AZEVEDO, F. L. N. *Diplomacia Epistolar: correspondência entre Andrés Lamas e o Visconde do Rio Branco*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, Vitória, v. 1, p. 77, 2002. Acesso em 02 de abril de 2008).

³² CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 95.

³³ Idem, p. 96.

³⁴ O poema de Gonçalves de Magalhães, após ser muito aguardado, é recebido com decepções pelo público leitor, com muitas críticas publicadas pela imprensa da época. José de Alencar, em sua coluna no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, sob o pseudônimo de *Ig*, faz inúmeras censuras ao poema quanto à sua qualidade. O poeta Manuel José de Araújo Porto-Alegre, sob o pseudônimo de *O amigo do poeta* e o Imperador D. Pedro II, sob o pseudônimo de *Outro amigo do poeta*, saem em defesa da obra. (MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977).

³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

curiosidade e seu desejo de estar em dia com o pensamento e as ciências do seu tempo³⁶:

D. Pedro financiou ainda profissionais de áreas diversas, como advogados, agrônomos, arquitetos, um aviador, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é à toa que nessa época tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: “A ciência sou eu”³⁷. Sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luís XIV; uma referência ao momento em que D. Pedro passa a ser artífice de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o Império.³⁸

Porém, a ambição de D. Pedro – considerado o Mecenaz das Artes – em construir uma identidade cultural para o Brasil seria proporcional às dificuldades que se apresentariam à implantação desse projeto. As transformações como resultado das trocas recentes na forma de governo do país em um período tão curto – de colônia passa a reino em 1815 e de reino a império em 1822; a enorme influência européia na sociedade destacada como elite imperial; o contraste social imperante nessa sociedade; a cor local como fator diferenciador diante de outras sociedades consideradas “civilizadas”; todos esses fatores vieram de encontro ao projeto de D. Pedro II.

De que modo criar uma identidade cultural própria num país recém reconhecido como nação, sem um passado glorioso e tradicional que pudesse dar suporte e servir de modelo, e de quebra, sendo atropelado por uma avalanche de ideário estrangeiro? Como observa Schwarz, havíamos, além disso, feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte da nossa identidade nacional³⁹.

³⁶ Para exemplo meramente demonstrativo, extraímos um pequeno trecho do livro de Carvalho, que segundo o autor, pertence ao diário de D. Pedro II: “*Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo*”. (CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 224).

³⁷ Luís XIV – o Rei Sol – (1661 – 1715), rei francês que governou por mais de sessenta anos. Tornou-se rei aos cinco anos em 1643, embora só começasse a reinar efetivamente aos 24 anos. Sintetizou suas idéias absolutistas numa frase célebre: “O Estado sou eu”. (WILHELM, Jacques. *Paris no Tempo do Rei Sol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988).

³⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131.

³⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 13.

A saída seria reinventar uma nobreza com base no transplante de formas européias, que seriam, aqui, adaptadas com novos conteúdos, símbolos e coloridos. Em outras palavras, criar uma identidade nacional que resultasse da mescla de elementos locais com empréstimos de outras culturas, tendo como finalidade uma identidade própria, inédita, “digna”, que bem representasse a nova monarquia que se estabelecia nos trópicos.

A literatura seria de fundamental importância na construção de uma nova tradição local, pois seria através de uma literatura independente, inédita, na voz e pena dos poetas da época, já impregnados pelos ares do romantismo que sopravam nos quatros cantos do mundo, numa idéia coletiva, que se daria a tomada de consciência da necessidade de exaltar a sua gente, sua natureza, sua pátria.

Sobre essa importância Afrânio Coutinho pondera que:

Nesse processo de identificação nacional, de afirmação da nossa individualidade, de busca do caráter brasileiro, a literatura teve um papel primordial. E, o que é ainda mais importante, e a ser ressaltado, a literatura trabalhou nessa direção, consciente ou inconscientemente não importa, desde os primeiros momentos da colonização. O fator intelectual, através da Literatura, esteve sempre em meio ou à testa do sentimento de independência, cedo gerado na alma brasileira.⁴⁰

Desse modo, a literatura – principalmente o romance – contribuiu diretamente nesse processo de criação do Estado Nacional Brasileiro.

Mas não é possível para um país adormecer com uma produção literária moldada em uma tradição secular e despertar com um produto inédito, genuíno e nacional. Ainda que o processo de ruptura com a literatura portuguesa tenha sido condição para a criação de uma nova literatura – do ponto de partida dessa ruptura, que começou na Independência, até a consciência geral de que aqui se produzia uma literatura genuinamente brasileira, foram necessários muitos debates, tentativas, e empréstimos.

A importação da forma literária européia, durante o Romantismo, dependeria de ajustes, devido às diferenças apresentadas entre os países nos quais o movimento teve início e o Brasil, que tinha em sua realidade histórico-

⁴⁰ COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d], p. 53.

social traços bem distintos aos daqueles países nos quais o romantismo teve origem – aqui imperava a escravidão, ausência de tradição e uma recente libertação de outra cultura, até então dominante⁴¹.

Ao mesmo tempo em que o país passa por mudanças internas com o projeto nacional do Segundo Reinado, a sociedade entra em um processo de transformação com a consolidação da ordem burguesa, com a revolução industrial e o aumento das concentrações urbanas. No mesmo espaço há um império, sustentado por uma ordem escravocrata, que por sua vez é sujeitada ao modelo “civilizatório” europeu. Tal combinação esdrúxula iria refletir diretamente na literatura, pois, como diz Guimarães, a condição do negro colocava em dúvida a aplicabilidade à realidade local dos valores burgueses, que em grande medida norteiam o romance europeu, deixando em xeque a pretensa universalidade daqueles valores⁴². Ou seja, é contraditório escrever sobre liberdade, direitos humanos e luta de classes em uma sociedade que não reconhece os direitos do homem negro, que tolhe sua liberdade, transformando-o em uma mera mercadoria a serviço do seu senhor.

Na imagem a seguir, de Henry Chamberlain, e empregada por Hélio Guimarães, podemos observar uma prática comum desse período, um escravo ambulante comercializando livros em uma rua qualquer da cidade do Rio de Janeiro⁴³:

⁴¹ Para compreender como se deu este ajuste, citamos um trecho de Weber: “*Isso era da dinâmica do romantismo escravista: colher os frutos europeus, desde que, quando para cá transpostos, não colocassem em risco a sanidade do cesto que os acolhia – o modo de produção escravista. Ignorar o negro, idealizar, na solução de Alencar, o indígena ou o sertanejo, era uma forma de conveniência: dizerem-se modernos e atuais, sim, desde que não precisassem abrir mão fosse da coerção escravista, fosse de formas mais mascaradas mas não mais amenas de dominação, como o domínio patriarcal no âmbito das relações entre senhores e escravos e, ainda, entre senhores-de-escravos e homens-livres.*” (WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997, p. 48).

⁴² GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 62.

⁴³ Acerca desta imagem Guimarães pondera: “*A imagem do preto de balaio no braço vem carregada das contradições que estamos acostumados a reconhecer no Brasil, a começar pela contigüidade entre o romance, produto industrial, manifestação recente e sofisticada da burguesia européia, e o cesto de palha, produto artesanal fabricado pelo índio e pelo escravo. Escravo que por sua vez estabelece e personaliza o vínculo entre o escritor – proprietário do mascate cativo e, ou mandante da venda – e o seu potencial leitor, criando um tipo de intermediação que ia no sentido oposto da relação menos personalizada que o romance inaugurava entre escritores e leitores na Europa. Enquanto aqui o intermediário trabalhava sob as ordens do seu “dono” – proprietário também do livro, que muitas vezes mandava imprimir com dinheiro do seu próprio bolso, como era o caso de Alencar.*” (GUIMARÃES, Hélio de



1.2 O Brasil no Segundo Reinado

A escravidão era e seria, até o final do reinado de D. Pedro II, a grande contradição de seu Império, que pretendia, quase, europeu.

(Lília Moritz Schwarcz)

Uma monarquia inserida num continente republicano, um imperador com pose de cidadão e idéias liberais, uma Corte tropical composta de ricos e muitos novos-ricos forjando a todo custo uma impressão européia, assim seria o panorama do Brasil no Segundo Reinado. No entanto, a diversidade cultural do país era gritante. Grande parcela da população nesse período já se apresentava como mestiça, de índios, brancos e negros. Muitos negros.

O Brasil abrigou a maior concentração de escravos depois do fim do Império romano⁴⁴, porém ao contrário desses escravos⁴⁵, os nossos eram de uma só região, de uma única raça – a negra. Como afirma Alencastro, tamanho

Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 61).

⁴⁴ Os escravos romanos eram geralmente prisioneiros de guerra capturados durante a extensa campanha de expansão de Roma. Assim como no Brasil, não eram considerados seres humanos, mas sim propriedades e, portanto, eram explorados e vendidos como mercadorias. Seu trabalho, no artesanato e na agricultura, era decisivo para a produção de bens necessários para a sociedade. Podiam comprar a sua liberdade ou então serem libertados pelo proprietário. (GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972).

⁴⁵ Segundo dados do censo de 1849, um em cada três habitantes do município do Rio de Janeiro havia nascido na África. (ALENCASTRO, Luiz Felipe de {org}. *Vida Privada e ordem privada no Império*. In: *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997).

volume de escravos deu à Corte as características de uma cidade quase negra e – na seqüência *do boom* do tráfico negreiro nos anos 1840 – de uma cidade meio africana⁴⁶. Quando a família real aqui aportou, metade da população do Rio de Janeiro era composta de escravos.

Estando, assim, diferentes crenças e costumes sob o domínio de um mesmo governo, de uma mesma religião e de um mesmo ideal, não seria de se estranhar que houvesse um contraste entre aquilo que se pretendia com aquilo que era possível. A população do país estaria longe de ser um modelo de sociedade civilizada como desejava o Imperador e sua elite imperial, e mais distante ainda de uma Corte que espelhasse o modelo europeu como desejavam os novos-nobres, apesar do grande esforço empregado, fortunas gastas numa intensa vida social, distinta e luxuosa. Pinho⁴⁷ observa que, mesmo distante da Corte imperial, esse comportamento viria a se repetir nos vários centros urbanos do país, como é o caso da província da Bahia, onde a gente elegante imitava no seu desembaraço, no gosto pelas festas, no desenvolvimento da sociabilidade, na quebra dos velhos moldes de retraimento das senhoras, a Corte e a Europa.

Entretanto, para Alencastro⁴⁸, efetivamente, no regime monárquico forjou-se no Rio de Janeiro – capital política, econômica e cultural do país – um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX e o século XX adentro. Seria justamente no Rio de Janeiro, centro irradiador das “boas maneiras”, que se daria o contraste entre o grande número de escravos e as pretensões civilizadoras da Corte, comprometendo a imagem da Coroa, orgulhosa de seu estatuto de única representante da monarquia européia na América. Esse contraste, observado e rechaçado por europeus⁴⁹ que por aqui aportavam e viam à sua frente uma nação

⁴⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). Vida Privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 25.

⁴⁷ PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

⁴⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). Vida Privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴⁹ A mistura de etnia costumava horrorizar os europeus que, na época, influenciados pelas teorias raciais, viam na miscigenação uma ameaça de degeneração. Conforme Castro: “A pluralidade étnica dos brasileiros impressionava os estrangeiros que, desde 1808, se avolumavam como viajantes, naturalistas ou comerciantes pelo país. Apesar disso, para além do espanto dos viajantes, são raros os registros dessa convivência interétnica do século passado fora da clássica relação senhor-escravo”. (CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 341).

sob um regime monárquico com uma população em sua grande maioria negra e mestiça, não incomodaria a princípio a sociedade da Corte, formada basicamente por fazendeiros escravocratas, comerciantes e funcionários públicos. Muitos deles, frutos da política de povoamento do país.

Além disso, essa mestiçagem não veio a ser nenhuma novidade para os brasileiros, pelo fato de serem os portugueses – praticamente os únicos europeus a residir no país ao longo da época colonial - em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços, pois a mistura de cor tinha começado amplamente na própria metrópole antes mesmo de 1500.⁵⁰

Com o tempo, todavia, o escravismo brasileiro viria a ameaçar a estabilidade da monarquia. Primeiramente por ser o Brasil, ainda nos meados do século XIX, o único país ocidental que mantinha a escravidão legalizada⁵¹ e fechava os olhos ao tráfico negreiro, prática considerada ilegal por tratados internacionais e nacionais e combatida fortemente pela Inglaterra⁵². Posteriormente, devido a esse intenso comércio, a grande circulação de negros na Corte começaria a incomodar a elite imperial, para a qual os negreiros queriam africanizar o Brasil introduzindo cada vez mais escravos no Império⁵³. Essa “massa” africana está registrada no poema *Meditação* de Gonçalves Dias:

E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes – vi somente escravos [...] Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império – consulta de novo a sua

⁵⁰ Para HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 53, por ser um povo de mestiços, o português não possuía o mesmo orgulho de raça, comum a seus vizinhos.

⁵¹ O primeiro país da Europa a abolir o tráfico negreiro foi a Dinamarca, em 1792. Em 1807, a Grã-Bretanha também optou pelo fim do comércio de escravos, e um ano após, os Estados Unidos. O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão. (GOULART, Mauricio. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Livraria Martins, 1950).

⁵² A decisão da Inglaterra de lutar contra o tráfico de escravos foi mais por causa dos interesses econômicos do que por motivos humanitários. Conforme nos informa Bethell: “Privados os plantadores de açúcar das Antilhas Britânicas do seu suprimento regular de mão-de-obra barata, era importante que os seus rivais, principalmente os de Cuba e do Brasil, que já gozavam de muitas vantagens sobre eles, ficassem colocados no mesmo pé, pelo menos nesse ponto. E, se o continente africano ia ser transformado num mercado para produtos manufaturados e numa fonte de matérias-primas (além de ser “civilizado” e “cristianizado”), como muitos, na Grã-Bretanha, esperavam, era essencial que se fizessem todos os esforços para precipitar a total destruição do tráfico”. (BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807 – 1869*. São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1976, p. 8).

⁵³ Alencastro cita o jornalista Evaristo da Veiga, redator do Aurora Fluminense, periódico publicado na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, no século XIX.

derrota e observa atentamente os astros – porque julga que um vento inimigo o levou às Costas d'África. E conhece por fim que está no Brasil.⁵⁴

Reis Filho, citado por Schwarz⁵⁵, afirma que os estratos sociais que mais benefícios tiravam de um sistema econômico baseado na escravidão e destinado exclusivamente à produção agrícola procuravam criar, para seu uso, artificialmente, ambientes com características urbanas e européias, cuja operação exigia o afastamento dos escravos e onde tudo ou quase tudo era produto de importação.

Para a elite, o escravismo entranhava nos lares, no âmago da vida privada, um elemento de instabilidade que carecia ser estritamente controlado. Surge, assim, um paradoxo entre a importância da mão de obra escrava enquanto mantenedora dos grandes latifúndios espalhados pelo território brasileiro e a mancha que esse sistema impregnava ao país perante as outras nações. O Brasil só deixaria de ser um país bárbaro⁵⁶ diante do mundo após a abolição da escravidão em 1888 e da política de imigração que teve início no final do século XIX. Porém, mesmo com o fim do tráfico negreiro em 1850 e a vinda maciça, primeiramente de portugueses e posteriormente de imigrantes de outros países da Europa, o país já havia se firmado como uma nação de brancos, negros e mestiços. Restava agora (re)vesti-lo com uma roupagem que bem o representasse, uma roupagem que simbolizasse a grande diversidade que o constituía – um Brasil de muitos credos, raças e *status* sociais. Mas, como diz Schwarz⁵⁷, tudo colaborava para a construção de uma identidade feita de muitos empréstimos e várias incorporações.

⁵⁴ Informa-nos Alencastro que Gonçalves Dias (1823 – 1864), neste poema, define o sentimento do absurdo provocado pelo panorama social e político do Império. Nele, segundo Alencastro, o autor tece críticas ao Brasil em questões como o patriotismo e o abolicionismo, assuntos que só viriam a ser tratados com mais profundidade e relevância algumas décadas mais tarde.

⁵⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 23.

⁵⁶ Segundo esclarece Alencastro, a tolerância com o comércio negreiro reduzia o Império à categoria dos estados barbarescos do Norte da África implicados na pirataria. (ALENCASTRO, Luiz Felipe de {org.}. *Vida Privada e ordem privada no Império*. In: *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 29).

⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

1.3 A sociedade do Império

A elite do século XIX, composta em sua grande maioria de brancos, mesmo em número reduzido diante da grande quantidade de mestiços que formavam a população brasileira, estabeleceu um critério para classificar a sua sociedade. Em 1835, havia no Brasil cinco milhões de habitantes, desses, apenas cinco mil eram eleitores⁵⁸, isso porque o direito de voto só era dado àqueles que se enquadrassem dentro de certas exigências que atendessem às necessidades da “boa sociedade”. Estas necessidades eram, segundo Mattos⁵⁹, definidas pela classe dominante, que determinava a classificação dos habitantes do país em três raças: brancos, considerados cidadãos ativos – pardos (não somente, mas também os brancos pobres e os escravos forros) como cidadãos não ativos – e negros, não cidadãos.

Inicialmente, para ser considerado cidadão brasileiro, o indivíduo, além de nascido no Brasil, teria que ser dono da sua própria liberdade, portanto, estrangeiros e escravos não se encaixavam nesse quadro⁶⁰. Conforme Mattos, um estrangeiro não se confundia com um brasileiro porque não nascera no Brasil. E um escravo não podia ser brasileiro porque não era um homem livre. Um escravo não era dono de si, pertencendo a outra pessoa. Por isso, além de não poder ser considerado um brasileiro, um escravo não deveria nem mesmo ser considerado uma pessoa ou um ser humano. Um escravo deveria ser entendido como uma coisa⁶¹.

⁵⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ À mulher também era negado o direito do voto. HAHNER diz que: “*Horrorizando muitos brasileiros, homens ou mulheres, algumas defensoras da emancipação feminina ampliavam seu desejo de igualdade de direitos até o ponto de pedir o direito ao voto, já nos fins da década 80. Na concepção geral, o voto não se compatibilizava com o mundo feminino dos sentimentos e do lar; ele marcava uma fissura definitiva na ativa esfera masculina. Muitos homens temiam que o mais puro e nobre dos sexos, caso apeasse do pedestal ou dispensasse o abrigo do lar, poderia manchar-se ou corromper-se e, com isso, a sociedade esfacelar-se*”. (HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.158). A mulher só viria a conquistar esse direito no governo do presidente Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932.

⁶¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991, p. 16.

O trecho utilizado por Mattos do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, ilustra bem a maneira como o negro é visto e tratado nesse sistema escravista. Brás Cubas, ainda menino, tem na figura de seu escravo a possibilidade de fazer da sua “propriedade” o que lhe manda o capricho, reduzindo seu cativo à condição de animal, ao modo que, como colocado pelo autor, iam sendo moldadas, desde cedo, as relações entre dominador e dominado, senhor e escravo, pessoa e coisa:

(...) Prudêncio, um moleque da casa, era **o meu cavalo** de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou quando muito, um “ai, nhonhô!” ao que eu retorquia: Cala a boca, **besta**.⁶² (grifos nossos)

Recorrendo ainda a Machado para exemplificar essa condição de coisa e propriedade imposta aos escravos, no conto *Pai contra Mãe* o narrador deixa claro que a perda de um escravo significava nada mais nada menos que um prejuízo financeiro para seu dono:

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o **sentimento da propriedade** moderava a ação, **porque dinheiro também dói**.⁶³ (grifos nossos)

Retomando a questão da definição de brasileiro – do jogo nacionalidade/liberdade – vale salientar que mesmo que um dependa do outro para determinar a condição do indivíduo como cidadão ou não-cidadão nessa sociedade imperial e escravista, as regras impostas baseadas na cor da pele eram seguidas conforme os interesses envolvidos na relação particular de senhor/escravo.

Para Castro essa maleabilidade se explica porque:

⁶² ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p. 32.

⁶³ ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

Na ausência de uma fronteira racial absoluta entre escravidão e liberdade, os fatos jurídicos, que conformavam a condição livre ou cativa, decorriam de relações costumeiras, as quais eram sempre tributárias das relações de poder pessoal e de seu equilíbrio. Para que um descendente de africano fosse escravo ou livre era preciso que ele assim se reconhecesse e fosse reconhecido como tal.⁶⁴

A sociedade do Império dividia-se basicamente em três classes: a dos senhores-de-escravos, homens-livres/dependentes (brancos sem posses e ex-escravos) e escravos. A relação entre senhores-de-escravos e escravos é bem definida⁶⁵. É a classe de homens-livres/dependentes, ou classe intermediária (classe intermediária porque se posicionava entre a classe de senhores-de-escravos e escravos) que passa a ter variáveis posições na nova sociedade que se formava devido às mudanças já mencionadas em páginas anteriores. Abrangia desde pessoas ligadas ao pequeno comércio, atividades burocráticas, jornalísticas, literárias e políticas, a indivíduos sem nenhuma posse, que não eram “nem proprietários, nem proletários”⁶⁶, vivendo “soltos na sociedade”⁶⁷.

Como muitas tarefas eram delegadas aos escravos (as tarefas domésticas e as vendas por ambulantes, por exemplo), não sobravam muitas opções para que esses indivíduos livres e pobres pudessem se manter e viver dignamente, tanto no campo como na cidade.

Para aquele com sorte, um apadrinhamento ou um casamento bem arranjado poderia significar a chance de melhorar sua condição de vida e ascender socialmente. Porém, como a sorte não estava disponível para todos, uma das alternativas possíveis para sobreviver, numa sociedade cada vez mais consumista, seria depender do favor de alguém com melhores condições. Essa relação de favor criava, de certa forma, uma rede de dependência, onde aquele que cedia o favor, mantinha sob o seu domínio o favorecido.

Vale ressaltar que essa relação de favor não se dava exclusivamente entre esses homens destituídos de posses, mas funcionava como mediação

⁶⁴ CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: *História da Vida Privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 343.

⁶⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

tipicamente local entre diferentes segmentos da sociedade.⁶⁸

⁶⁸ Para melhor compreensão de como se davam as relações de favor, citamos este pequeno trecho de Schwarz: “com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. **O favor é a nossa mediação quase universal** – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção”. (SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 16 – 17)

Capítulo II

A MORENINHA: sobre mulheres e para mulheres



Capítulo II

A MORENINHA: sobre mulheres e para mulheres

(...) se a missão do romancista fosse copiar os fatos, tais quais eles se dão na vida, a arte era uma coisa inútil; a memória substituiria a imaginação.

(Machado de Assis)

Como já afirmamos no capítulo anterior, no século XIX houve um projeto de nacionalização do país, reforçado justamente por um movimento que, ao mesmo tempo em que fornecia ao mundo literário brasileiro diretrizes para esse novo momento, despertou em alguns escritores da época o desafio de se desvencilharem, não propriamente dessas diretrizes, mas de uma forma literária simplesmente de arremedo. Pode-se dizer que enquanto alguns desses autores pretenderam não se prender aos padrões literários europeus, outros souberam conciliar a influência estrangeira com a nova literatura nacional que aqui se produzia. Como afirma Guimarães, a percepção das reais condições do país e as limitações colocadas à produção intelectual pela carência de leitores viria a conscientizar os homens de letras de que era preciso ajustar o tom do romance europeu às condições acústicas locais⁶⁹.

Para melhor compreender a importância para a literatura brasileira do surgimento da obra que estudaremos nesse capítulo, *A Moreninha*, julgamos pertinente recordar, ainda que rapidamente, o contexto no qual se deu a sua criação.

No final do século XVIII começam a surgir as primeiras manifestações de uma modificação na forma de pensar e agir do homem nas sociedades ocidentais. Em oposição ao estilo neoclássico, aparecem novas idéias anunciadoras de um novo horizonte histórico, tomando a literatura na Europa novos contornos. Com a Revolução Industrial a vida social fica dividida: de um lado a burguesia industrial e do outro o surgimento da classe operária, formada pelo proletariado urbano. A

⁶⁹ GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 63.

burguesia ganhava força e o capitalismo se ampliava cada vez mais, enquanto os impérios feudais e a aristocracia que dependia deles encontrava-se em decadência.

A Revolução Industrial e a Francesa determinam o fim do absolutismo na Europa e o início da industrialização, que se espalhou por todo o continente. Não podemos esquecer que o ideal da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade propagou-se pelo mundo afora e alcançou rapidamente também a América Latina, sendo considerado um marco para o período das independências nas colônias da Espanha e Portugal. Em suma, o Romantismo acabou por ser um produto da sociedade burguesa, mas ao mesmo tempo um protesto contra ela – fornecendo aspiração por autenticidade e independência.

Alemanha, Inglaterra e França foram os três importantes focos irradiadores do movimento pelo mundo. Até então, a língua literária na Europa era o francês, mas o pensamento filosófico era alemão e é justamente neste país que o Romantismo na literatura toma a forma definitiva na obra de Goethe (*Werther*, 1774), seguido por grandes pensadores e homens de letras como Herder, Hegel, Schiller, os irmãos Schlegel e Klopstock. Diferentemente de como se deu na França, onde ocorreu uma verdadeira revolução literária, na Inglaterra não houve uma ruptura violenta entre o Classicismo e o Romantismo, mas, sim, um certo desenvolvimento natural deste. Blake, Coleridge e Wordsworth são os escritores românticos mais influentes, acompanhados de Lord Byron e Walter Scott. Mas é na França, já sob a influência poderosa de Rousseau, que o movimento vai se universalizar com Chateaubriand, Lamartine, Musset, Victor Hugo, entre outros⁷⁰.

Tendo como característica principal a reação do sentimento contra a razão predominante no Classicismo, os românticos procuram a todo o custo a evasão, quer no sonho, quer no exotismo, quer num passado sempre idealizado. Com isso, o Romantismo manifestará um sentimentalismo e um individualismo apropriados à confidência, aos anseios indefinidos, à exaltação da sensibilidade, ao mesmo tempo em que, sentindo-se capaz de harmonizar o individual e o coletivo, o poeta romântico irá desenvolver o gosto pelos temas nacionalistas e sociais. Condições como guerras, invasões, revoluções marcam o novo estilo,

⁷⁰ KELLY, Celso et al. *Século XIX: o Romantismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1979.

provocando no povo o sentimento do patriotismo, levando o romântico a buscar a própria história, no caso da Europa, recuando até a Idade Média.

No Brasil, os autores, apesar de atraídos pelo espírito europeu, buscam avivar a presença da alma brasileira nos motivos e na linguagem. O Romantismo coincide com a independência política, por isso muito mais que um movimento de reação estético-literária, o momento é de sentimento patriótico por um país em pleno processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. Nessa perspectiva, uma literatura genuinamente brasileira será aguardada ansiosamente. Pretende-se a construção, em outros termos, de uma produção literária que trouxesse a valorização do passado nacional através do indianismo, com uma linguagem brasileira, desvincilhada da literatura portuguesa e que representasse a nova nação que ainda estava em fase de consolidação.

Como sabido, caberá a Gonçalves de Magalhães, com a publicação, em 1836, de *Suspiros Poéticos e Saudades*, o papel de introdutor do Romantismo no Brasil. Paralelamente a isso, outros escritores brasileiros já estavam produzindo sob a influência do novo movimento, porém suas obras apresentavam ainda características da escola anterior⁷¹. Joaquim Manuel de Macedo, com *A Moreninha* e *O Moço Loiro*, segundo Candido, ao fundir tendências, traz uma amostra de como seria o rumo que o romance brasileiro tomaria. Desse modo, Macedo é considerado o criador da primeira prosa do movimento romântico no Brasil⁷². Ao mesclar o real e o poético no seu primeiro romance, *A Moreninha*, o autor mereceu, segundo Candido, a glória de haver lançado a ficção brasileira na senda dos estudos de costumes urbanos, e o mérito de haver procurado refletir fielmente os da sua cidade. Ao retratar o Rio de Janeiro do seu tempo sem a preocupação de buscar no passado motivos para a sua ficção, o autor de *A*

⁷¹ Com respeito a Magalhães, Coutinho esclarece que o poeta possuía espírito com tendências conservadoras e certa fidelidade às formas clássicas. Mas mais que isso, esse caráter híbrido é típico da época de transição, portanto, comum ao meio literário deste período. (COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964).

⁷² Por escrever o romance histórico *O Filho do Pescador* (1843), Teixeira e Souza é tido por alguns historiadores da literatura como o primeiro escritor brasileiro de romance. Outros conferem esse título ao autor de *A Moreninha*. Independente das opiniões divergentes, Amora diz que não se pode deixar de reconhecer que tanto Teixeira e Souza como Macedo definiram duas das quatro principais tendências da ficção romântica brasileira: o romance histórico e o romance da atualidade. (AMORA, Antônio Soares. *A literatura Brasileira – O Romantismo*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973).

Moreninha, utilizando linguagem de fácil compreensão, proporcionou uma rápida identificação do leitor fluminense do período com a sua obra⁷³.

O romance, publicado em forma de folhetim em 1844, se dá em torno de uma aposta feita por quatro estudantes de medicina – Augusto, Fabrício, Filipe e Leopoldo – da cidade do Rio de Janeiro do fim da primeira metade do século XIX. Um deles, Augusto, é tido pelos amigos como namorador inconstante. Ele próprio confessa aos colegas ser incapaz de amar uma mulher por mais de três dias. Um de seus amigos, Filipe, o convida, juntamente com os outros dois companheiros, Fabrício e Leopoldo, a passarem o fim de semana em uma ilha, na casa de sua avó, D. Ana. Ali também estarão duas primas e a irmã mais jovem de Filipe, Carolina, mais conhecida como Moreninha. Por causa da fama de namorador do colega, Filipe propõe-lhe um desafio: se a partir daquele final de semana Augusto se envolver sentimentalmente com alguma, e só uma mulher, e se esse envolvimento perdurar por no mínimo quinze dias, deverá escrever um romance no qual contará a história de seu primeiro amor duradouro. Ainda que Augusto afirme veementemente que não correrá esse risco, no final do livro ele estará completamente apaixonado por Carolina.

Paralelamente ao enredo central – o amor de Augusto e D. Carolina – Macedo, de maneira irônica, critica o ambiente social, expondo a intimidade das personagens, suas falhas e seus desejos secretos. Todavia, tais críticas, diga-se de passagem, são dispostas de modo sutil em toda a narrativa. Como veremos mais adiante, para que obtivesse êxito na circulação e recepção de sua produção, o escritor obrigatoriamente teria que levar em consideração o ambiente social para o qual iria produzir. Em outras palavras, o escritor deveria se ajustar ao seu público-leitor. E Macedo, segundo Candido, ajustou-se estreitamente ao seu meio. Ao construir narrativas cujo cenário e personagens eram familiares, de todo o dia, entremeados a peripécias e sentimentos enredados e poéticos, de acordo com as necessidades médias de sonho a aventura⁷⁴, o autor conquistou um imenso sucesso diante do público-leitor do século XIX.

⁷³ CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969, p. 145.

⁷⁴ Idem, p. 137.

Em *A Moreninha*, temos, de um lado, um grupo de jovens, estudantes de medicina⁷⁵, alegres, boêmios, preocupados apenas com o número de suas conquistas e com o desfrute do melhor que a vida lhes podia oferecer, vendo na companhia feminina mais uma espécie de adereço que propriamente uma possibilidade de amor, a ponto de Fabrício, um dos jovens, assim definir o namoro: “sempre entendi que uma namorada é traste tão essencial ao estudante, como o chapéu com que se cobre ou o livro em que se estuda”⁷⁶. Do outro, temos moças aparentemente sonhadoras, castas e ingênuas à espera do príncipe encantado. Porém, quando estão reunidas em suas intimidades, revelam personalidades calculistas, volúveis, que não poupam nem o mesmo sexo com suas línguas ferinas. Mais ainda, diferentemente do que se imagina sobre uma moça romântica, essas meninas não estão exatamente à espera simplesmente do príncipe encantado, mas, isto sim, empenhadas numa constante busca por um marido:

– Quem me dera já casar!... repetiu D. Clementina.
 – Isso é fácil, disse D. Gabriela; principalmente se devemos dar crédito aos que tanto nos perseguem com finezas. Olhem, eu vejo-me doida!... Mais de vinte me atormentam! Querem saber o que me sucedeu ultimamente?... Eu confesso que me correspondo com cinco... isto é só para ver qual dos cinco quer casar primeiro; (...)⁷⁷

⁷⁵ Sabe-se já no início do romance que os rapazes são estudantes de medicina, mas em nenhum momento é exposto a escolaridade das moças. Para melhor compreender como funcionava o estudo entre homens e mulheres deste período citamos um pequeno trecho de Hahner: “No Brasil, tradicionalmente a educação superior servia para preparar os rapazes para profissões de prestígio, especialmente direito e medicina. Poucas conexões existiam entre tal formação e o sistema da escola primária dirigido (ainda sem muito sucesso) à massa da população, pois a maioria dos brasileiros permanecia analfabeta. A posse de um título superior era uma condição fundamental para o ingresso no grupo de elite que dominava a vida política do Brasil, durante o século XIX. Uma mulher não podia entrar na academia porque o que esta oferecia era um conhecimento dirigido, um currículo destinado a preparar os homens para a sobrevivência no mundo político daquela elite governante. Um aprendizado sério era um rito de puberdade exclusivamente masculino limitado a um número restrito de predestinados pelo berço, pela riqueza, ou quase sempre, por ambas as coisas”. (HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 134).

⁷⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Ed. Klick, [s/d], p. 22.

⁷⁷ Idem, p. 79.

Para essas moças que encaram o amor apenas como mais um dos ingredientes que compõem o casamento, até receber declaração amorosa parece ser um grande fardo:

– Juro que estou completamente aturdida com os protestos de eterna paixão do Sr. Leopoldo, disse D. Quinquina; mas é uma verdadeira desgraça ser hoje moda ouvir com paciência quanta frivolidade vem, não direi à cabeça, porque parece que os tolos como que não a têm, porém aos lábios de um desenxabido namorado. O tal Sr. Leopoldo... não é graça, eu ainda não vi estudante mais desestudável!...⁷⁸

Elas vêem a figura do pretendente não exatamente com olhos de encantamento que o amor romântico, a princípio, proporciona, mas com os olhos da realização de uma conquista. Nesse olhar há inevitavelmente uma avaliação do que “foi adquirido”:

– Você, D. Joaninha, acudiu D. Clementina, tem-se regalado hoje com o incomparável Fabrício. Não lhe gabo o gosto... só as perninhas que ele tem!...

– Ora, respondeu aquela; ainda não tive tempo de lhe olhar para as pernas... mas também você parece que não se arrepiava muito com a corcova do nariz de meu primo; confessemos, minha amiga, todas nós gostamos de ser conquistadoras.

– Pois confessamos... isso é verdade.

– Pela minha parte não diga nada, assobiou D. Gabriela mirando-se no espelho; mas enfim... eu não sei se sou bonita, mas, onde quer que eu esteja, vejo-me sempre cercada de adoradores: hoje, por exemplo, tenho-me visto doida... perseguiram-me constantemente seis... era impossível ter tempo de mangar com todos a preceito.

– Mas, D. Gabriela, onde está o seu talento?...

– Pois bem, que se ponha outra no meu lugar...⁷⁹

Mas os rapazes não se deixam iludir pelo amor e nem tampouco pelos sentimentos que essas moças juram sentir. Fabrício resume assim toda essa engrenagem de relações:

(...) Pois meu amigo, quero te dizer: a teoria do amor do nosso tempo aplaude e aconselha o meu procedimento; tu verás que eu estou na regra, porque as moças têm ultimamente tomado por mote de todos os seus apaixonados extremos, ternos, afetos e

⁷⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Ed. Klick, [s/d], p. 80.

⁷⁹ Idem, p. 80 – 81.

gratos requebros, estes três infinitos de verbos: **iscar, pescar e casar**. Ora, bem vê-se que, para contrabalançar tão parlamentares e viciosas disposições, nós, os rapazes, não podíamos deixar de inscrever por divisa em nossos escudos os infinitos desses três outros verbos: **fingir, rir e fugir**. Portanto, segue-se que estou encadernado nos axiomas da ciência.⁸⁰

Ou seja, o casamento não era só uma conseqüência de um bem sucedido namoro, com amor, carinho e outros sentimentos que fazem parte de uma relação amorosa, como poderia sugerir algum estereótipo romântico. Era, sim, uma busca frenética por um marido, onde o que interessava era arranjar um pretendente à altura do ponto de vista social e econômico⁸¹:

I

Menina solteira
Que almeja casar
Não caia em amar
A homem algum;
Nem seja notável
Por sua esquivança,
Não tire a esperança
De amante nenhum.

II

Mereçam-lhe todos
Olhares ardentes,
Suspiros ferventes
Bem pode soltar:
Não negue a nenhum
Protestos de amor;
A qualquer que for
O pode jurar.

III

Os velhos não devem
Formar exceção,
Porquanto eles são
Um grande partido;
Que, em falta de moço
Que fortuna faça,
Nunca foi desgraça
Um velho marido.

⁸⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Ed. Klick, [s/d], p. 35.

⁸¹ Veja-se este trecho extraído de Franco sobre a estrutura familiar deste período: “O casamento, longe de ser deixado à discricção das partes diretamente interessadas, decidia-se conforme ponderações impessoais e de acordo com os interesses da família enquanto grupo. O processo de seleção dos cônjuges deixa bem claro o quanto as uniões estiveram fundadas em considerações racionais de interesses”. (FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 44).

IV

Ciúmes e zelos,
 Amor e ternura
 Não será loucura
 Fingida estudar;
 Assim ganhar tudo
 Moças se tem visto,
 Serve muito isto
 Antes de casar.

V

Contra os ardilosos
 Oponha seu brio:
 Tenha sangue frio
 Pra saber fugir;
 Em todos os casos
 Sempre deve estar
 Pronta pra chorar,
 Pronta para rir.

VI

Pode bem a moça,
 Assim praticando,
 Dos homens zombando,
 A vida passar;
 Mas, se aparecer
 Algum toleirão,
 Sem mais reflexão,
 É logo casar.⁸²

Os casamentos eram vistos, pelo menos entre a elite branca, como a união de interesses. Segundo Samara, a organização social da família era formada por ampla parentela que possuía fins comuns. Solidariedade, deveres, obrigações mútuas e parentesco integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência. O destino dos filhos era planejado com cuidado. Para as filhas, um bom casamento; para os filhos, carreiras religiosas e cargos públicos. Com tais práticas, mantinha-se o controle das propriedades agrícolas, estabelecendo-se uma rede de parentesco com outras famílias e planejando a transmissão da herança⁸³.

Focado nesse planejamento de transmissão de herança, o homem, assim como a mulher, também visualizava no casamento arranjado a possibilidade de ascensão. Nos romances de Macedo, conforme diz Candido, há uma infra-

⁸² MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Ed. Klick, [s/d], p. 61 – 62.

⁸³ SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 20.

estrutura determinada pela posição da mulher, nessa sociedade acanhada de comerciantes, funcionários e fazendeiros, onde ela era um dos principais transmissores de propriedade, um dos meios de obter fortuna ou qualificação⁸⁴. Ainda segundo Candido, se os homens se lançam ao amor com tanta aplicação, é porque nele está a oportunidade de colocação na vida. Assim é igualmente com as mulheres que, percebendo ser o casamento a sua grande carreira, utilizam o amor como uma técnica de obtê-lo do melhor modo:

(...) suas ingênuas intrigas sentimentais com fundamentos bem assentados no interesse econômico, e a descrever a estratégia masculina do ponto de vista da caça ao dinheiro. A fidelidade ao meio – desvendando alguns mecanismos essenciais da moral burguesa, apoiada na necessidade de adquirir, guardar e ampliar propriedade. Acabando por harmonizar no matrimônio o dote da noiva e o talento sutilmente mercável do noivo.⁸⁵

Será em meio a essas relações de interesses, de jogos amorosos e total ausência de romantismo e do namoro entendido como entrega que Macedo vai formar o par amoroso do romance – Augusto e D. Carolina. Ele é moço da roça que, assim como outros tantos moços, deixou sua família para estudar na Corte; é alegre, jovial, namorador, mas com fortes princípios morais, o que o diferencia dos seus amigos. Ela é moça de posses, inteligente, travessa, ágil, à primeira vista destituída de beleza, simples nos modos de se portar e vestir. Diferentemente das outras meninas que sempre estão juntas confabulando, D. Carolina sempre está só, num aparente descaso com a realidade que a cerca, porque em verdade ela vê e ouve tudo o que se passa ao seu redor.

E são essas qualidades de Moreninha que a diferencia das outras mulheres do romance. Afinal, com exceção de D. Ana, avó da heroína, todas as outras personagens femininas são descritas como fúteis, sonsas e interesseiras. O narrador não poupa nem mesmo a ama de D. Carolina, que até então era “sempre sóbria e inimiga de espíritos”⁸⁶, mas que, em determinado momento, sendo “obrigada” por um hóspede de D. Ana, se embriaga a ponto de não

⁸⁴ CANDIDO, Antonio. O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo. In: *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969, p. 139.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Ed. Klick, [s/d], p. 83.

controlar as próprias pernas e já “olhava, mas não via, ou antes não sabia o que via”⁸⁷.

Em via de regra, para um escritor da atualidade, produzir e publicar um livro significa a busca por reconhecimento ou liberdade financeira, ou as duas coisas ao mesmo tempo⁸⁸. Público há para todos os gostos. Mas, no século XIX, os escritores tinham que se cercar de certos cuidados para um público-leitor que se formava, “seduzir o público e ainda consolidar o espaço para as suas obras nascerem, crescerem e se multiplicarem”⁸⁹.

Segundo Lajolo & Zilberman, a partir da Independência houve um novo projeto educacional para a nova nação, dentro do qual se incluía, ainda que marginalmente, a instrução da mulher. Até então, a situação da mulher brasileira em face da cultura escrita era muito precária⁹⁰. Verney, citado por Lajolo e Zilberman, defendia a necessidade da instrução da mulher já no século XVIII⁹¹: “pois como mães de família elas são as nossas primeiras mestras nos primeiros anos da nossa vida”. Elas ensinam a língua e “nos dão as primeiras idéias das coisas”. Verney recomenda também que as mulheres leiam: “eu digo que ainda as casadas e donzelas podem achar grande utilidade na notícia dos livros”. Sugere

⁸⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*: Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Ed. Klick, [s/d], p. 90.

⁸⁸ Não se pretende dizer com isso que tais intenções sejam exclusividade do momento atual. O que desejamos apontar é que muito mais que esses desejos intrínsecos, o escritor do século XIX possuía mais desafios. Lajolo & Zilberman assim se referem ao materialismo que permeia uma publicação: “O livro, suporte físico de um saber, mas também objeto industrializado submetido à compra e venda, vale dizer, mercadoria, é parte integrante, até essencial, dos mecanismos econômicos próprios ao capitalismo. Assume marcas da sociedade burguesa ao se transformar em propriedade privada; neste caso, contratos de edição e impressão, meios de distribuição e venda, regras de tradução e condensação constituem operações que visibilizam a dimensão econômica do processo inteiro que se abre com um original e desemboca num livro.” (LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 60).

⁸⁹ Idem, p. 18.

⁹⁰ Idem, p. 240.

⁹¹ Luiz Antônio Verney (1718 – 1792), filósofo, teólogo, professor e escritor português. Crítico ao ensino então ministrado nas escolas da Companhia de Jesus, fixou-se em Roma, aos 23 anos, desenvolvendo, até ao fim da sua vida, uma intensa atividade intelectual, com a intenção de reformar o ensino e a mentalidade cultural em Portugal, podendo considerar-se a publicação do seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), tanto pelo conteúdo como pela polêmica gerada, como um dos mais dinâmicos fatores de sistematização do ideário iluminista português. O seu projeto reformista abrange tanto o conteúdo dos currículos como as questões pedagógicas, como o acesso da mulher à cultura. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/ilu5.html>>. Acesso em 02 de abril de 2008.

um currículo visando preparar a mulher para enfrentar os encargos do lar e da vida em sociedade, por ser este o âmbito da esfera pública que lhe é facultado⁹².

No século XIX, essa necessidade de instrução da mulher que Verney já pregava um século antes, ganha forças. A efervescência cultural que se instalou na cidade do Rio de Janeiro após a transferência do governo português, as modificações impostas ao sistema educacional após a independência e o consumismo desenfreado pela classe dominante de produtos europeus são alguns fatores que viriam a contribuir para que ocorressem mudanças nos lares brasileiros. A vida social se torna mais intensa. Receber em casa passa a ser algo rotineiro, assim como as idas ao teatro, saraus, passeios à Rua do Ouvidor, entre outras atividades que aos poucos iam se tornando parte do dia-a-dia da nova classe social.

Segundo Meyer, a mulher de posses deveria saber receber as visitas do marido, estar presente à mesa e às conversações. Paralelamente deveria compenetrar-se de sua nova situação social, abandonando seus antigos hábitos e europeizando o seu corpo, seus vestidos, e seus modos⁹³. E é no ato da leitura que se buscará um mínimo de erudição para essa mulher.

Como se observa em trecho de José Lino Coutinho citado por Meyer, seria de grande utilidade, entre outras modalidades, a leitura de romances e folhetins⁹⁴ na educação das jovens. Ou seja, ler deixa de ser apenas um entretenimento – ou, usando uma expressão bem corriqueira, deve-se unir o útil ao agradável. O próprio Macedo, na posição de professor de história e educador no Rio de Janeiro, viria a utilizar os livros adotados na escola primária pública feminina para dar inúmeros “exemplos excelentes” que deveriam ser seguidos pelas jovens brasileiras⁹⁵.

Todavia, o nível de analfabetismo no Brasil nesse período era altíssimo, principalmente entre as mulheres. Saber ler era privilégio para poucos⁹⁶. Nesses

⁹² LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 238 – 239.

⁹³ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 298.

⁹⁴ O trecho citado pertence à obra *Cartas sobre a educação de Cora*, de José Lino Coutinho e foram publicadas postumamente em 1849. (MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 298).

⁹⁵ HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 128.

⁹⁶ Conforme dados apurados por Hélio Guimarães, ao longo de todo século XIX os alfabetizados não ultrapassavam 30% da população brasileira. Em 1872, apenas 18,6% da população livre e

“poucos” estão normalmente indivíduos pertencentes à classe abastada e em sua maioria do sexo masculino. Em outras palavras, a escolaridade, a exemplo da política e do poder econômico, mais uma vez estava nas mãos de uma pequena parcela da população, nas mãos de uma elite escravocrata e patriarcal. E mesmo dentre essa elite havia diferenças no nível escolar:

(...) a presença de um certo traço de oralidade nos textos brasileiros, desenvolvido por força do costume da leitura de textos em voz alta, em saraus e reuniões, o que constituía estratégia importante para aumentar o alcance da produção literária numa sociedade de analfabetos⁹⁷.

Mas como dito anteriormente, várias mudanças ocorreram na sociedade oitocentista. E um público-leitor feminino, ainda que minguado, se formou. Para atender a esse público representado pelo contingente de leitoras – as “gentis leitoras”, obrigadas a ficar em casa, pois era-lhes vedada a atividade pública⁹⁸, a literatura sofre modificações. Como nos ilustra Lajolo & Zilberman, os textos passam por mudanças estruturais, aparecem novos gêneros literários, mais prosaicos, e começa a desgastar-se o emprego de expressões elevadas. Também o modo de produção e circulação da literatura é afetado. Acaloram-se os debates sobre os riscos e as vantagens da leitura, ou seja, matérias até então de ordem ideológica e comercial começam a interferir no processo artístico⁹⁹.

Conforme nos relata Hélio Guimarães, o principal veículo de escoamento da produção literária oitocentista era o jornal, sendo raro o romance publicado em volume sem antes ter passado pelo rodapé dos diários cariocas¹⁰⁰. O folhetim¹⁰¹,

15,7% da população total, incluindo os escravos, sabiam ler e escrever, e apenas 16,9% freqüentavam escolas. Em 1890, a população geral era de 14.333.915 habitantes, desse total, apenas 1.564.481 sabiam ler. A divisão entre homens e mulheres instruídos ficou assim: cidadão livre – 1012.097 homens e 550.981 mulheres / escravo – 958 homens e 445 mulheres. (GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 66).

⁹⁷ GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 49.

⁹⁸ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 230.

⁹⁹ Idem, p. 230.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 49 – 50.

¹⁰¹ Assim Meyer define a composição do folhetim: “caracterizado pela extensão, pelas infíndas e atraentes peripécias se alongando no tempo, desenvolvendo uma temática quer de aventuras, quer de capa e espada, quer histórica, quer judiciário-policialesca, quer realista-sentimental, quer... tudo misturado? Comum a todos, e importantíssimo, era o suspense e o coração na

importado da França, encontra um terreno fértil entre essas leitoras que passam a consumir mais e mais jornais, aguardando com ansiedade os capítulos que estavam por vir. Embora o público-leitor desses folhetins na Corte fosse em número reduzido, bem distante do número do público francês, segundo Meyer, há uma correlação direta entre a prosperidade dos jornais e os folhetins, a ponto dos periódicos lançarem mão de sucessivas modificações em seus espaços – mudança de formato, de diagramação, dos rodapés e dos anúncios, no intuito de aproveitar e manter o máximo possível a era da “mina de ouro folhetinesca”¹⁰².

Tão fulgurante e rápida penetração do folhetim francês sugere a constituição no Brasil, nas décadas de 1840 e de 1850, de um corpo de leitores e ouvintes consumidores de novelas já em número suficiente para influir favoravelmente na vendagem do jornal que as publica e livros que as retomam.¹⁰³

O sucesso do folhetim na Corte foi tão expressivo que abarcou, ainda que timidamente, leitores de outras classes sociais. Meyer afirma que na medida em que foi praticamente constante a publicação do romance-folhetim europeu na maioria dos jornais brasileiros, não há como não inferir – ainda que falte a necessária pesquisa – que ele não foi só lido e ouvido pelas classes mais altas como foi sendo consumido por camadas renovadas de leitores e ouvintes, os quais iam acompanhando as mudanças por que passava a sociedade brasileira¹⁰⁴. Ainda segundo Meyer, tudo é indistintamente consumido sob a etiqueta “melhores autores franceses”. Toda novidade de Paris era tomada como padrão de qualidade. “Altos e baixos” de lá ficam erodidos, ao atravessar os mares. Aqui, são nivelados, e, devidamente absorvidos, levarão à constituição de “um outro que é o nosso”, como afirma Meyer¹⁰⁵.

Embora o consumo de jornais e o hábito de leitura tenha aumentado significativamente em consequência do fenômeno dos folhetins, seria exagero comparar o número de leitores da Corte com os leitores do folhetim oitocentista

mão, um lencinho não muito longe, o ritmo ágil de escrita que sustentasse uma leitura às vezes ainda soletrante, e a adequada utilização dos macetes diversos que amarrassem o público e garantissem sua fidelidade ao jornal, ao fascículo e, finalmente levasse ao livro”. (MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 303).

¹⁰² MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 294.

¹⁰³ Idem, p. 292.

¹⁰⁴ Idem, p. 382.

¹⁰⁵ Idem.

francês. Enquanto que na França estes eram produzidos para atender aos anseios de um público popular formado pelo operariado, aqui o público era restrito a um círculo de leitores constituído por estudantes e, principalmente, por moças e senhoras “da sociedade”. Por ser esta mulher considerada destinatária natural¹⁰⁶ dessas leituras, alheia aos problemas sociais, há nos romances brasileiros um distanciamento da realidade contingente – uma vez que muitas dessas obras foram criadas com muito esmero para que não houvesse a possibilidade de “desvirtuar” estas “gentis leitoras”. Por esse motivo, produzir um romance que reunisse vários perfis com características ou modos que não eram considerados de bom-tom para uma mulher da época poderia trazer para o escritor problemas na aceitação de sua obra, pois tal atitude poderia vir a incomodar o público leitor deste período. Além disso, o grande consumo de folhetins e romances populares tinham como destino certo o universo limitado e recluso das mulheres, em sua grande maioria com pouca instrução, que tomavam conhecimento do modo e costume da sociedade que as cercava através dessas leituras, e é essa particularidade de público que acabava levando o escritor a prefigurar um público feminino e a ele se ajustar. Nesse ajuste, o escritor deveria ter cuidado em expor aquilo que a sociedade desejava esconder, de maneira que as leitoras pudessem se identificar com a personagem ao mesmo tempo em que pudessem se divertir – aqui sem a necessária identificação – com a comicidade que mascarava as fraquezas humanas.

Sodré esclarece que daquelas primeiras leitoras de romances traduzidos na intenção das damas sentimentais, lhe ficaria para sempre o conceito – que foi, aliás, o de toda a geração romântica até o naturalismo – que o romance é uma história puramente sentimental, cujos lances devem pela idealização e romanesco afastar o leitor das feias realidades da vida e servir de divertimento e ensino. O romance, nesse sentido, seria uma história principalmente escrita em vista das leitoras¹⁰⁷.

Macedo, consciente desse público leitor, retrata, de maneira cômica, as mazelas contidas na sociedade. Mostra, de forma clara, as ações nem sempre dignas dos diversos tipos humanos que movimentam a trama – escravos

¹⁰⁶ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 379.

¹⁰⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966, p. 206.

corruptos, estudantes descompromissados com qualquer responsabilidade, tabeliães, mocinhas fúteis e esnobes, médicos, políticos e as senhoras de “bom-tom”.

Quantos leitores não devem ter rido ao se deparar com a cena das senhoras idosas que não se sentavam direito porque tinham hemorróida. Ou da passagem em que as damas presentes na residência de D. Ana procuram uma explicação para o estado de Paula, ama de D. Carolina, que havia se embriagado momentos antes com um conviva. Justamente essa maneira leve de retratar a sociedade – a sua sociedade – foi um dos motivos que, conforme Serra, contribuiu para que Macedo caísse no gosto do público.

Entretanto, ainda que Macedo já transpusesse em seu primeiro romance um certo ceticismo em relação ao mundo que o cercava, para Candido o autor ficou no círculo restrito da sua classe e da sua cidade, desconhecendo personagens incompatíveis com os respectivos gêneros de vida, traçando personagens convencionais correspondentes à expectativa corrente do leitor, segundo modelos quotidianos, acessíveis ao julgamento médio e, portanto, delimitados pelos padrões mais corriqueiros.

Salienta ainda que seu romance está situado no cruzamento das duas tendências – uma tributária do realismo miúdo, outra da idealização inverossímil¹⁰⁸. Ainda segundo Candido, Macedo não inventa condições socialmente impossíveis para os personagens – as impossibilidades, se existem, são de ordem física ou psíquica, nunca de ordem social; a posição de seus personagens no mundo é sempre bem definida; as mudanças espirituais são abruptas e vêm de acordo com os acontecimentos e as necessidades narrativas; o vício é a privação momentânea da virtude; mesmo a pobreza é uma suspensão da abundância; a maldade é provisória, o bem definitivo. Em sua obra tudo se resolve, explica e perdoa¹⁰⁹.

O mundo retratado em *A Moreninha* é um mundo sem nenhum drama moral ou ético e poucos conflitos. Não há conflito de classe, nem psicológico e tampouco ideológico. A história toda se desenrola sem maiores entraves e os próprios tipos que elencamos acima se movem de maneira natural na trama. Ou

¹⁰⁸ CANDIDO, Antonio. O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo. In: *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

¹⁰⁹ Idem, p. 139 – 141 – 143.

seja, o amor é entre dois jovens da mesma classe social; a expectativa em torno de um bom casamento é natural ao meio; ninguém ascende ou descende socialmente; e, por fim, não há qualquer menção aos problemas de ordem social do país – como se aqui não houvesse escravidão ou homens-livres/dependentes e pobres, mas somente indivíduos com o mesmo nível social. É como se Macedo – “homem da classe média urbana”¹¹⁰ – estivesse sentado em um determinado espaço e pincelasse em um quadro tudo o que ocorresse ao seu redor, mas só ao seu redor¹¹¹.

Nesse sentido, é que se pode afirmar que Macedo, adotando fórmulas do folhetim europeu, as rebaixa para torná-las conformes à sociedade local, assim como a via: um mundo pacato, em que as peripécias do romance francês destoavam da mediocridade aqui reinante, abraçada pelo autor. Em outras palavras, embora Macedo tenha buscado adaptar o folhetim europeu à cena brasileira, *A Moreninha* – com suas personagens absolutamente banais da época, seus estudantes descomprometidos, senhoras pacatas e bem intencionadas, convencionais e reconhecíveis¹¹² – é um simulacro, mal resolvido, do folhetim europeu povoado de heróis, bandidos, segredos, arroubos românticos, suspense¹¹³. A enfermidade de Augusto, e a angustiante espera de Moreninha pelo rapaz, são exemplos de arrancos romanescos presentes no romance. Arrancos, diga-se de passagem, que levam o leitor (atual) a refletir sobre a sua compatibilidade com a sociedade brasileira, assim como representada por Macedo.¹¹⁴

¹¹⁰ CANDIDO, Antonio. O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo. In: *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

¹¹¹ Na defesa sobre essa conformidade que Candido e outros críticos afirmam haver na obra macediana, Serra rebate que o autor só por propor a reiteração de uma posição nova para a mulher na sociedade, uma mulher culta, mais independente do sexo masculino – não pode ser considerado conformista. (SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004).

¹¹² WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In: <http://www.machadodeassis.ufsc.br>. Acesso em 01 de abril de 2009.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Essa incongruência se explica porque: “Macedo justapõe, na verdade, dois princípios: de um lado, a narração de origem e tipologia européia, com que o público leitor já estava minimamente familiarizado; de outro, a descrição da cena local. Daí decorre a fratura romanesca: narração e descrição não fecham uma com a outra. Essa a significação maior de Macedo, lido pelo avesso: a dificuldade de criar um romance congruente com o processo social vigente no Brasil”. (WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In: <http://www.machadodeassis.ufsc.br>). Acesso em 01 de abril de 2009).

De qualquer modo, o valor literário de Macedo, segundo Candido, está no esforço em transpor para sua obra os tipos, as cenas, a vida de uma sociedade em fase de estabilização¹¹⁵. Não podemos esquecer que nesse período não era somente a formação da nação que estava em jogo. A sociedade até então basicamente agrária começava a mover-se para a cidade, propiciando a formação de um público essencialmente urbano e burguês. É para esse público ansioso de se ver retratado idealisticamente nos romances que Macedo vai compor sua obra. Ao retratar esse público, embora num “realismo miúdo”, Macedo contribuiu, de forma decisiva, para, além da tentativa de aclimatar o romance no Brasil, dimensionar o mercado de publicações brasileiro, abrindo caminho para que outros escritores pudessem compor suas obras tendo em vista um cada vez maior número de leitores.

O fato é que depois da publicação de *A Moreninha*, Macedo obteve prestígio, tornando-se o autor mais lido do Brasil no final da década de 40 e início dos anos 50. O sucesso de *A Moreninha* foi tão significativo ao ponto de ter sua segunda edição lançada um ano após a publicação da primeira. Fato inédito nessa época se comparado com outro romance do mesmo período – *Memórias de um Sargento de Milícias* - que teve três edições em um período de vinte e poucos anos¹¹⁶. O próprio Alencar, em seu *Como e Porque Sou Romancista*, relata seu fascínio pelo escritor: “Que estranho sentir não despertava em meu coração adolescente a notícia dessas homenagens de admiração e respeito tributados ao jovem autor d’A Moreninha! Qual régio diadema valia essa auréola de entusiasmo a cingir o nome de um escritor?”¹¹⁷

Quem sabe, o respeito literário que conquistou o autor de *A Moreninha* se deva ao seu talento e sua intuição em trazer à cena o riso justamente num momento em que o leitor clamava por um entretenimento mais leve, como

¹¹⁵ CANDIDO, Antonio. O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo. In: *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

¹¹⁶ GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 66.

¹¹⁷ Observa-se, no relato de Alencar, o fascínio que causava Macedo a outros leitores: “*Ainda me recordo das palestras em que meu companheiro de casa falava com abundâncias de coração em seu amigo e nas festas campestres do romântico Itaboraí, das quais o jovem escritor era o ídolo querido. Nenhum dos ouvintes bebia esses pormenores com tamanha avidez como eu, para quem eram completamente novos. Com a timidez e o acanhamento de meus treze anos, não me animava a intervir na palestra; escutava à parte; e pôr isso ainda hoje tenho-as gravadas em minhas reminiscências, a estas cenas do viver escolástico.*” (ALENCAR, José de. *Como e Porque Sou Romancista*. Campinas, SP: Pontes, 1990).

defende Serra. Ou, quem sabe, aliado a esses fatores, o mérito maior de Macedo esteja no fato de levar para as páginas de seu livro uma moreninha como personagem central, que, com toda sua beleza local aliada a sua personalidade, se sobressai a outras meninas pálidas e loiras “européias”. Ao realizar tal propósito, Macedo, segundo Amora, criava finalmente a *donzelinha* ou mocinha brasileira – típico produto nacional¹¹⁸.

2.1 A brasileira Moreninha

No que concerne à história da Literatura Brasileira, mais especificamente no período em que se buscava uma expressão nacional para o país, em um momento em que o Imperador “em pessoa” trabalhava para que o Brasil tivesse sua própria identidade, a fim de que o Brasil se afirmasse como nação perante outros governos e principalmente perante sua antiga metrópole, surge Macedo e apresenta ao leitor o romance *A Moreninha*.

Esta obra seria de suma importância para o movimento romântico que há pouco mais de uma década se fixara no Brasil, mas que teria no Segundo Reinado (1840 – 1889) seu momento mais fecundo por se encontrar aqui homens de letras ansiosos para transmitir em suas obras o sentimento de patriotismo que os tomava desde que se proclamou a Independência, mas que só ganhou forças, como já vimos no primeiro capítulo deste trabalho, com o aval direto de D. Pedro II.

Moreninha, com seu tom de pele, alcançaria junto ao leitor o *status* de primeiro mito sentimental brasileiro, a “padroeira dos namorados”¹¹⁹. Todavia, esse lugar de destaque perante o público-leitor não seria obtido somente pelo aspecto físico da personagem, pois cremos que apenas sua “morenice” é insuficiente para explicar o porquê de essa personagem ser considerada a mais importante criação de Macedo e, principalmente, de ser esta jovem essencial para

¹¹⁸ AMORA, Antônio Soares. *A literatura Brasileira – O Romantismo*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973, p. 220.

¹¹⁹ CANDIDO, Antonio. O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo. In: *A Formação da Literatura Brasileira, (Momentos Decisivos)*, 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

o romantismo brasileiro. Pois D. Carolina não é diferente das heroínas européias só exteriormente. Encontramos em sua personalidade a força, a inquietude, a simplicidade, a inteligência e o sentimento de liberdade que a torna, de certa forma, uma mulher à frente do seu tempo. Apesar de ser mais jovem que as outras moças que compõem o terceto que ocupa o romance, sua percepção para o mundo que a cerca é aguçada, o que provoca um certo desprezo pelos costumes e pela hipocrisia presente no seu círculo social. Reage de maneira irônica e mordaz a essas mazelas, o que de certa forma propicia um distanciamento entre o mundo das outras jovens e o seu.

Moreninha é avessa às convenções, prefere ficar passeando entre os rochedos a ficar reunida com as outras meninas, prefere o silêncio da gruta a reuniões barulhentas onde o assunto é casamento, moda ou alguém que por infelicidade foi lembrada pelas jovens. O que para ela é anulação, para suas amigas é diversão. Nessa perspectiva, Moreninha se diferencia do conjunto, obtendo assim sua individualidade, que em vez de a reduzir perante seu meio, a engrandece perante o sexo masculino, atraindo os rapazes, ainda que lhes cause estranheza e temor.

Temor porque a personalidade complexa de D. Carolina afronta os eventuais pretendentes, ainda que os encante, pois, mesmo que as outras jovens sejam “sonsas”, “caçadoras de maridos” e que tratem o amor assim como os homens o fazem, essas atitudes só se dão na particularidade de seus quartos e entre elas, jamais perante o sexo oposto. Mas D. Carolina é autêntica em seus atos e não escolhe local nem platéia para se manifestar. Independente se de maneira pensada ou não, é ela sempre a tomar conta da cena, causando muitas vezes embaraço entre os presentes.

Podemos dizer que ao criar essa personalidade complexa de *A Moreninha*, Macedo, ainda que de maneira sutil, chama a atenção de forma crítica para o papel da mulher do século XIX, inserida em uma sociedade patriarcal, onde a única carreira possível para o sexo feminino é a do casamento.

Dizemos que isso ocorre de maneira sutil, pois ainda que Moreninha ironize as investidas amorosas dos rapazes – “eu cá não custo tanto a compreendê-lo como minha prima; já sei o que querem de mim os seus

elogios...”¹²⁰ – ou fuja do domínio masculino - “havia rejeitado dez braços. Queria passear só. Um braço era uma prisão e a engraçada Moreninha gostava, sobretudo, da liberdade”¹²¹ – ao final do romance, como assim se esperava de um bom exemplo de uma obra romântica, a menina que tanto ansiava por liberdade acaba vencida pelo amor e lançada em matrimônio. A mestra acaba se nivelando à condição do seu aprendiz.

Macedo, dessa forma, sacramenta o papel idealizado da mulher pela elite brasileira, onde a única carreira digna seria a do matrimônio:

(...) através das leitoras de papel e tinta, os romancistas legitimam formas e regras vigentes, mas simultaneamente, arriscam-se a romper com certos padrões, ao oferecer ao destinatário - sobretudo quando pertence ao sexo feminino - um horizonte mais largo de experiência cultural e ética. Mesmo com tais ressalvas, no entanto, os escritores confirmam a ideologia patriarcal que favorece a dominação do homem sobre a mulher, por intermédio do casamento e da dedicação ao lar e à família. Sob este aspecto, as obras representam a prática em vigor e, ao evitar contestá-la, acabam por reforçá-la.

O resultado, à primeira vista, é contraditório, pois, de um lado, idealiza o público feminino e, de outro, estimula o conformismo.¹²²

Outra mulher, “diferente” no modo de pensar, é citada rapidamente por Leopoldo num momento em que este se encontra a sós com Augusto, porém ele não a denomina e tampouco descreve seus atributos físicos. O que lhe ocorre é discursar sobre o modo impróprio de pensar da tal dama:

(...) a bela senhora é filósofa! ... Faze idéia! Já leu Mary de Wollstonecraft¹²³ e, como esta defende o direito das mulheres, agastou-se comigo, porque lhe pedi uma comenda para quando

¹²⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 41.

¹²¹ Idem, p. 47.

¹²² LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 256.

¹²³ Mary Wollstonecraft (1759 – 1797), figura de destaque na luta pelos direitos das mulheres. Através da sua irreverência e da sua escrita denunciou opressões sofridas pelo sexo feminino, contestou as regras sociais vigentes e exigiu a plena cidadania para as mulheres. Na sua obra *Vindication of the Rights of Woman (Em defesa dos direitos das mulheres)*, reprova o método educacional oferecido às mulheres por não proporcionar a estas senso crítico em relação a sua situação de submissão perante a sociedade. Kamita informa que, segundo historiadores, essa obra de Mary foi livremente traduzida em 1832 pela educadora, escritora e poetisa brasileira Nísia Floresta (1810 – 1885) com o título de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Para melhor exposição sobre a luta das mulheres por seus direitos, ver KAMITA, Rosana Cássia. *Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

fosse ministra de Estado, e a patente de cirurgião de exército, no caso de chegar a ser general; mas, enfim, fez as pazes, pois lhe prometi que, apenas me formasse, trabalharia para encartar-me na Assembléia Provincial e lá, em lugar das maçadas de pontes, estradas e canais, promoveria a discussão de uma mensagem ao Governo Geral, em prol dos tais direitos das mulheres; além de que... Mas...¹²⁴

Por outro lado, o final feliz e convenientemente romântico que Macedo dá a sua personagem não apaga a imagem forte, destemida e segura de Moreninha. É fato que ela não chega a ser uma representante da defesa dos direitos femininos como a senhora citada acima, mas seu espírito de liberdade e seu desdém tanto em relação aos homens como às mulheres que se submetem aos seus caprichos lhe confere uma certa simpatia junto ao público feminino ainda subjugado por um sistema opressor:

(...) enquanto registro sutilíssimo de uma situação social complexa, o romance matiza o quadro pintado por observadores diretos e idealiza uma circunstância histórica. Emerge daí uma dialética entre testemunho e fantasia, sendo esta última a que possibilita à literatura esboçar uma utopia para as mulheres brasileiras do século XIX: desafiar o universo masculino.¹²⁵

Todavia, Moreninha não se isola de todo desse meio que despreza, está sempre por perto, como se espreitando todos os passos dados pelos hóspedes ou, quem sabe, marcando a sua presença. Ela age igual a um pássaro, não pára, está em constante movimento, (...) mas a bela, quanto mais perto o via, saltava, corria, voava como um beija-flor, como uma abelha ou, melhor, como uma doidinha. D. Clementina a define como uma menina “travessa como o beija-flor, inocente como uma boneca, faceira como o pavão, e curiosa como... uma mulher”¹²⁶.

Muito fácil concordar com o juízo que D. Clementina faz de Moreninha. Sim, ela é travessa, faceira e curiosa, mas será essa mocinha inocente? Suas atitudes sempre são sem algum propósito?

¹²⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 72.

¹²⁵ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 255.

¹²⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 39.

Torna-se custoso encontrar inocência nos seus atos em relação a Fabrício, que “era a vítima predileta, porque também fora ele o único que se atreveu a travar luta com ela”¹²⁷, ou do seu gesto ao esmagar a rosa que D. Quinquina oferece a Augusto. Leopoldo, também embevecido com Moreninha, em um momento em que está a sós com Augusto, aproveita para desabafar sobre o “diabinho” que “zomba de todos nós; cada cumprimento que lhe endereçamos paga ela com uma resposta que não tem troco e que nos racha de meio a meio”¹²⁸.

Moreninha não é exatamente um anjo, e a sua inocência, se existe, ela a guarda para si. É a “diabinha”, a “feiticeira”, a “fada” que atormenta e seduz fazendo o que bem quer com seus encantos, mas, diferentemente das outras meninas, seu modo de agir demonstra desinteresse por tudo e todos. Se esse desinteresse é sempre intencional, não se sabe, pois em alguns momentos se percebe a aversão que sente por alguém – no caso de Fabrício – mas sabe-se também que em relação a Augusto o desinteresse é motivado pelo plano de conquistá-lo.

Quando Filipe faz o convite para os amigos passarem o final de semana na ilha, ao descrever as jovens primas, que estarão presentes em sua casa, ouve de Augusto a seguinte frase: “– Ora!... o que poderão ser senão demoninhas, como são todas as outras moças bonitas?”¹²⁹, ou seja, o rapaz sabe do efeito que a beleza produz, e demonstra estar preparado para não se deixar envolver, gracejando que “duas primas”, para ele, “é um número de feiticeiras muito limitado. Não sejam só elas as únicas magas que em teu favor invoquem me encantar”¹³⁰.

Nessa possibilidade de flerte, programado para o final de semana, Moreninha não está incluída, pois, como diz Augusto, duas primas não são suficientes para enfeitiçá-lo. Moreninha não está nos planos de nenhum dos rapazes, e sua presença, ainda que não atraia num primeiro momento qualquer dos convidados do seu irmão, à medida que o dia passa acaba por se tornar a grande surpresa do encontro.

¹²⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 73

¹²⁸ Idem, p. 72.

¹²⁹ Idem, p. 17.

¹³⁰ Idem, p. 20.

Na manhã de sábado, no primeiro momento em que Augusto a viu, seu jeito inquieto e seus inúmeros trejeitos fizeram com que ele a julgasse feia. Logo após, durante o jantar, Augusto começa a observar a menina com um pouco mais de atenção. Acha graça em sua conversa e começa a admirar seu jeito moleque, sua alegria e sua inteligência e “desde então começou o nosso estudante a demorar seus olhares naquele rosto, que com tanta injustiça, tachara de irregular e feio”¹³¹.

Após o jantar, ao ser questionado por Leopoldo sobre Moreninha, o jovem assim responde:

- E o que pensas da prima de Filipe?
- A melhor resposta que te posso dar, é... não sei... porque meio-dia julgava travessa, importuna e feia, mas era-me completamente diferente...
- À uma hora?...
- Eu a supus estouvada e desagradável.
- Às duas horas?...
- Má, e desejava vê-la longe de mim.
- Durante o jantar?...
- Fui achando-lhe algum espírito e acusei-me por havê-la julgado feia.
- E agora?
- Parece que me sinto inclinado a declará-la engraçada e bonitinha.
- E daqui a pouco?
- Eu direi...¹³²

E assim transcorre a história: ele procurando a menina, e ela se esquivando, ele querendo se declarar, e ela não querendo ouvir, até que o rapaz se dá conta do seu amor por Moreninha:

Leopoldo, aquela menina que aborreci no primeiro instante, que julguei insuportável e logo depois espirituosa, que daí a algumas horas comecei a achar bonita, no curto trato de um dia, ou melhor ainda, em alguns minutos de uma cena de amor e piedade, em que a vi de joelhos banhando os pés de sua ama, plantou no meu coração um domínio forte, um sentimento filho da admiração, talvez, mas, sentimento que é novo para mim, que não sei como o chame, porque o amor é um nome muito frio para que o pudesse

¹³¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 39.

¹³² Idem, p. 46.

exprimir!... Eu já não me conheço... não sei onde irá isto parar...
Eu amo! Ardo! Morro!¹³³

Augusto, o jovem conquistador, confiante em manter o coração protegido das armadilhas do amor, o rapaz que jurou não amar mulher de cor morena, nem de cor rosa e tampouco de cor pálida, ama. O rapaz que via as mulheres com olhos românticos, idealizando-as, mas era realista demais para se entregar ao amor, passa a querer incondicionalmente Moreninha, passa a amá-la de tal forma que acaba divinizando aquela criatura. Ela é a alma da ilha, a vida do lugar e dona absoluta do seu coração.

Passa a se referir à moça como “minha mestra” e se coloca na posição de aprendiz, aceitando humildemente todos os caprichos da menina-mulher. Moreninha demora mais para compreender a força do sentimento que a domina, e só deixa transparecer o quanto ama Augusto quando este não aparece no outro final de semana como havia prometido. Sem saber o porquê do rapaz não aparecer (o leitor de antemão conhece o motivo – enfermidade causada pela falta de Moreninha), a menina entra num processo de espera e de sofrimento, que viria a acabar somente depois do retorno do rapaz.

Nesse momento de aceitação do amor por parte de ambos, em uma comunhão de sentimentos, o jogo termina (ou está apenas recomeçando). E não há vencido nem vencedor. Respondendo a pergunta final de Moreninha “quem venceu: o homem ou a mulher?”, pode-se responder: ambos. Ainda que para o narrador a beleza tenha sido a vitoriosa.

2.2 Mulheres de “*A Moreninha*”: loiras, morenas, pálidas...

Uma obra de arte é um desafio; não a explicamos, ajustamo-nos a ela. Ao interpretá-la, fazemos uso dos nossos próprios objetivos e esforços, dotamo-la de um significado que tem a sua origem nos nossos próprios modos de ver e de pensar.

(Arnold Hauser)

¹³³ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p.114 – 115.

Como era de se esperar, a miscigenação permeava todas as camadas sociais do país. A mulher brasileira, independente da sua classe social, seria mestiça, geralmente de pele morena, com cabelos longos, negros e olhos da mesma cor. Damas loiras, pelo menos nesse período em que ainda não havia a política de imigração massiva de trabalhadores europeus para o Brasil, como ocorreria em fins do século XIX, eram raras de se encontrar. As que aqui se achavam, ou eram estrangeiras que vinham acompanhadas de familiares (pais, esposos, entre outros), ou nascidas no país, mas com pais que migraram para o Brasil, ou, até mesmo, as “damas importadas” que vinham para cá em busca de oportunidades, ou obrigadas, como é o caso das escravas brancas, provenientes do leste da Europa¹³⁴. Em uma passagem do livro, Pinho, ao relatar um baile que foi dado em homenagem ao Imperador na sociedade baiana, ilustra o que foi dito acima – sabia-se a nacionalidade de uma certa senhora, pois essa dama tinha as suas feições claras “a acusar na cor dos cabelos e da tez”¹³⁵ sua origem germânica. Em suma, as mulheres brasileiras em geral, abastadas ou não, tinham como característica a diversidade racial. Desse modo, é compreensível o porquê do entusiasmo frente ao surgimento, na produção literária do país, daquela que viria a ser a primeira personagem com feição tipicamente brasileira, *A Moreninha*.

Em primeiro lugar, a galeria de beleza, personalidade e comportamento feminino presente no romance *A Moreninha* é especialmente variada. A beleza física não se restringe apenas a um padrão – principalmente ao padrão europeu. Ao contrário, Macedo vai buscar nas raças que formaram a civilização brasileira as características para criar suas mulheres – uma de pele branca, outra amarela e, por fim, uma espantosamente de pele morena:

– A mais velha, respondeu este, tem dezessete anos, chama-se Joana, tem cabelos negros, belos olhos da mesma cor, e é pálida.

¹³⁴ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993, p. 203.

¹³⁵ No relato de um visitante ao Brasil, e registrado por Pinho, podemos entender a diferença entre a mulher brasileira e as estrangeiras: “A consulesa, vestida com apuros, fazia figura em qualquer círculo de Londres ou de Paris, por sua aparência e finas maneiras; a primazia porém, em uma maioria de senhoras alemãs, cabia a uma brasileira: pálida como o marfim, esguia como um indú, os grandes e negros olhos cintilantes velados de encantadora expressão de melancolia, o cabelo preto como a asa de um corvo; beleza realçada pela simplicidade do traje, tinha ela a graça de uma sílfide e uma cativante timidez”. (PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 30 – 31).

- Hein?... exclamou Augusto, pondo-se de pulo duas braças longe do canapé onde estava deitado, então ela é pálida?...
- A mais moça tem um ano de menos: loira, de olhos azuis, face cor-de-rosa... seio de alabastro... dentes...
- Como se chama?
- Joaquina.
- Ai meus pecados!... disse Augusto.
- Vejam como Augusto já está enternecido....
- Mas, Filipe, tu já me disseste que tinhas uma irmã.
- Sim, é uma moreninha de quatorze anos.
- Moreninha? Diabo!... exclamou outra vez Augusto, dando novo pulo.¹³⁶

Tal diversidade de beleza, com traços tão distintos juntos no mesmo ambiente social, agita Augusto, pois, tendo sido a princípio descrito como um namorador incorrigível, se vê, ante a possibilidade que se apresenta, numa posição muito confortável:

- Mas a pálida?... a loira?... a moreninha?...
- Que interessante terceto! Exclamou Augusto com tom teatral; que coleção de belos tipos!... uma jovem de dezessete anos, pálida... romântica e, sublime; uma outra, loira...de olhos azuis... faces cor-de-rosa... e... não sei que mais: enfim, clássica e por isso bela. Por último, uma terceira de quatorze anos... moreninha, que, ou seja romântica ou clássica, prosaica ou poética, ingênua ou misteriosa, há de, por força, ser interessante, travessa e engraçada; e por consequência qualquer das três, ou todas ao mesmo tempo, muito capazes de fazer de minha alma peteca, de meu coração pitorra!...¹³⁷

Contudo, é a beleza européia de D. Joaquina que prevalece inicialmente. É ela que se ajusta melhor aos olhos de Augusto, porque, segundo ele, as outras moças são bonitinhas, mas D. Quinquina tem as feições mais regulares; achando-lhe mesmo muita harmonia nos cabelos loiros, olhos azuis e faces coradas¹³⁸. É esse o conceito de beleza para o jovem Augusto e também para seus amigos estudantes – a moça loira de feições regulares. Uma beleza que, em realidade, pelas suas características, condizia muito mais com o padrão de mulheres européias: Joaquina é um modelo de musa inspiradora, “clássica e por isso bela”¹³⁹. É bela aos olhos de todos e, assim, não há a necessidade de buscar no

¹³⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p.17.

¹³⁷ Idem, p. 17 – 18.

¹³⁸ Idem, p. 29.

¹³⁹ Assim se refere Augusto à beleza de D. Joaquina.

sentimentalismo, no emprego exagerado de adjetivo, maneiras de explicar a sua formosura, pois esta se mostra objetivamente no padrão europeu adotado.

Fascinado pela beleza de D. Quinquina, Augusto tem uma surpresa que de certa forma o desconcerta – assim como à primeira vista provavelmente se desconcertaram os primeiros leitores de *A Moreninha* – quando se depara com aquela que viria a ser dona absoluta do seu coração, D. Carolina, a neta de D. Ana e irmã de Filipe. Ela surge diante de seus olhos e ele tem “toda dificuldade em pintar aquela mocinha” não sabendo dizer “com precisão nem o que ela é, nem o que não é” achando-a até mesmo “estouvada, caprichosa e mesmo feia”¹⁴⁰.

Passada a primeira impressão, Moreninha, ao seu modo, atrai os olhares dos convivas com sua vivacidade, sua rapidez de raciocínio e seu jeito travesso, ainda que sejam apenas olhares de curiosidade. Entretanto, à medida que envolve os ali presentes com sua personalidade “desconcertante”, cai no gosto do sexo masculino, principalmente no gosto de Augusto. É como se um véu se descortinasse suavemente de Moreninha, e sua beleza fosse se revelando lentamente. De moça feia passa a ser bonitinha, em seguida, de bonitinha a bonita, até ser considerada por todos como a mais bela de todas. Para Augusto, Moreninha sabia possuir toda essa beleza, pois ela, “cônsia de seus encantos e beleza, queria ser senhora absoluta de todos os corações e até de todos os seres”¹⁴¹.

D. Joaninha, a outra jovem que forma o terceto, prima de Filipe, não é loira, e, assim como D. Carolina, possui cabelos e olhos negros, porém sua pele é “pálida”. Sua beleza não se revela do mesmo modo que se revelaria a beleza de Moreninha, mas a definição se ela é bela ou feia dependerá muito mais dos olhos de quem a vê. Para Augusto, a jovem é um “peixão” com suas negras madeixas e “sublime” sua palidez. Já para Fabrício, ela é desenxabida e sua pele pálida nada tem de sublime, apenas lhe dá um aspecto de amarela:

Malditos românticos, que têm cismado tudo e trocado em seu crismar os nomes que melhor exprimem as idéias!...O que outrora as chamava em bom português, moça feia, os reformadores

¹⁴⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 29 – 30.

¹⁴¹ Idem, p. 96.

dizem: menina simpática!...O que numa moça era, antigamente, desenxabimento, hoje é ao contrário: sublime languidez!...Já não há mais meninas importunas e vaidosas...As que o foram chamam-se agora espirituosas!...A escola dos românticos reformou tudo isso, em consideração ao belo sexo.

E eu, apesar dos tratos que dou à minha imaginação, não posso deixar de convencer-me que a minha “linda prima” é, aqui para nós, amarela e feia como uma convalescente de febres perniciosas.¹⁴²

Apesar de encontrarmos outras figuras femininas no romance – como D. Clementina, que, segundo o narrador, pertence a outro gênero, com seus “olhos vivos e perspicazes e um sorriso malicioso”, um “epigrama interminável” e D. Gabriela, “muito adocicada, muito espartilhada, muito estufada, e que seria tudo quanto tivesse vontade de ser, menos o que já acreditava que era, isto é... bonita”, o terceto, integrado por D. Joaquina, D. Joaninha e D. Carolina (a loira, a pálida e a morena) é classificado, acerca de suas características físicas, conforme a visão de cada um dos jovens em relação a sua beleza.

Para definir, ou melhor, visualizar a beleza de D. Joaninha, há, porém, a necessidade de uma imaginação fértil, que possibilite ver além da realidade. Fabrício, por exemplo, diz não ver beleza alguma na jovem “apesar dos tratos que dá à imaginação” e acusa: “Vocês com seu romantismo a que me não posso acomodar, a chamariam pálida. Eu, que sou clássico em corpo e alma e que, portanto, dou às coisas o seu verdadeiro nome, a chamarei sempre amarela”¹⁴³. Augusto, de sua parte, tendo um comportamento volúvel em relação às mulheres, chegando a ser taxado de velhaco, permite-se certo exagero no elogio a D. Joaninha – ela não é apenas bonitinha, chega a ser um “peixeão”. Seu conceito de beleza é amplo:

Todo mundo sabe que não há quem nasça perfeito. Suponhamos que eu estou na agradável companhia de três jovens, todas são lindas; a primeira vence a segunda na delicadeza do talhe, esta supera aquela na ternura do olhar e na graça dos sorrisos, e a terceira, enfim, ganha-as na sublime harmonia de umas bastas madeixas negras, coroando um rosto romanticamente pálido; ora, bem se vê que seria cometer a mais detestável injustiça se eu, por amar a delicadeza do talhe da primeira, me esquecesse das ternuras dos olhares e da graça dos sorrisos da segunda, assim

¹⁴² MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 27.

¹⁴³ Idem, p. 26.

como das bastas madeixas negras e do rosto romanticamente pálido da última.¹⁴⁴

Para explicar a beleza de D. Carolina, ou Moreninha, surge uma certa dificuldade. Ela não se ajusta nem à “beleza clássica” e nem à “beleza romântica”, mas ao mesmo tempo possui traços das duas, podendo ser a junção de ambas ou até mesmo a representação de uma beleza mais condizente com a realidade – simples, terrena e verdadeira. Se à primeira vista suas feições são comuns, contrariamente à beleza de D. Joaquina, e se, como dissemos anteriormente, num dado momento sua formosura se revela não apenas para um, mas para todos, independente se sua visão é clássica ou romântica – diferentemente do que acontece com D. Joana – torna-se complexo definir em que consiste a atração que a Moreninha exerce sobre os rapazes.

Nessa perspectiva, refletindo sobre sua beleza amorenada contrastando com a das outras meninas do romance e retomando o que dissemos em páginas anteriores sobre a personalidade de Moreninha, é justo pontuar o seguinte: Macedo, ao centralizar sua trama na figura de uma moreninha, representante do “tipo local”, em oposição à branca e à pálida (estereótipos recorrentes nos romances europeus), tornou-se, ao transplantar a forma européia para retratar o Rio de Janeiro do seu tempo (e do seu meio), o precursor de uma literatura que se pretendia genuinamente brasileira.

Mas, e isto também já foi afirmado, trata-se, em Macedo, da representação miúda da realidade social do alvorecer do II Império, em que o autor se ocupa de jovens estudantes e meninas casadoiras. A sociedade retratada por Macedo pertence a uma época em que as mulheres eram muito reclusas, e onde a vida social, afora a dos grandes centros urbanos, girava basicamente dentro das grandes casarões. O sarau, o namoro¹⁴⁵, as

¹⁴⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 44.

¹⁴⁵ No século XIX, o namoro era muito diferente. O rapaz só podia aproximar-se da rapariga de quem gostava com autorização do pai dela e sempre na presença de pessoas da família. As meninas desta época não podiam sair à rua sozinhas, mas era-lhes permitido ir à janela durante meia hora depois do almoço e do jantar. Os namorados não podiam encontrar-se a sós e, até o casamento, os apaixonados só se comunicavam através de cartas e só se podiam ver ao longe. Mesmo quando já eram noivos, nem todos os rapazes podiam entrar na casa da sua amada. Contentavam-se em ficar na calçada, aguardando horas seguidas para a poderem ver. Estes eram os chamados namorados “estaca” que, do meio da rua suspiravam por um lençinho ou uma madeixa de cabelo oferecida como recordação. O namoro tinha ainda os seus dias e

comemorações, reuniões políticas, enfim, tudo o que envolvesse junção de pessoas, com exceção de eventos realizados nas igrejas, tinham como destino certo a residência de alguém entendido na arte de receber. Os almoços e jantares, sempre freqüentados por várias pessoas da comunidade – senhoras viúvas, políticos, jovens estudantes, mocinhas, passam de simples refeições a acontecimentos sociais, sendo o sarau o ápice da festividade para os jovens. Aí, namoros podem ser firmados, juras de amor podem ser quebradas e amores podem ser despertados. Longe estamos, no entanto, ao tratarmos de Macedo, da tentativa do romance pretensamente “sério” de um José de Alencar, em que o autor busca revolver a sociedade que se movimenta em pleno centro do Império, a Corte, como encontramos, por exemplo, no romance *Lucíola*.

locais próprios: as noites dos santos populares, os arraiais, as romarias, os bailes, as procissões e as épocas de praia.

Disponível em: <<http://www.cienciaviva.pt/projectos/inventions2003/eca.asp>> Acesso em 05 de novembro de 2007.

Capítulo III

LÚCIA: uma cortesã no Império



Capítulo III

LÚCIA: uma cortesã no Império

(...) foi José de Alencar, revolucionário em letras, conservador em política.

(José Veríssimo)

No romance apresentado no capítulo anterior observou-se a transformação de um homem devido ao seu amor por uma mulher. Essa transformação de Augusto se dá à medida que toma consciência do modo de proceder diferente de D. Carolina em relação às outras mulheres que a cercam e em relação a sua postura de “desdém” perante uma sociedade possuidora de certas regras de “bom” comportamento.

Todavia, assim como o rapaz se rende ante o amor que sente por Moreninha – descrita até então como travessa, indiferente, ligeira e firme no propósito de manter sua liberdade num mundo em que o casamento era a finalidade desejada – o mesmo acontece com a moça que, ao sentir a ausência do amado, percebe o quão importante ele se tornara em sua vida. Sofre, perde um pouco da sua característica que lhe é muito peculiar – a vivacidade – voltando a senti-la e demonstrá-la somente no final, quando se dá o regresso de Augusto e conseqüentemente a revelação mútua do amor entre o casal.

Moreninha encanta, envolve, seduz, entretanto se coloca na mesma posição do amado quando compreende a extensão de seus sentimentos. Poderíamos arriscar a dizer que apesar de Augusto se submeter aos caprichos de D. Carolina, agindo em muitos momentos como cativo/aprendiz, a relação de ambos não envolve a submissão de um ou de outro e sim uma comunhão – uma igualdade de posição. É importante lembrar que essa igualdade de posição se dá apenas no campo amoroso, mesmo porque não há em *A Moreninha* outro conflito além do romance dos dois jovens. Nem conflito de ordem moral, de ordem social ou de gênero. E seu desenlace é bem característico do romance macediano em que, como afirma Candido, em seus desfechos, tudo se equilibra, tudo se

nivela¹⁴⁶.

No romance que comentaremos neste capítulo, *Lucíola*, de José de Alencar, é possível observar também uma relação de comunhão entre dois jovens amantes – Lúcia e Paulo. Todavia, essa comunhão, diferentemente do que se verificou no romance anterior, se apresenta de maneira complexa. É uma história de amor, porém como esses jovens não fazem parte do mesmo quadro social, são levados a uma trama que envolve entrega, submissão e renúncia, tudo proporcionado pelo meio em que vivem.

Em *Lucíola*, assim como na obra de Macedo *A Moreninha*, temos uma heroína como figura central que direciona todo o rumo da relação amorosa. Com sua personalidade forte, seus conflitos internos e uma visão realista da sua situação perante uma sociedade dotada de preconceito diante do seu “ofício”, Lúcia envolve Paulo numa relação intensa – que do interesse carnal evolui a um amor sublime, onde o desejo é substituído gradativamente pela necessidade de estar junto. Enquanto cortesã¹⁴⁷, Lúcia detém as rédeas de sua vida (em pleno século XIX) e de certa forma tem controle sobre as vontades de Paulo, mas, submetida ao afeto deste, sente despertar a menina inocente que fora um dia.

Classificado por Candido como romance para adultos¹⁴⁸, *Lucíola* é o quarto romance de Alencar e o primeiro dos três ditos “romances de perfis femininos”. O segundo seria *Diva* e, por fim, *Senhora*. O livro foi custeado pelo próprio autor e publicado em 1862. Primeiramente, foi publicado em forma de folhetim, sob o pseudônimo de G.M. Essa decisão de se apropriar de um pseudônimo para assinar sua obra seria, para Ribeiro, uma estratégia de Alencar para esquivar-se da responsabilidade da autoria de uma estória que poderia gerar melindres comprometedores para sua carreira de autor¹⁴⁹. Prevenção que talvez

¹⁴⁶ CANDIDO, Antonio. O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo. In: *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

¹⁴⁷ Antes de Lúcia já havia outra cortesã na lista de personagens femininas de Alencar. Trata-se de Carolina de *As Asas de um Anjo*, peça teatral que conta a história de uma moça de família que de repente se deixa envolver pelo esperto Ribeiro, rapaz de posses que a leva para viver em sua casa. Passadas as novidades do primeiro momento, e sem a pretensão do jovem em desposá-la, Carolina se desencanta com o rumo que havia tomado sua vida e entra num processo de amargura consigo e com o mundo que a cerca. De vítima a algoz dos homens que passam por sua vida – todavia, apesar de todos os seus “maus” passos – a jovem cortesã encontra no matrimônio com seu primo a sua reintegração à sociedade.

¹⁴⁸ Em *Formação da Literatura Brasileira* (volume 2), Candido afirma haver mais de dois Alencares: o Alencar dos rapazes, o Alencar das mocinhas e, por fim, o Alencar dos adultos.

¹⁴⁹ RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996.

tenha sua origem no episódio da censura de *As Asas de um Anjo* em 1858¹⁵⁰.

Ainda segundo Ribeiro, Alencar sabe do teor explosivo de sua narrativa, na sociedade na qual e para a qual escrevia. Além de escolher para autor do livro uma senhora, avó insuspeita, assume que a própria atmosfera das paixões, com que irá operar, é absolutamente inadequada para jovens e “gentis meninas”. Entretanto, ainda que soubesse que o assunto polêmico do livro – a vida de uma cortesã – pudesse causar furor entre as leitoras e leitores, avisa já na nota introdutória do livro que “deixe que raivem os moralistas”¹⁵¹.

O próprio narrador (Paulo) admite o teor de sua narrativa:

A minha história é imoral; portanto não admite reticências; mas tenho um desvanecimento, pouco modesto, confesso. Caso a senhora cometesse a indiscrição de ler estas páginas a alguma menina inocente, talvez chegassem ao fim sem uma única pergunta. A borboleta esvoaça sem pousar entre as flores venenosas, por mais brilhantes que sejam; e procura o pólen no cálice da violeta e de outras plantas humildes e rasteiras. O espírito da moça é a borboleta; o seu instinto a castidade. Entretanto, se este manuscrito tivesse de sair à luz pública algum dia, e um editor escrupuloso quisesse dar ao pequeno livro passaporte para viajar das estantes empoeiradas aos toucadores perfumados e às elegantes banquinhas de costura, bastaria substituir certos trechos mais ousados por duas ordens de pontinhos. A que se reduz por fim de contas a moral literária! Ao mesmo que a decência pública: a alguns pontos de mais ou de menos.¹⁵²

Na ironia do narrador, ao sugerir que assim como a moral literária pode ser preservada com reticências a decência pública também o pode, é possível perceber a intenção crítica do autor à sociedade brasileira – a seus padrões de conduta, a seus valores.

Membro da elite escravista brasileira – assim como a maioria dos escritores românticos, que, ou pertenciam à elite agrária e conservadora, ou eram

¹⁵⁰ A peça *As Asas de um Anjo* foi retirada de cena pelos senhores da época, que consideraram a obra imprópria. Em textos críticos no *Diário do Rio de Janeiro*, Alencar critica a censura e defende sua obra. Vejamos este pequeno trecho extraído do livro de De Marco: “Será imoral uma obra que mostra o vício castigado pelo próprio vício; que tomando por base um fato infelizmente muito freqüente na sociedade, deduz dele conseqüências terríveis que servem de punição não só aos seus autores principais, como àqueles que concorreram indiretamente para sua realização?” (DE MARCO, Valéria. *O Império da cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986, p. 28).

¹⁵¹ ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 05.

¹⁵² Idem, p. 54.

de famílias abastadas dos centros urbanos e, como tal, conviviam com o regime escravista que regia toda essa sociedade – Alencar foi bastante criticado por sua autonomia em relação ao pensamento da classe dominante da qual fazia parte, e em relação à originalidade de seus romances, principalmente no que diz respeito ao caráter nacional nas suas composições. Por sua trajetória política pelo partido Conservador, pela defesa da continuidade da escravidão através de peças teatrais a sustentar a obra civilizatória desta, e por textos publicados nos quais enumerava as vantagens do sistema escravista tanto para o povo brasileiro quanto para o cativo, Alencar era visto com maus olhos por aqueles que pregavam a necessidade de mudanças para o país¹⁵³.

Seja como for, Alencar, imbuído de uma mentalidade conservadora sobre a sociedade local, como afirma Ribeiro, deveria demonstrar habilidade suficiente para tentar escrever um romance “pesado” para as expectativas da época, sem, com isso, macular seu perfil de autor recomendável para as moças de família¹⁵⁴. Outras cortesãs já haviam feito sucesso na literatura¹⁵⁵, mas Marguerite Gautier (Margarida) de *La Dame Aux Camélias* do escritor parisiense Alexandre Dumas Filho foi quem, segundo alguns críticos, serviu de “inspiração” para Alencar criar sua Lúcia. Margarida, a exemplo da personagem de Alencar, é uma cobiçada cortesã que se apaixona por um jovem pertencente a uma classe distinta da sua. Correspondida nesse amor e diante das impossibilidades de sua concretização, vem a ter o mesmo fim trágico de Lúcia.

¹⁵³ Alencar elaborou uma teoria social sobre a questão histórica da escravidão. Segundo essa teoria, o homem escraviza pela necessidade, sentimento intrínseco de aperfeiçoar-se, que o impele ao domínio do mundo físico, ao melhoramento material e à elevação moral. E, se essa necessidade deflagrar a marcha do progresso, o interesse próprio é que a racionaliza. Em cartas publicadas com o pseudônimo de Erasmo, o autor tece argumentos que justificam a escravidão: 1) O cultural: o escravo, como homem selvagem que é, deve ser instruído e moralizado pelo trabalho; 2) Questão político-social: a população negra não diminuiu no cativeiro como diziam os favoráveis ao fim da escravidão. E se houvesse alguma diminuição, esta se dava porque o escravo era libertado através da carta de alforria. Nesse caso, conforme Erasmo, o alforriado passava a ser acolhido na sociedade como cidadão brasileiro; 3) O econômico: a escravidão garantia o equilíbrio macro-econômico das riquezas nacionais e dos cofres públicos; 4) A identidade nacional: o sistema escravista contribuía para a formação da identidade nacional. A mistura de raça só viria a glorificar a densidade cultural do país. Para ele, a construção de um povo novo ficaria incompleta sem o sangue africano. (ALENCAR, José de. *Cartas a Favor da Escravidão*. {org. Tâmis Parron}. Rio de Janeiro: Hedra, 2008).

¹⁵⁴ RIBEIRO, Luis Filipe Ribeiro. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996, p. 83.

¹⁵⁵ Entre outras, *Moll Flanders* de Daniel Defoe, *Manon Lescaut* de Abade Prévost e *Marion Delorme* de Victor Hugo.

Aliás, foi na França que a carreira de cortesã tomou impulso justamente no século XIX. A Revolução Francesa – ponto de partida do desenvolvimento sócio-cultural europeu, a queda do Imperador Napoleão Bonaparte e a crescente transformação social que estava varrendo a Europa devido à Revolução Industrial originada na Inglaterra, causaram mudanças profundas na sociedade como um todo. Depois de longos períodos em campos de batalhas, os jovens franceses poderiam enfim usufruir de toda a efervescência do mundo urbano. Ademais, o aumento do consumo de mercadorias e grande circulação de moedas acabaram por modificar o espaço onde se davam as relações comerciais do sexo no século XIX. Até então a prostituta tinha apenas as ruas como possibilidade de praticar seu ofício ou ainda trabalhar em cabarés juntamente com muitas outras mulheres, tendo que servir a diferentes clientes e certamente viver à mercê de um cafetão ou cafetina. Entretanto, ainda que nesses cabarés não se oferecessem apenas sexo, mas também diversos entretenimentos como música, dança, jogo e a possibilidade de confraternização entre os presentes, uma vez que se criava um círculo social dentre suas paredes, mesmo assim havia clientes que preferiam, na tentativa de se preservar, a companhia particular de uma cortesã que geralmente possuía moradia própria.

Além da privacidade que a residência particular de uma cortesã oferecia em relação à exposição pública, era de se esperar que essas mulheres tivessem noção de política, arte, literatura e assuntos em geral ligados à cultura – enfim, atributos que favorecessem a comunicação tanto no seu ambiente restrito como em rodas de discussões masculinas. Mas, mais que tudo, e não poderia ser diferente, uma cortesã era mulher livre, e por conta de sua liberdade poderia se dar ao luxo de escolher com quem queria se deitar e por quanto tempo manteria tal relação.

No Brasil oitocentista, era grande o número de mulheres que viviam do sexo, principalmente na Corte, pois, ou a mulher fazia parte da “sociedade” por nascimento, apadrinhamento, matrimônio, ou vivia de outras funções consideradas “menores” no âmbito da sociedade como um todo, quando pertencentes às camadas pobres da população¹⁵⁶. Entre essas funções,

¹⁵⁶ Veja-se um trecho de Hahner sobre a situação das mulheres sem recursos deste período: “(...) poucos sinais de mudanças podiam ser detectados nas vidas de mulheres pobres lutando para sobreviver em moradias escuras e úmidas ou labutando em oficinas abafadas e fábricas sem

encontrava-se o comércio sexual. Com as reformas no sistema educacional, implementadas no Segundo Reinado, como parte integrante do projeto nacional para o país, surgiria a Escola Normal como ainda uma outra opção para as moças relativamente pobres: tornarem-se professoras de primeiras letras.

Além da exclusão imposta pela elite brasileira, essas mulheres, quando buscavam na prostituição um último meio de vida, esbarravam na concorrência das mulheres européias também de classe menos favorecida que, por um motivo ou outro, para aqui vieram e aqui se estabeleceram. Segundo Jeffrey Needell¹⁵⁷, na primeira metade do século, mulheres imigrantes dos Açores, que trabalhavam como domésticas ou caixeiras, eram freqüentemente forçadas à prostituição pela pobreza. Na década de 1820, as francesas vieram trabalhar no Brasil. Elas, mais as caixeiras, buscavam seus clientes entre a elite que freqüentava a Rua do Ouvidor, que podia pagar bem por este comércio carnal. Dois elementos diferentes surgiram entre 1840 e 1870. O primeiro foi o aparecimento dos *dance-halls*, dos café-cantantes e do Teatro Alcazar, lugares que ofereciam mulheres francesas de aluguel. Em 1867, chegaram as primeiras “polacas”, mulheres freqüentemente judias, que vinham da Europa do leste e que em sua maioria pertenciam ao contingente daquelas que eram vendidas no tráfico de escravas brancas para a América do Sul. Chegando aqui, eram obrigadas a se prostituírem para poder sobreviver.

Para Needell, mesmo que as polacas se destacassem das mulheres que aqui se encontravam, devido a sua pele branca, assim como as francesas, não possuíam o mesmo refinamento destas. Desse modo “as polacas eram mercadoria destinada aos setores mais pobres da população e aos marinheiros; as francesas eram mercadoria de elite”¹⁵⁸:

Apesar de as mulheres francesas (em geral consideradas como a mercadoria mais lucrativa) virem, às vezes, por intermédio de

segurança, longe da vista de estrangeiros. Como os homens de sua classe, as mulheres sofriam não só pela insegurança no emprego e condições de trabalho miseráveis mas também pelas casas superlotadas e insalubres, doenças, uma alimentação pobre e a desnutrição, problemas ignorados pelos governos brasileiros. Além disso essas mulheres recebiam ainda menos do que a miséria paga aos homens.” (HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 183 – 184).

¹⁵⁷ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993, p. 202 – 203.

¹⁵⁸ Idem, p. 203.

organizações de escravas brancas, a maioria aparentemente operava por conta própria ou através de madames locais ou cafetões teatrais. Como atrizes, moças de café, ou, mais obviamente, como *cocottes*, elas escolhiam os locais e estilos que capitalizavam as fantasias existentes, o que as tornavam tão atraentes de início. Com efeito, como outras mercadorias importadas (e como as prostitutas da área parisiense do Palais Royal), elas eram luxos consagrados do centro da cidade europeu. Estas mulheres se reuniam com seus admiradores, não apenas no teatro ou no café, mas nos restaurantes de prestígio e nos hotéis do Ouvidor. Na verdade, os hotéis do Ouvidor, exibindo nomes franceses e prazeres da mesa, eram considerados pouco mais do que bordéis chiques. No final do século XIX, bordéis elegantes que dispunham dos serviços dessas mulheres tornaram-se célebres (freqüentemente como *pension d'artistes*) e seu patrocínio conferia prestígio, de tal maneira que suas madames se transformaram em celebridades, e seus salões, clubes aos quais os senadores da República pertenciam com muito gosto.

Os encantos das *cocottes* derivavam não apenas da associação proposital com os paradigmas parisienses, mas também do contraste que elas faziam com a percepção das mulheres da elite carioca.¹⁵⁹

Lúcia não é uma *cocotte*, nem tampouco francesa, mas se porta como se fosse uma dama, como se pertencesse à aristocracia do Rio de Janeiro. Esse porte, esse refinamento fazem com que Lúcia seja confundida como uma senhora por Paulo no primeiro encontro de ambos, no que Sá, amigo do rapaz, age rapidamente para esclarecer a situação da moça: “– Não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita. Queres conhecê-la?...”¹⁶⁰

Tal revelação causa vergonha no rapaz por sua ingenuidade, pois poucos momentos antes havia descrito o rosto de Lúcia como suave, puro e diáfano, qualidades não condizentes com a profissão da moça:

Compreendi e corei de minha simplicidade provinciana, que confundira a máscara hipócrita do vício com o modesto recato da inocência. Só então notei que aquela moça estava só, e que a ausência de um pai, de um marido, ou de um irmão, devia-me ter feito suspeitar a verdade.¹⁶¹

¹⁵⁹ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993, p. 203 – 204.

¹⁶⁰ ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 11.

¹⁶¹ Idem.

Como já dissemos anteriormente, as mulheres das províncias viviam reclusas em suas casas, saindo apenas para as festas de igreja, procissões, em eventuais assistências aos necessitados e em alguns casos em tribunas ou sacadas de cavalcadas e touradas. Mas era rara a presença feminina nas salas e tampouco nas ruas, e se saíam, sempre estavam acompanhadas por alguém do sexo masculino pertencente à família. Já na Corte, coração do Império, e, por conseguinte, centro irradiador de modas e costumes, era fácil avistar grupos de mulheres circulando pelas ruas, principalmente pela Rua do Ouvidor, em busca de novidades que as inúmeras lojas de artigos de luxo traziam da Europa, principalmente da França. Além de sair às compras, essas mulheres de classe alta tomavam chá ou simplesmente passeavam. No início do século XX esses novos hábitos já haviam caído no gosto da sociedade fluminense e era cada vez mais comum a presença de um número maior de mulheres nas grandes avenidas recém-abertas¹⁶².

Pinho conta que pela Rua do Ouvidor, denominada por alguém como *Rainha da moda e da elegância* ou por um título que lhe foi conferido de *França Antártica*, transitavam “belos ranchos de moças, a maior parte com seus rostos amorenados que é a tez do Rio de Janeiro”, acompanhadas de suas famílias e amigas¹⁶³. No desabafo deste cronista é possível observar as alterações sofridas na Corte com o grande consumismo que varreu os países ocidentais após a Revolução Industrial e a modernização por que passou o Rio de Janeiro no século XIX:

E como mudam os tempos e os costumes – *O’ tempora, ó mores!* Eu, que ainda há uns anos passados não podia entrar em um botequim, que não tinha licença para isso, vejo agora as senhoras franqueando as confeitarias, arrastando cadeiras, sentando-se à roda das mesas, e pedindo sorvetes, nevados, doces, pastéis, vinhos, licores e cerveja aos caixeiros, como dantes nossas mães pediam à nossa gente negra, mas de portas a dentro¹⁶⁴.

Entretanto, ainda que as mulheres tenham começado a sair de seus lares mais freqüentemente, jamais andavam sozinhas, principalmente quando se

¹⁶² HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

¹⁶³ PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

¹⁶⁴ Idem.

tratava de passeios noturnos, para a ida a festas, saraus, teatros. Não era de bom-tom tal atitude, não condizia com o portar-se de uma moça de família. Se porventura alguma mulher fosse vista só em algum desses eventos, praticamente já era marginalizada diante da sociedade. Mas, conforme esclarece Hahner, esse estereótipo da mulher reclusa não era para todas: o real comportamento variava de acordo com a classe. Enquanto para a mulher de elite era prudente a proteção do lar para afastá-las de presumíveis perigos de sedução ou assédio sexual, para a mulher livre e pobre a rua era seu ambiente de trabalho, portanto nada mais natural que sua presença constante¹⁶⁵.

Embora Lúcia estivesse em um evento religioso, a Festa da Glória¹⁶⁶, o fato de estar só já denuncia sua condição. Se sua aparência e seu modo de vestir lhe confere a imagem de mulher de sociedade, jamais deveria estar desacompanhada. Sá chega a questionar o verdadeiro motivo de sua presença ali, duvidando da possível religiosidade da moça e sugerindo que ela na realidade havia marcado um encontro naquele local. Dificilmente adivinharia ele que na realidade Lúcia estava ali para render homenagens em devoção à Nossa Senhora da Glória, uma vez que seu verdadeiro nome de batismo era Maria da Glória: “– É meu nome. Foi Nossa Senhora, minha madrinha, quem mo deu. Nasci a 15 de agosto. Por isso todos os anos vou levar-lhe um trabalho de minhas mãos, e pedir-lhe que me perdoe”¹⁶⁷.

Já devidamente informado por Sá da verdadeira profissão de Lúcia, Paulo ainda assim continua como que descrente de que aquela jovem que está a sua frente seja impura e pertença a tão baixa qualificação. Tanto que continuou

¹⁶⁵ HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

¹⁶⁶ Para exemplo meramente ilustrativo citamos um trecho de Mendonça sobre esta festa: “A de N.S. da Glória do Outeiro era a mais granfina das festas religiosas, pois ao povo se unia a nata da sociedade local e a própria Família Imperial comparecia ‘au grand complet’ e concorria para o culto com dádivas preciosas. No tempo de D. Pedro I essas festas ficaram consagradas pelo mais alto esplendor de luxo, nos trajes, nas alfaías, na apresentação. Havia grandes conjuntos corais e famosos solistas cantores. As princesas, as condessas, as baronesas competiam em elegância e em fausto, oferecendo também às imagens, jóias magníficas, que iriam brilhar ao luzir das arandelas e dos globos transparentes. E as classes populares, as mais humildes, onde a pele negra dos escravos punha um estranho brilho de ébano polido, desfilavam na sua vestimenta dos grandes dias, os pés descalços, ostentando nas rudes mãos as tochas votivas e os estandartes comemorativos”. (MENDONÇA, Ana Amélia Q. C. de. *Festas Populares do Rio antigo*. {Revista O Cruzeiro}, Edição Comemorativa do IV Centenário, 1965).

¹⁶⁷ ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 176.

“cortejando respeitosamente” a “senhora que apesar de tudo” ainda lhe “aparecia naquela mulher”.

Mais tarde, antes de dormir, Paulo relembra onde já havia visto Lúcia. Teria sido quando chegou à Corte uns dias antes e tanto na primeira vez que a viu quanto nesse dia da Festa da Glória, o rapaz teve a mesma impressão sobre Lúcia: “Que linda menina! Exclamei para meu companheiro, que também admirava. Como deve ser pura a alma que mora naquele rosto mimoso!”¹⁶⁸

Por esse duplo engano, Paulo se decepçiona e se desgosta.

Talvez se Lúcia se trajasse vulgarmente, atuasse como mulher mundana, Paulo não tivesse tais sentimentos e impressões. Todavia, quando não estava com algum amante, longe de sua alcova, a moça agia com distinção, seja na elegância de se vestir, de se perfumar ou de se ornar: “Vi Lúcia sentada na frente do seu camarote, vestida com certa galantaria, mas sem a profusão de adornos e a exuberância de luxo que ostentam de ordinário as cortesãs”¹⁶⁹. Para completar essa imagem, possuía simplicidade e graça natural ao se exprimir e aparentemente uma fisionomia doce e calma: “A expressão angélica de sua fisionomia naquele instante, a atitude modesta e quase tímida, e a singeleza das vestes níveas e transparentes, davam-lhe frescor e viço de infância, que devia influir pensamentos calmos, senão puros”¹⁷⁰. É dessas palavras com cargas semânticas que remetem à inocência – angélica, níveas, transparentes, infância, puros – que Paulo vê a “essência” de Lúcia, isto é, vê Maria da Glória¹⁷¹.

¹⁶⁸ ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 14.

¹⁶⁹ Idem, p. 34

¹⁷⁰ Idem, p. 35.

¹⁷¹ De Marco irá dizer que: “Somente o olhar de Paulo, desprovido dos trejeitos urbanos e dos vícios de interpretação da corte, poderia ver em Lúcia a menina e não a mercadoria. Somente aqueles olhos que vinham de longe. Vinham da província, das relações personalizadas – como quer Alencar – ou das relações estratificadas daquele Brasil rural em que moço solteiro descobria o prazer na senzala, no corpo negro ou mulato; pele alva era rara e sempre coberta pela pobreza. Branca bem vestida como aquela jovem da Rua das Mangueiras tinha de ser sinhá que espera o casamento tratado pelo pai e suspira pelo herói de folhetim.” À medida que Paulo vai se integrando à vida da Corte suas “expectativas românticas” vão se desmanchando e o “desnudamento da cortesã” vai revelando: “as normas sociais da corte, as transgressões permitidas e as passagens proibidas. Paulo é dilacerado pelas contradições entre fantasia e realidade, castidade e prostituição, deveres e desejos. Ele passa pelo processo de urbanização: descobre a ação dominadora do dinheiro na ceia do Sá e nas vitrinas da Rua do Ouvidor e sente o sabor áspero da cristalização das relações pessoais. Quando se rasgam aos seus olhos o corpo e as roupas de Lúcia, ele conhece não apenas o mercado do prazer e suas regras, mas também o limite claro entre este e o casamento. Ele se depara com um critério básico de integração ou marginalização social da mulher. Os retalhos do vestido escarlate de Lúcia contrapõem-se no Rio alegre e harmonioso visto do adro da Glória e compõem a imagem

Considerada a mulher mais bonita do Rio de Janeiro, Lúcia tem em seu currículo viagem à Europa, destreza ao piano, apreciadora de ópera, generosidade com os necessitados e uma habilidade para administrar seu capital: “Há aqui um Sr. Jacinto que fez sociedade com ela; tudo que lhe dão, até roupas, é imediatamente reduzido a dinheiro. Lúcia deve ter por aí em casa do Gomes ou do Couto seus trinta a quarenta contos”¹⁷². Entretanto, sua atitude em economizar tudo que seus amantes lhe dão e seu modo de vestir destituído de ostentação faz com que seja vista como avara e calculista:

- São águas passadas. Estávamos falando da simplicidade de seu trajar. A razão é outra; é pura avareza.
- Como! Não disse que ela não se deixava levar pelo interesse? Não compreendo. Uma mulher que rejeita ofertas brilhantes e leva o seu escrúpulo a nunca pedir, nem mesmo uma coisa insignificante... Essa mulher não pode ser avarenta! O senhor conserva algum ressentimento, disse eu sorrindo.
- Ora! replicou ele encolhendo os ombros. Não faltam bonitas mulheres. Mas esse desinteresse de Lúcia é um cálculo, e um cálculo muito fino. Uma mulher que pede, marca o preço de sua gratidão ou do seu amor; a mulher que não pede é um abismo que nunca se enche! Tenho experiência destas coisas.
- Em todo o caso, ainda que ela fosse de uma mesquinhez sórdida, as jóias não se gastam com o uso.
- Se ela as vende!
- Não é possível!¹⁷³

Ou seja, Lúcia é bonita, inteligente, educada, rica e livre. É tudo o que qualquer mulher da época gostaria de ser, porém é uma cortesã. E como tal, não possui o direito de fazer parte do círculo feminino da sociedade. Em outras palavras, a extensão da sua liberdade depende praticamente de que modo a use, podendo fazer o que bem entender de sua vida desde que não ultrapasse a barreira social imposta pela classe dominante. Seu ir e vir é pré-determinado. Seus dotes físicos e intelectuais são apreciados apenas como componentes de sua profissão e sua natureza versátil e determinada esbarram no sistema dominado pela vontade masculina.

da cidade, explicitando as leis do espaço do progresso, do tempo futuro e dos conflitos da modernidade que começavam a ganhar concretude cotidiana na capital do Império. (DE MARCO, Valéria. *O Império da cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986, p. 180 – 181).

¹⁷² ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. Edições Melhoramentos. 7ª ed. São Paulo, [s/d], p. 39.

¹⁷³ Idem, p. 38 – 39.

Lúcia, assim como Moreninha, tem um perfil que foge ao padrão de mulher de sua época. Mas seu drama interior é bem mais intenso que a paixão juvenil da heroína de Macedo. É tão intenso que o leitor sente a tensão aumentando, sente que algo trágico se aproxima, sente que o fim não terá resultado feliz. Lúcia morre.

A história, passada praticamente toda na Corte – somente nos dois últimos capítulos o cenário passa a ser o campo – fornece um quadro descritivo do Brasil, através dos modos e costumes da época: as festas religiosas, os encontros no teatro, as reuniões íntimas, os passeios na Rua do Ouvidor. Alencar retrata a sociedade do seu tempo de uma maneira crítica: o poder do dinheiro, as festas mundanas, os amores pagos, as fraquezas humanas. Todos os ingredientes dignos de uma romance realista. Por outro lado, temos a menina ingênua, tendo que sacrificar sua castidade para ajudar sua família – sonhos destruídos, amor sublimado, a impossibilidade de apagar uma vida de prostituição, a morte como único fim digno para uma vida de excessos. Ingredientes que fazem de Lúcia uma autêntica heroína romântica que se vê envolvida entre a força regeneradora da pureza do amor e uma vida de pecados e devassidão. É nesse processo de transformação ocorrido na pessoa de Lúcia, entre inocente, libertina, regenerada, que encontram-se duas formas literárias, o modelo romântico e o modelo realista, o que leva alguns estudiosos a dizer que na verdade a obra pode ser considerada pré-realista.

Ribeiro diz que em Alencar o que há não são mulheres, são imagens de mulheres – como em qualquer ficção, mas imagens idealizadas e distantes da chã e comezinha humanidade cotidiana. Suas heroínas, mesmo quando contraditórias, pairam num plano de idealização que as distancia dos seres humanos normais. Elas são convocadas a desempenhar um papel: serem exemplos de comportamento social aceitável e inatacável. Mesmo quando pecadoras, como Lúcia, têm uma essência ética incorruptível que as faz superiores à média cotidiana da vida real¹⁷⁴.

Lúcia é bem próxima de Moll Flanders na busca pela sobrevivência, mas se distancia consideravelmente desta quando o assunto é honestidade e preocupação com o próximo. Moll Flanders vai deixando seus filhos pelo caminho

¹⁷⁴ RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996, p. 102.

e é pensando somente em si que passa sua vida buscando lucro e proteção. Com Manon e Margarida a aproximação se dá pelo campo amoroso. As três possuem um relacionamento intenso com seus homens e é a partir deste relacionamento que suas vidas passam por transformações: Manon vira cortesã – e não se penitencia por isso, enquanto Lúcia e Margarida se penalizam justamente por conhecerem o amor depois de serem cortesãs mais do que conhecidas. O que difere Lúcia de Manon e Margarida é a questão do modo de viver. Manon ama Dex Grioux, mas ama muito mais as festas, roupas caras, jóias, o glamour da cidade grande, o luxo. É por conta dessa ânsia por prazer, e não pela sobrevivência, que Manon comete todos os tipos de atos inescrupulosos – rouba, engana, mente. E como se não bastasse, arrasta Dex Grioux nessa jornada de crime. Lúcia se permite o luxo, mas valoriza o simples. Define seu preço, não cobra mais nem menos do que acha justo, e estipula um prazo para a duração de uma relação – o que crê ser suficiente financeiramente para si e que não comprometa o bolso do amante. Por isso os abandona de uma hora para outra sem se deixar convencer seja por que quantia for.

Margarida, enquanto sadia, desfruta uma vida cercada de luxo, mas, como mulher extravagante que é, acaba por gastar todo dinheiro que adquiriu, ficando em seus últimos dias abandonada e tendo os seus bens seqüestrados quando moribunda – uma mulher doente, sem projetos, sem afetos, cercada de dívidas e abutres¹⁷⁵. Extravagância que a diferencia de Lúcia, pois esta, se sentindo na obrigação de preservar sua irmã caçula de qualquer padecimento que a vida pudesse lhe destinar e preocupada também em lhe oferecer uma boa educação, guarda absolutamente tudo o que recebeu com sua profissão – a ponto de ser considerada avara – abdicando muitas vezes do luxo a que poderia se permitir.

Sua morte, por opção, tem como cenário a simplicidade de uma casa de campo.

Finalizando essas comparações, não poderíamos deixar de lado aquela que seria considerada o gérmen de Lúcia – a menina Carolina de *As Asas de um Anjo*. Toda a trajetória de Carolina se distingue da de Lúcia. Carolina adormeceu inocente e despertou num mundo de vícios. Por inocência, e não por

¹⁷⁵ DE MARCO, Valéria. *O Império da cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986, p. 119.

necessidade, se deixou levar para um mundo que julgava ser melhor que o seu. Quando se dá conta do que deixou para trás, em vez de tentar se redimir, se lança sem pudor à vida mundana. Abandona sua filha, se entrega ao luxo que a venda do seu corpo lhe proporciona e troca de amante sem remorso algum – não sem antes extorqui-los por completo. O que motiva Carolina a agir assim, sem piedade com seus amantes, é o desejo de punir aqueles que considera serem culpados pela perdição de moças de família, como ela mesma fora um dia. Lúcia não pensa em punição e age com resignação diante daqueles que a condenam.

Tendo clareza de que os romances deste período eram produzidos e consumidos praticamente pela mesma classe social – e o saber ler era privilégio de poucos – caberia ao escritor dar asas a seu poder de criação diante da responsabilidade, ou do “empenho”, como quer Antonio Candido¹⁷⁶, de uma produção literária que se desejava nacional. Alencar, como diz Ribeiro especificamente sobre as suas personagens, não constrói mulheres reais – essas sim, dotadas de imperfeições e de vida – mas arquétipos que apontam toda sua carga significativa para a estabilidade da família e para a consolidação da identidade da Pátria¹⁷⁷. Ou seja, a tríplice imagem – maternidade, amor e inocência – que o homem civilizado de *As Asas de um Anjo* tem, é a imagem idealizada da mulher representante da recém-criada nação. Mas, como é possível então encaixar Lúcia dentro desta imagem de idealização que Ribeiro defende em relação aos perfis femininos criados por Alencar, uma vez que ela não reúne, num mesmo momento, a tríplice imagem a remeter a maternidade, amor e inocência?

Lúcia traz em si a inocência, o amor destituído de interesse e a maternidade. Porém, são traços que se manifestam separadamente em sua vida. Quando, dentro de si, habitava a menina inocente, Lúcia ainda não havia experimentado o amor destituído de interesses por Paulo, e nem tampouco a maternidade. Estes se deram quando a menina ingênua há muito havia ficado para trás.

Resta-nos visualizar Lúcia como metáfora da jovem nação. Assim como Lúcia – menina pobre e ingênua que, para salvar sua família enferma, vende sua

¹⁷⁶ CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

¹⁷⁷ RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996, p. 103.

inocência por algumas moedas de ouro para Couto e, a partir disto, depois de longa jornada, se faz a mais cobiçada cortesã da Corte – o Brasil, por uma série de fatores que impulsionavam sua liberdade junto à Metrópole, obtém sua Independência não por luta, mas por acordos econômicos. Lúcia tem fineza, dinheiro e beleza incomum, atributos que fazem com que seja vista como uma dama. Porém, nesta sociedade conservadora, jamais poderá sê-lo, pois carrega consigo a imagem do pecado. Do mesmo modo se encontra o Brasil. Uma nação ansiosa por “ascender” entre os “grandes”, mas, com uma mancha na “alma”, a escravidão. E, por fim, embora Lúcia se penalize dia após dia sobre seu ofício – seu modo de ganhar a vida – a moça garante o futuro de sua irmã justamente com o dinheiro e jóias adquiridos com sua profissão. O Brasil, por mais que tenha ciência do entrave que representa a escravidão diante das “modernas civilizações”, se consolida como nação tendo como suporte econômico o sistema escravista.

Da mesma forma, a valorização da personagem feminina enquanto protagonista de grandes amores faz parte das modificações que foram necessárias para que o romance se adequasse ao seu público-alvo, as mulheres da sociedade. Os escritores evitam denegrir as personagens femininas e procuram constantemente destacar uma visão positiva da mulher. As heroínas são senhoras dominadoras e auto-suficientes, econômica e intelectualmente. Sem nos atrevermos a enumerar todas as figuras femininas da ficção com tais qualidades, podemos lembrar rapidamente que fazem parte deste rol praticamente todas as personagens principais de Alencar, a “brasileiríssima” D. Carolina/Moreninha de Macedo e muitas meninas de Machado de Assis.

Todavia, ao idealizar a mulher, segundo Meyer, esses escritores, na mesma trilha da conciliação conservadora, endossam a tábua de valores da sociedade patriarcal: a educação deve voltar-se para o lar e incluir as prendas domésticas. Macedo, Alencar e o jovem Machado evitam contradizer tanto o gosto dos leitores, quanto os hábitos da sociedade. Em vez de denunciar as condições de existência da mulher, embelezam a situação, narrando histórias protagonizadas por moças educadas, finas e capazes de discutir em pé de igualdade com homens de mesma – ou mais alta – estatura social¹⁷⁸. Um

¹⁷⁸ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

exemplo claro dessa superioridade feminina é o perfil da menina Emília do romance de Alencar, *Diva*. A moça está acima da média em relação às outras mulheres que a rodeiam e possui instrução suficiente para se posicionar em pé de igualdade com o sexo masculino. Além de ser a personagem mais rica, e com isso, a que detém maior poder perante seus pares. A própria Lúcia, como já dito anteriormente, se encontra numa posição distanciada das mulheres “normais”.

Como se sabe, os primeiros romances de Macedo, de Alencar e os que pertencem à primeira fase de Machado de Assis, são povoados por mulheres e estudantes, personagens com os quais o público leitor de então, em sua maioria composto desses estratos, tinha possibilidade de se identificar. Nessa perspectiva, difícil não pensar em quantas moças daquele período, ao ler *Diva*, não se imaginaram ser a própria heroína. Assim como, poder-se-ia dizer, talvez desejassem ter em seus braços uma mulher tão sublime como ela.

É óbvio que estas considerações são meras suposições. Contudo, os autores desse período viviam e produziam num tempo e espaço determinado, portanto estavam expostos a certo público e às condições específicas de produção e circulação de seus textos. As mensagens que seus livros transmitiam tinham que ser manejadas de tal forma que agradassem sem desvirtuar, e mostrassem a sociedade como ela aparentava ser, sem pretensão de despertar no leitor qualquer senso crítico. Sartre, citado por Guimarães, ao discorrer a respeito da posição social do escritor francês no século XIX, observa que ainda que o escritor postulasse sua independência e autonomia em relação a qualquer tipo de ideologia, inclusive a burguesa, era essa a classe – por mais que o escritor a desprezasse – que viabilizava sua atividade e lhe conferia reconhecimento¹⁷⁹.

No Brasil do século XIX, com algumas exceções, a maioria dos escritores pertencia ao mesmo círculo social de seu público leitor. Tanto o autor quanto o leitor tinham, em comum, costumes e valores recebidos. Desse modo, para um escritor, insistir em apontar erros do próprio meio ao qual pertencia, além de imprudente, poderia ser a exposição de sua conivência com esses erros. Usando a premissa de Sócrates: admito que a sociedade seja injusta, faço parte dessa sociedade, logo, sou injusto.

Porém, nem tudo nestas ficções são flores. O mundo não é perfeito. Há

¹⁷⁹ GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004, p. 64.

injustiças, indivíduos marginalizados e, de maneira despretensiosa, a exposição de certa desigualdade social. Mas tudo está disposto no romance a fim de servir de fundo às histórias de amor que tanto sucesso faziam entre as senhoras e jovens sonhadoras. A sociedade, nua e crua mesmo, só viria a ser apresentada sem qualquer “véu”, e, não servindo mais como pano de fundo nas histórias, mas em primeiro plano, nos romances da “segunda fase” de Machado. É quando ele “passa a ver, a partir daí, a sociedade brasileira **de cima** para baixo, e a denunciar o mundo da classe dominante”¹⁸⁰.

No caso específico da obra de Alencar, *Lucíola* foge um pouco do mundo idealizado que o público leitor tanto se habituou a encontrar nas ficções da época. O romance retrata a hipocrisia da sociedade, as trocas mercantis do sexo, o poder do dinheiro, entre outras falhas humanas. Porém, ainda que essas falhas permitam ao leitor perceber a visão do autor sobre o seu meio, o fim que dá a sua personagem evidencia sua posição dentro de uma classe que valoriza a ordem social, as instituições e os mecanismos que a asseguram e a reproduzem. Assim, Lúcia se torna a única personagem penalizada por seus atos. Afinal é esse o fim que a sociedade espera para quem ousa viver à sua margem, e é essa a resposta que o autor lhe dá.

Sobre *Lucíola*, Joaquim Nabuco escreveu:

A originalidade de *Lucíola* é nenhuma; a cor local é falsa; o Rio de Janeiro não é o que o autor nos descreve; o desenho é medíocre...¹⁸¹

(...)

Lucíola não é senão a *Dame aux Camélias* adaptada ao uso do “*demi-monde*” fluminense; cada novo romance que faz sensação na Europa tem uma edição brasileira dada pelo Sr. José Alencar que ainda nos fala da originalidade e do “sabor nativo” dos seus livros.¹⁸²

A partir deste trecho de Nabuco, em que diz que “a cor local é falsa; o Rio de Janeiro não é o que o autor nos descreve; o desenho é medíocre”, podemos levantar inicialmente algumas questões sobre quais elementos “determinam”, ou

¹⁸⁰ WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In: <http://www.machadodeassis.ufsc.br>. Acesso em 01 de abril de 2009.

¹⁸¹ COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 136.

¹⁸² Idem, p. 135.

não, se *Lucíola* é um romance genuinamente nacional.

A princípio, considerando as acusações sofridas a respeito de o romance ser visto como uma adaptação da obra de Dumas Filho, tendo como base o texto de Schwarz¹⁸³ – e partindo do pressuposto de que o que aqui se produzia, neste momento específico da história do país, teria como obrigação representar uma literatura naturalmente nacional – resta saber de que modo Alencar acomodou a forma do romance francês à realidade brasileira. Ainda que considerado por uns como imitador de obras francesas, ele conquistou o posto de patriarca da literatura brasileira. Mérito recebido possivelmente não somente por suas composições de temáticas indianistas (afinal, não devemos esquecer de seus inúmeros romances de costumes e regionalistas) mas, como afirma Schwarz, também por sua prosa apresentar uma desenvoltura inventiva e abasileirante.

Ao ser acusado de plagiar *Dame aux Camélias*, Alencar deixa claro em sua defesa a diferença entre Margarida e Lúcia:

Lucíola, bem longe de ser imitação da *Dame aux Camélias* é, ao contrário, sua cabal refutação. Alexandre Dumas quis provar no seu livro que a mulher podia regenerar-se pelo amor e para o amor; que a afeição verdadeira e sincera, arrancando a pecadora ao seu passado, restituía-lhe a felicidade da posse mútua. Lucíola foi escrita em contestação dessa tese fisiológica. Seu sentimento foi provar que, se a mulher pode regenerar-se pelo coração, rara vez poderá regenerar para o amor feliz; porque nas mais ardentes efusões desse amor **achará a lembrança inexorável de seu erro.**¹⁸⁴ (grifos nossos)

Essa justificativa do autor em não concordar com a semelhança entre as duas obras, por considerar que sua visão do caráter humano ali retratado difere da visão do autor francês, nos remete ao texto de Schwarz sobre a maneira que Alencar dispõe de vícios, virtudes e mazelas em sua prosa: “não é conformista, pois não justifica, nem é propriamente crítica, pois não quer transformar”¹⁸⁵. Exemplo disso está na impossibilidade de um amor feliz para

¹⁸³ SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

¹⁸⁴ COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 150.

¹⁸⁵ SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 42 – 43.

Lúcia. Se o que a leva a ser severa consigo mesma e entrar num processo de autopunição não é exatamente um problema de consciência – afinal, como personagem romântica que é, ela é assim porque o mundo a levou a ser, o que impele Lúcia a tal atitude é o tratamento que recebe da sociedade enquanto exerce seu ofício e mesmo quando o abandona. Em vários trechos encontramos a noção do preconceito e da condenação dos que a cercam¹⁸⁶: “... desci a este ponto, Nina, desde que me habituei a desprezar o insulto, tanto como o corpo que nós costumamos vender”¹⁸⁷, ou “– Eles comprem o seu prazer onde o acham; a degradação e a miséria é de quem recebe o preço”¹⁸⁸, ou ainda “Antes mil vezes esta vida, nua de afeições, em que se paga o desprezo com a indiferença!”¹⁸⁹.

Para Ribeiro, Alencar transita entre uma constante preocupação em manter os padrões morais ao mesmo tempo em que denuncia uma falsa moral presente na sociedade. Essa dialética não é difícil de compreender: o autor defende não “a sociedade do seu tempo tal e como se apresenta; defende a sociedade como ela poderia e deveria ser”¹⁹⁰. Noutras palavras, por mais que a única pessoa a ser castigada por seus atos seja Lúcia, Alencar, ao retratar toda a engrenagem que move o universo da cortesã, denuncia os integrantes que alimentam esse universo. Essa exposição apresenta os males da sociedade, os quais devem ser extirpados para que outra sociedade, esta sim fundada em valores morais e éticos, possa prosperar.

Ao concentrar toda a carga de pecados e culpas na figura de Lúcia, o autor desvia a lente do leitor para a moça. Estando, no entanto, o leitor avaliando e julgando as atitudes de Lúcia, não percebe à primeira vista o quanto Alencar põe à vista as mazelas da sociedade. Pais de famílias que comprem a inocência

¹⁸⁶ Margarida também convive com o preconceito, embora deixe entrever que é a ambição que as leva a essa vida: “Estou cansada, afinal de contas, de atender continuamente a pessoas que vêm pedir-me a mesma coisa, que me pagam e se julgam quites comigo. Se aquelas que se iniciam nesse odioso trabalho soubessem o que é isso, antes prefeririam ser criadas de quarto. Mas não; a vaidade de possuir vestidos, carruagens e diamantes fascina-nos; acreditamos no que dizem, pois a prostituição tem sua fé e aos poucos se consome o coração, o corpo, a beleza; caçam-nos como a cervos, desprezam-nos como párias, vemo-nos cercadas por pessoas que nos tiram sempre mais do que nos dão e, um belo dia, rebentamos como um cachorro, depois de perdemos aos outros e a nós mesmas”. (DUMAS FILHO, Alexandre. *A Dama das Camélias*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular S.A., 1965, p. 111).

¹⁸⁷ ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 64.

¹⁸⁸ Idem, p. 66.

¹⁸⁹ Idem, p.133.

¹⁹⁰ RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996, p. 92.

juvenil e que depois são os primeiros a condená-las; prostitutas em decadência que são servidas como banquetes a altas horas da noite em luxuosas mansões; homens traindo suas esposas sem qualquer remorso, o consentimento da mais variada camada da sociedade para que o comércio do corpo prospere, e por aí vai.

Na peça *As Asas de um Anjo*, Alencar foi bem mais direto em sua exposição¹⁹¹. Talvez por isso tenha havido tanta pressa por parte da censura em proibir sua apresentação.

Lúcia não se revolta diante do tratamento que a sociedade lhe impõe, e consciente¹⁹² de seus erros, destina para si a tarefa de determinar sua penitência – sacrifica-se. Para Bosi, tal gesto de sacrificar-se é recorrente em algumas obras de Alencar: sempre quando há conflitos entre a ordem pré-estabelecida e a personagem (o índio, a mulher prostituta, a mãe negra), as tramas narrativas ou

¹⁹¹ Muito mais que condenar Carolina por suas escolhas, Alencar, através da fala de vários personagens – inclusive masculinas, critica ferrenhamente a sociedade da época. Em muitos trechos da obra os vícios desses “senhores respeitáveis” vêm à tona:

MENESES – A figura de um desses sagüis com que os moços se divertem. Neste mundo de mulheres, Araújo, existem duas espécies de homens, que eu classifico como animais de penas. Uns são os moços ricos e os velhos viciosos que se arruinam e estragam a sua fortuna para merecerem as graças dessas deusas pagãs: esses se depenam. Os outros são os que vivem das migalhas desse luxo, que comem e vestem à custa daquela prodigalidade; esses se empenam. (ATO SEGUNDO – Cena III).

CAROLINA – (...) Quero ver a meus pés, um por um, todos esses homens orgulhosos que tanto blasonam de probos e honestos!... Aí curvando a fronte ao vício, o marido trairá sua esposa, o filho abandonará sua família, o pai esquecerá os seus deveres para mendigar um sorriso. Porque no fim de contas, virtude, honra, glória, tudo se abate com um olhar, e roja diante de um vestido. (ATO SEGUNDO – Cena X).

CAROLINA – Porque vale menos do que aquelas que ela repele do seu seio. Nós, ao menos, não trazemos uma máscara; se amamos um homem, lhe pertencemos; se não amamos ninguém, e corremos atrás do prazer, não temos vergonha de o confessar. Entretanto as que se dizem honestas cobrem com o nome de seu marido e com o respeito do mundo os escândalos de sua vida. Muitas casam por dinheiro com o homem a quem não amam: e dão sua mão a um, tendo dado a outro sua alma! E é isto o que chamam virtude? É essa sociedade que se julga com direito de desprezar aquelas que não iludem a ninguém, e não fingem sentimentos hipócritas?... (ATO TERCEIRO – Cena Primeira)

CAROLINA – Temos o mérito da franqueza. Que importa que esses senhores que passam por sisudos e graves nos condenem e nos chamem perdidas?... O que são eles?... Uns profanam a sua inteligência, vendem a sua probidade, e fazem um mercado mais vil e mais infame do que o nosso, porque não tem nem o amor nem a necessidade por desculpa; porque calculam friamente. Outros são nossos cúmplices, e vão, com os lábios ainda úmidos dos nossos beijos, manchar a fronte casta de sua filha, e as carícias de sua esposa. Oh! Não falemos em sociedade, nem em virtude!... Todos valemos o mesmo! Todos somos feitos de lama e amassados com o mesmo sangue e as mesmas lágrimas! (ATO TERCEIRO – Cena Primeira).

¹⁹² Parece-nos que essa consciência de Lúcia se dá de fora para dentro. É a sociedade que a todo o momento lhe mostra sua condição e determina qual é seu devido lugar.

dramáticas se resolvem pela imolação voluntária dos protagonistas¹⁹³. Para Lúcia não há outra possibilidade a não ser a renúncia à vida, já que seu arrependimento não é suficiente para sua completa regeneração, pois aos olhos dos cidadãos distintos da Corte ela seria sempre uma mulher perdida, à margem da sociedade¹⁹⁴. Nem sua situação econômica privilegiada consegue lhe abrir portas e “apagar” a mancha de sua existência devassa. Defoe, ainda que com o mesmo objetivo moralizador, haveria de ser bem menos impiedoso com sua Moll Flanders. O autor acaba por conceder um marido para sua heroína, mesmo depois de Moll Flanders ter cometido os mais variados atos ilícitos. Além de bonificá-la com uma boa situação financeira, assegurando, assim, sua reintegração social¹⁹⁵.

Já para Lúcia e Margarida não há misericórdia e nem um modo de se reintegrarem à sociedade lhes é proposto. Resta-lhes, a partir do momento em que amam de verdade, apenas o arrependimento e a expiação de seus passados.

¹⁹³ Para esse assunto ver BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o Indianismo de Alencar. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. O autor afirma que o único modo dos fracos obterem nobreza é se estes vierem a sacrificar suas vidas.

¹⁹⁴ Embora transgrida todas as regras da sociedade, é mostrado para Carolina de *As Asas de um Anjo* que há um caminho possível para sua regeneração e reintegração na sociedade – o arrependimento:

LUÍS – Todos nós, Carolina, homens ou mulheres, velhos ou moços, todos, sem exceção, temos faltas em nossa vida; todos estamos sujeitos a cometer um erro e a praticar uma ação má. Uns, porém, cegam-se ao ponto de não verem o caminho que seguem: outros se arrependem a tempo. Para estes o mal não é senão um exemplo e uma lição: ensina a apreciar a virtude que se desprezou em um momento de desvario. Estes merecem, não só o perdão, porém muitas vezes a admiração que excita a sua coragem.

CAROLINA – Não, Luís; há faltas que a sociedade não perdoa e que o mundo não esquece nunca. A minha é uma destas.

LUÍS – Está enganada, Carolina. Se uma moça que, levada pelo seu primeiro amor, ignorando o mal, esqueceu um instante os seus deveres, volta arrependida à casa paterna; se encontra no coração de sua mãe, na amizade de seu pai, nas afeições dos seus, a mesma ternura; se ela continua a sua existência doce e tranqüila no seio da família; por que a sociedade não lhe perdoará, quando Deus lhe perdoa, dando-lhe a felicidade?

CAROLINA – Nunca ela poderá ser feliz! A sua vida será uma triste expiação.

LUÍS – Ao contrário, será uma regeneração. Em vez da paixão criminosa que a rouba a seus pais, ela pode achar no seio de sua família o amor calmo que purifique o passado e lhe faça esquecer a sua falta. (ATO SEGUNDO – Cena VI)

¹⁹⁵ Conforme De Marco, o autor de Moll Flanders organiza a narrativa de modo a deixar claro que o “final feliz” se dá mediante a dedicação ao trabalho da personagem. E, que sua recuperação está diretamente ligada à sua integração no trabalho produtivo. (DE MARCO, Valéria. *O Império da cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986). Moll Flanders, assim como Lúcia, se arrepende de seus pecados, mas seu arrependimento provém de seu pavor diante da possibilidade de receber a pena de morte: “Senti então, pela primeira vez, um sinal verdadeiro de arrependimento. Foi com horror que comecei a recordar minha vida passada. Agora, com a perspectiva da morte, as coisas desta vida, como deve acontecer a qualquer um em semelhante situação, tomaram um aspecto diferente do que tinham antes”. (DEFOE, Daniel. *Moll Flanders*. São Paulo: Ed. Abril, 1971, p. 310).

É preciso dizer que toda trajetória de Lúcia é contada por Paulo, narrador do livro, companheiro de seus últimos momentos e o único a fornecer dados sobre a moça. Paulo procura assegurar a veracidade dos fatos narrados: “eu podia tornar mais interessantes, se as quisesse dramatizar com sacrifício da verdade; porém mentiria às minhas recordações e à promessa que lhe fiz de exumar do meu coração a imagem de uma mulher”¹⁹⁶. É através do quadro que dela gradualmente pinta que o leitor tenta decifrar seu caráter, sua história de vida, seus conflitos e suas atitudes que muitas vezes parecem contraditórias. Um exemplo pertinente é o episódio da discussão sobre o romance de Dumas:

Chegando uma tarde vi Lúcia assustar-se e esconder sob as amplas dobras do vestido um objeto que me pareceu um livro.

– Estava lendo?

– Não, estava esperando-o.

– Quero ver que livro era.

Meio à força e meio rindo consegui tomar o livro depois de uma fraca resistência. Ela ficou enfadada.

Era um livro muito conhecido – *A Dama das Camélias*. Ergui os olhos para Lúcia interrogando a expressão de seu rosto. Muitas vezes lê-se não por hábito e distração, mas pela influência de uma simpatia moral que nos faz procurar um confidente de nossos sentimentos, até nas páginas mudas de um escritor. Lúcia teria, como Margarida, a aspiração vaga para o amor? Sonharia com as afeições puras do coração?¹⁹⁷

Paulo, mesmo tendo conhecimento prévio de que se tratava de *A Dama das Camélias*, é incapaz de decifrar o comportamento desiludido de Lúcia em relação ao romance infeliz de Armando e Margarida. Ele parece não perceber o quão parecidas são suas histórias e como Lúcia, ao se comparar à cortesã francesa, tem ciência de que, assim como a outra, não poderá esperar um final feliz junto ao homem que ama.

Além de questionar a todo momento os reais sentimentos da jovem, Paulo põe em dúvida inúmeras vezes sua fidelidade. O rapaz, muito mais pelo sentimento de propriedade do que por amor, tira conclusões precipitadas, acusando-a ferrenhamente para logo a seguir se desmanchar em desculpas – arrependido do seu julgamento apressado. É nesse jogo de acusações e dependência que a paixão de ambos toma rumos diferentes. Ela entra num

¹⁹⁶ ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 136.

¹⁹⁷ Idem, p. 130.

processo de resignação e reclusão, tirando do rapaz qualquer obrigação para com ela. Vale lembrar que em nenhum momento Paulo demonstra sentir-se obrigado a assumir Lúcia, ou até mesmo intenção de desposá-la:

Involuntariamente pois, sem queixas nem recriminações, apenas com uma doce saudade dos tempos que fugiam rápidos, ambos cedíamos a uma lei natural, e víamos afrouxarem os laços que nos uniam. Lúcia, sempre meiga e terna para mim, não podia já esconder a frieza com que recebia o gozo que outrora era a primeira a provocar. Quando as minhas instâncias redobravam, ela, que a princípio se expandia entre o rubor, sorria constrangida como uma escrava submissa ao aceno do senhor. Eu assistia em silêncio a essa transformação.¹⁹⁸

Fazendo questão de afirmar a veracidade da sua história, Paulo demonstra acreditar que a escolha de Lúcia no final das contas foi mais do que correta. A ordem das coisas prevalece:

É a imagem fiel do que nos acontecera. O mundo soprando o seu hálito frio na intimidade de nossa existência não tinha podido separar Lúcia de mim; porém o estame delicado de sua vida desprendeuse do meu seio, onde ela o escondera e abrigara. A flor mimosa de sua alma talvez sentisse que a sombra das ramas ia faltar-lhe contra os sóis abrasadores, como a proteção do tronco contra os vendavais. E inclinou-se, langue e desfalecida. Eu, que a devia erguer, não o fiz, porque também sentia o mundo que me impelia; as aspirações do futuro me chamavam à vida de estudo e trabalho.¹⁹⁹

Voltando à semelhança entre Lúcia e Margarida: o começo, o meio e o fim dos dois romances são parecidos. Ambas cortesãs – lindas, desejadas – encontram no amor por jovens de “família” um propósito para mudar suas vidas, mas que, ao se depararem com as barreiras sociais existentes, renunciam a esse amor, levando esse sentimento até os seus últimos momentos de vida. Em suma, a temática é a mesma e a forma literária de ambas as obras se parecem.

Se trabalharmos com a idéia de que *Lucíola* de Alencar sob certos aspectos apresenta um certo “quê” de imitação do romance de Dumas, nos resta analisar se esse processo – a matéria local revestida com forma européia – descaracteriza ou não esse romance como “nacional”, uma vez que justamente

¹⁹⁸ ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 134.

¹⁹⁹ Idem, p. 134.

nesse momento se buscava a formação e a construção de uma identidade para o país.

A princípio, negar a tradição portuguesa, se apropriar da forma francesa e compor uma obra que atendesse às expectativas do país, seria tarefa bastante complexa para os escritores desse período. Principalmente pelas evidentes diferenças entre o Império e outros países europeus. Pelo que nos relembra Weber²⁰⁰, de um lado, estão os grandes temas da sociedade burguesa do romance europeu, e de outro a acanhada e “amena” sociedade patriarcal, vista, aliás, na ótica de um senhor de escravos.

Lucíola possui vários ingredientes que remetem ao romantismo europeu²⁰¹. Os constantes rompantes de Lúcia após sua decisão de renúncia à vida; o indivíduo funcionando como moeda de troca; o oportunismo de Couto diante da menina fragilizada; o corpo humano sendo oferecido como objeto para agradar homens que durante o dia renegam criaturas como Lúcia, mas que à noite comprem seus favores. Todavia, os arroubos, os exageros, o drama moral de Lúcia e a vilania de Couto não são suficientes para causar, diríamos assim, certo “desconforto” no leitor. Por mais que, Alencar vá buscar em *A Dama das Camélias* “inspiração” para seu romance, o resultado final, ou seja, o revestimento da matéria local com a forma francesa não causa o mesmo “desconforto” que o romance de Dumas.

Explicando melhor. Alencar não cria impossibilidades maiores em *Lucíola* que levem o leitor a, num gesto de “romantismo”, torcer pelo amor de Lúcia e Paulo. O próprio Paulo não se encaixa no perfil de “mocinho” apaixonado disposto a enfrentar tudo e todos pelo amor de sua amada. Aliás, não há oponentes na trama. O único oponente de Paulo é ele mesmo, com seu preconceito, seu

²⁰⁰ A exposição de Weber é referente a outra obra de Alencar, *Senhora*, mas cremos poder aplicá-la também ao romance deste capítulo. (WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In: <<http://www.machadodeassis.ufsc.br>>. Acesso em 01 de abril de 2009).

²⁰¹ Weber dirá que: “Vale recordar que o romance já existia no Brasil antes de existirem romancistas brasileiros, através da leitura de obras em francês, ou de traduções. O leitor, mesmo se considerarmos o seu número extremamente reduzido, já estava habituado à forma romanesca antes de se buscar a aclimação da forma romance às peculiaridades históricas locais, advindas de uma forma social diferenciada da européia, aqui existente, com o sistema escravista. Escrever romance no Brasil era tentar buscar, nesse sentido, adaptar a forma européia à realidade local, abrasiando-se-a. Era proeza nada fácil: o romance era biografia de indivíduos num mundo sem deuses, epopéia burguesa, que entrava em conflito com o sistema escravista e patriarcal brasileiro”. (WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In: <<http://www.machadodeassis.ufsc.br>>. Acesso em 01 de abril de 2009).

conservadorismo e seu comodismo em relação ao amor de Lúcia. Preconceito, conservadorismo e comodismo da sociedade da época, e do próprio Alencar. Enquanto no romance de Dumas há mais de um obstáculo na realização do amor de Armando e Margarida, no romance de Alencar tudo se encaminha para que o julgamento, a sentença e o cumprimento da pena partam de Lúcia. Dessa maneira, os “Sás” e “Coutos” da “sociedade”, Paulo, e, o próprio Alencar, se eximem de qualquer culpa pelos infortúnios da cortesã.

E não poderia ser diferente. Retratar a sociedade com boa dose de veracidade e imparcialidade, nessa época, se tornaria inconveniente e desastroso. Apontar culpados entre os senhores de “bem”, regenerar uma prostituta, denunciar preconceitos e de quebra dar um final feliz para os jovens amantes, num só romance, jamais seria aceitável. Não nesse momento da afirmação da literatura brasileira, não para essa nova sociedade consumidora de romances, não para o país que insistia, ainda, em fechar os olhos para o atraso gritante que a sua elite insistia em manter.

Para Schwarz, em toda forma literária há um aspecto mimético, assim como a imitação contém germes sempre formais; o impasse na construção pode ser um acerto imitativo – o que, sem redimi-lo, lhe dá pertinência artística, enquanto matéria a ser formada, ou enquanto matéria de reflexão. Nesse sentido é preciso aceitar que, ainda que Alencar estivesse experimentando possibilidades em seus romances, *Lucíola* toca (mesmo que levemente) na questão social. Lúcia não é a mais a sinhazinha da casa grande, donzela sonhadora à espera do seu príncipe e alienada dos problemas sociais a sua volta. Ela pertence à classe de pessoas marginalizadas da sociedade – pessoas livres/dependentes e pobres. Se acaso ela destoa das outras prostitutas e consegue estabilidade financeira, isto se dá por seus atributos diferenciados. Mas, no seu universo, onde impera a venda do sexo, é a única a escapar da miséria e dependência. Universo, vale lembrar, também destituído de solidariedade e amizade. Nina e Laura, companheiras de ofício e inferiores em relação à Lúcia, não hesitam em rebaixá-la perante seus clientes, para, logo em seguida, e sem qualquer remorso, usufruir de sua caridade. O próprio Couto, o primeiro homem a lançar Lúcia na prostituição, ao encontrar a moça já instalada na casa de campo e há tempo longe dos seus “afazeres” de cortesã, não crendo em sua regeneração, a condena ferozmente: “É

uma perdida!”²⁰²

Nessa linha de pensamento, não podemos esquecer, também, o jogo de atração e repulsa que Paulo dispensa a Lúcia. Ora se prostra aos anseios da moça, ora a repele. Ora a define como anjo, ora a descreve como uma víbora. Paulo sucumbe aos dotes sexuais de Lúcia, mas busca nela resquícios de pureza. Enquanto lamenta que ela se preste a tal “ofício”, o rapaz usufrui do corpo, do amor e da “essência” de Lúcia. A sua passividade aparente mascara (sutilmente) sua verdadeira posição na trama – a de rapaz de “família” vivendo “provisoriamente” uma paixão arrebatadora por alguém que não pertence ao seu círculo social.

Estas atitudes contraditórias de condenar, conviver, aceitar, usufruir e renegar – tanto da parte “pobre” como da parte “rica” do romance, postos assim, nos levam a crer que o próprio Alencar tinha ciência da dificuldade de enformar a matéria local nos moldes europeus. Essas dualidades, dispersas em *Lucíola*, nos remetem novamente às palavras de Schwarz, que diz que Alencar não insiste na contradição entre a forma européia e a sociabilidade local, mas insiste em pô-las em presença, no que é membro de sua classe, que apreciava o progresso e as atualidades culturais, a que tinha direito, e apreciava as relações tradicionais, que lhe validavam a eminência²⁰³.

Como afirma o próprio Alencar:

Nos grandes focos, especialmente na corte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera, e também do amálgama de elementos diversos.

(...)

Desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira, são reflexos: *Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela*, e tu, livrinho, que aí vais correr o mundo com o rótulo de *Sonhos d'Ouro*.

Tachar estes livros de confeição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora também alemães.

²⁰² ALENCAR, José de. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d], p. 193.

²⁰³ SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 70.

Como se há de tirar a fotografia desta sociedade, sem lhe copiar as feições?²⁰⁴

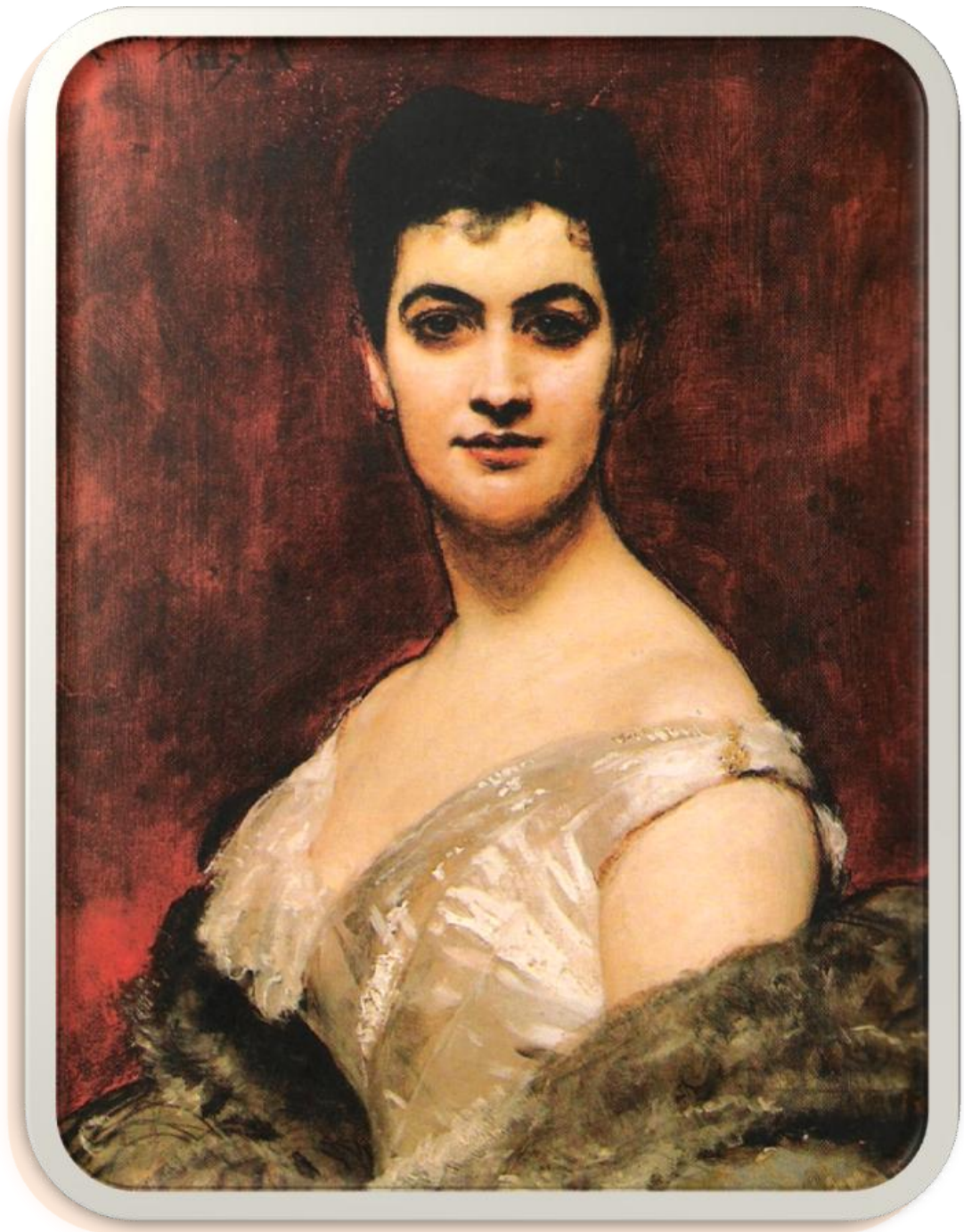
Por esse fragmento é possível notar que o autor tem consciência de que não se poderia compor uma literatura que retratasse a realidade assim como ela se apresentava sem levar em consideração as diversas transformações pelas quais a sociedade oitocentista passava, embalada pelos ventos que vinham do continente europeu. Em outras palavras, uma literatura dita nacional só seria possível se resultasse do entrechoque entre os valores locais e os valores importados, ou, então, em chave formalmente criativa, diferentemente do caminho encontrado por Alencar, transformasse esse entrechoque na própria forma constitutiva do romance no Brasil.

No capítulo que se segue, veremos como o jovem Machado de Assis, aproveitando-se de seus predecessores, busca caminhar em direção a esse romance brasileiro, em que a forma literária se ancora no processo social local.

²⁰⁴ ALENCAR, José de. *Sonhos d'Ouro*. São Paulo: Editora Ática, 1981, p. 10 – 11.

Capítulo IV

A MÃO E A LUVA e os pobres de nascimento



Capítulo IV

A MÃO E A LUVA e os pobres de nascimento

Luís Alves via bem com os olhos da cara.

(Machado de Assis)

Assim como Macedo e Alencar, Machado de Assis produziu em um período em que o Brasil passava por grandes transformações culturais, políticas e econômicas. Essas mudanças, causadas por fatores internos e externos, como o consumismo que se instalou e favoreceu a circulação dos folhetins, a liberdade de criação avalizada pelo projeto nacional do Segundo Reinado, as idéias liberais em voga e o desejo de europeização por parte da elite brasileira, influenciaram de maneira direta ou indireta esses escritores.

Como já explanamos no primeiro capítulo, houve uma discrepância, resultante da mentalidade agrária e o universalismo da ordem burguesa. Essa discrepância foi sentida e registrada, ou não, nos romances desse período conforme a visão de mundo de cada autor.

Vimos que Macedo procurou retratar fielmente o seu meio, ainda que, segundo Candido, com um “realismo miúdo”²⁰⁵, deixando de fora de suas narrativas os conflitos mais complexos da sociedade. Em Alencar, ainda que timidamente, encontramos temas como prostituição, compra de marido, hipocrisia, preconceito social e drama interior – assuntos pesados para um público-leitor acostumado com certos padrões morais. Todavia, “encasacado em uma mentalidade conservadora”²⁰⁶, o escritor produziu seus romances, ainda que de maneira não conformista, levando em conta uma ordem pré-estabelecida na sociedade da qual ele mesmo fazia parte.

Neste capítulo buscaremos compreender o que distingue a postura de Machado de Assis na construção de sua obra da postura de Macedo e de Alencar, considerando que, assim como seus companheiros, o autor vivenciou

²⁰⁵ CANDIDO, Antonio. O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo. In: *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

²⁰⁶ RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996, p. 83.

todas as transformações sofridas na sociedade oitocentista.

A obra a que nos ateremos neste capítulo é *A mão e a luva*. Publicado pela primeira vez em folhetim em 1874, esse romance é classificado pelos críticos como pertencente à primeira fase de Machado de Assis²⁰⁷.

Guiomar, a personagem principal do romance, é uma moça simples que fica órfã ainda na sua infância. Como afilhada de uma rica baronesa, tem nessa relação a possibilidade de ascender socialmente. Dotada de uma beleza e um jeito de ser atrativo, desperta o interesse de três homens: Estêvão – de caráter fraco e sentimental, Jorge – definido como parasita e calculista, e Luís Alves – jovem determinado e ambicioso. Entretanto, como a jovem usa a razão em todos os seus atos, vê nos sentimentos de dois de seus pretendentes – Estêvão e Jorge, um empecilho para a realização de seu sonho – “o luzimento social”. Estêvão, com seu caráter fraco, e Jorge, atuando como um parasita da fortuna de sua família, despertam em Guiomar uma ponta de aversão, pois, apesar de jovem e inexperiente, tinha a moça “um grande tino e sagacidade naturais”²⁰⁸:

Há criaturas que chegam aos cinqüenta anos sem nunca passar dos quinze, tão simplices, tão cegas, tão verdes as compõe a natureza; para essas o crepúsculo é o prolongamento da aurora. Outras não; amadurecem na sazão das flores; vem ao mundo com a ruga da reflexão no espírito, – embora, sem prejuízo do sentimento, que nelas vive e influi, mas não domina. Nestas o coração nasce enfreado; trota largo, vai a passo ou galopa, como coração que é, mas não dispara nunca, não se perde nem perde o cavalheiro.²⁰⁹

Além dessa maturidade prematura, Guiomar se mostra uma figura tranqüila e fria, “sempre polida e grave”²¹⁰. Desprovida de ilusões e consciente das engrenagens que movem a sociedade, a moça se encaixa perfeitamente no espaço deixado pela morte da única filha da rica baronesa. Guiomar, assim como não pode ser considerada uma usurpadora, também não pode ser vista como uma ingênua, pois, quando já debaixo do teto protetor da madrinha, sabe bem

²⁰⁷ A crítica, tradicionalmente, divide a obra de Machado de Assis em duas fases – a primeira, com romances quase didáticos e pedagógicos, que vai até *Iaiá Garcia* (1878); e a segunda, a partir de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880), em que o autor adota uma postura crítica em relação à sociedade do Segundo Império.

²⁰⁸ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 58.

²⁰⁹ Idem, p. 58.

²¹⁰ Idem, p. 25.

desempenhar o papel não só de protegida, mas, usando de “tino e sagacidade”, o de substituta da filha que esta perdeu²¹¹:

Tendo presenciado, durante algum tempo, e não breve, o modo de viver entre a madrinha e Henriqueta, Guiomar pôs todo o seu esforço em reproduzir pelo mesmo teor os hábitos de outro tempo, de maneira que a baronesa mal pudesse sentir a ausência da filha. Nenhum dos cuidados da outra lhe esqueceu, e se em algum ponto os alterou foi para aumentar-lhe novos. Esta intenção não escapou ao espírito da baronesa, e é supérfluo dizer que desse modo os vínculos do afeto mais se apertaram entre ambas.²¹²

A moça tem êxito nesse propósito, a ponto de sua madrinha considerá-la mais até do que seu próprio sobrinho, filho de sua única irmã. “Guiomar é minha filha”²¹³, afirma a baronesa com toda a sinceridade que uma mãe zelosa possa ter. Considerada como sua filha, Guiomar passa a ser sua sucessora natural, posto que a própria senhora profere que “ela já não é a simples herdeira da pobreza de seus pais”, mas sim sua filha, a filha do seu coração²¹⁴.

As qualidades de Guiomar, sua postura como moça de sociedade, sua rápida assimilação ao novo meio social, é apontada pelo narrador como dom natural: “a plena harmonia de seus instintos com a sociedade em que entrara. A educação, que nos últimos tempos recebera, fez muito, mas não fez tudo. A natureza incumbira de completar a obra (...)”²¹⁵. Esse dom é reforçado pela opinião da baronesa: “a natureza deu-lhe um espírito superior, de maneira que a fortuna não fez mais do que emendar o equívoco do nascimento”²¹⁶. Mas isso não é tudo. Ainda na opinião da madrinha, Guiomar reúne alma angelical e pura, beleza incomum e uma altivez natural.

Guiomar é a pessoa perfeita para “substituir” a filha falecida da madrinha. Por outro lado, o lugar vago é extremamente vantajoso para a órfã Guiomar. Ou seja, o arranjo do destino cabe perfeitamente a ambas as partes envolvidas.

Resta saber como se daria essa relação se Guiomar, por mais que se esforçasse, não viesse a atender aos requisitos necessários que sua nova

²¹¹ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 96.

²¹² ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 34.

²¹³ Idem, p. 48.

²¹⁴ Idem, p. 29.

²¹⁵ Idem, p. 34.

²¹⁶ Idem, p. 49.

posição exigia. Seria possível, ainda sim, um arranjo perfeito para ambas as partes? Pode-se dizer que, em se tratando de interesses de um benfeitor em manter o domínio sobre o agregado, sim. Como veremos mais adiante, esse tipo de relação nas famílias até o século XIX funcionava como uma espécie de troca entre quem recebia e quem doava. E, mais que isso, essa relação, além de significar mais uma forma de domínio de uma classe sobre outra, podia trazer compensações futuras²¹⁷. Já nas famílias pobres, tal prática de arrebanhar agregados não era comum. Conforme Franco nos esclarece, isso somente ocorreria se houvesse vantagens que compensassem o ônus de incorporar dependentes adicionais ao círculo familiar²¹⁸.

Por esse trecho de Schwarz podemos compreender a disposição do cidadão na sociedade quanto à sua situação financeira. Principalmente aquele cidadão livre, mas nascido em um lar humilde:

Não sendo proprietários nem escravos, estas personagens não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante. O seu acesso aos bens da civilização, dada a dimensão marginal do trabalho livre, se efetiva somente através da benevolência eventual e discricionária de indivíduos da classe abonada. Assim, se não alcançam alguma espécie de proteção, os homens pobres vivem ao deus-dará, sobretudo cortados da esfera material e institucional do mundo contemporâneo. Este por sua vez, padronizado nos países clássicos da Revolução burguesa, é programaticamente contrário àquela mesma proteção que, no Brasil, é o bilhete de ingresso em seu recinto.²¹⁹

Guiomar, que tivera humilde nascimento²²⁰, por um golpe do destino, recebe este bilhete. Um bilhete premiado que permite o acesso para uma nova

²¹⁷ Veja-se sobre este assunto este trecho de Franco: “*Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrições a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa **criatura domesticada**: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos*”. (FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 95).

²¹⁸ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 48.

²¹⁹ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 88.

²²⁰ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977.

vida, uma vida completamente diferente da que teria caso não tivesse ficado órfã. Recebendo este bilhete, a moça “escapa por um triz de ser inferior e mercenária”²²¹.

A princípio, quando se deu a morte de seu pai, Guiomar, juntamente com sua mãe, se viram em situação precária. A madrinha, mais do que depressa, se prontificou em ajudá-las, pois “entendia que era seu dever”²²². Guiomar passa a conviver somente com sua mãe, uma mulher “enérgica e resoluta”²²³, determinada a preparar a filha para uma vida de luta e sacrifícios. Durante esse período a relação mãe/filha se dá envolta na mais completa solidão.

Aos treze anos a moça perde sua mãe, não lhe restando mais ninguém próximo a não ser a baronesa, sua madrinha²²⁴. Com dezesseis anos, já sob o teto de sua protetora, demonstrando ter herdado o caráter forte e lutador de sua genitora, a moça age com muito tato, como que prevendo que seu futuro dependeria unicamente da sua postura diante da nova situação que se apresentava.

4.1 Uma inglesa entra em cena

Faoro diz que na burguesia mascarada de nobreza que se forma no Segundo Reinado, penetram os homens de nascimento humilde por duas portas: a cunhagem e o enriquecimento. Na cunhagem, o recém-vindo sofre o mesmo processo que o metal ao se amoldar, recebendo a marca e as insígnias do círculo que o aceita²²⁵.

²²¹ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 114.

²²² ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 31.

²²³ Idem.

²²⁴ Para melhor compreender a relação afilhada-madrinha, utilizamos um pequeno trecho de *Candido*, citado por Franco: “Os vínculos estabelecidos entre padrinho e afilhado eram tão ou mais fortes que os da consangüinidade: não apenas o padrinho era obrigado a tomar o lugar do pai, sempre que necessário, mas tinha que ajudar seu afilhado em várias ocasiões...”, aqui nesse caso, como a baronesa é a chefe do seu grupo, ela toma para si a obrigação com a afilhada. (FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 84 – 85).

²²⁵ FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 25.

Embora o caráter de Guiomar, se equiparado ao processo de moldagem do metal, apresenta já em sua meninice forma mais ou menos modelada para a vida de luxo que teria em sua mocidade, seu sucesso se dá pelo seu esforço pessoal na busca de uma completa adaptação ao novo modo de vida. Todos os seus passos sempre são bem planejados; sua postura diante de todos é de total conformidade com os padrões sociais, restando poucos traços da menina pobre que fora um dia; a incorporação da mentalidade dominante se dá de maneira rápida e desprovida de conflitos.

Esse modo de proceder de Guiomar será, para os que almejavam melhores condições de vida, o melhor mecanismo de sobrevivência. Como afirma Schwarz, a participação do homem pobre na cultura moderna dava-se ao preço de uma concessão ideológico-moral de monta, que ele pode elaborar de muitos modos, mas sem lhe escapar²²⁶: o tratamento que Guiomar dispensa à Mrs. Oswald – dama de companhia da sua madrinha há muito tempo – retrata, já, um pensamento de superioridade da moça em relação à subalterna:

- Naturalmente, continuou Guiomar, há nisto obra sua...
- Minha! interrompeu a outra um pouco mais rispidamente do que costumava falar.
Guiomar tinha ido sentar-se; o pezinho impaciente batia no tapete, com um movimento rápido e regular; cruzara os braços sobre o peito, fitando a inglesa com uns olhos em que se podia ler a viva exacerbação do espírito. Seguiu-se curto silêncio; Mrs. Oswald puxou outra cadeira e sentou-se perto da moça.
- Por que há de ser injusta comigo? disse ela dando à voz um tom melífluo e suplicante; por que não há de ver as coisas, como elas naturalmente são? O que há nisto é uma coincidência curiosa, mas nada mais. Se lhe falei em semelhante coisa algumas vezes, foi porque eu mesma percebi o amor que lhe tem o Sr. Jorge; é coisa que todos vêem. Imaginei que o casamento, neste caso, seria agradável à senhora baronesa a quem sou grata. Posso ter feito mal...
- Muito mal, interrompeu Guiomar; são coisas de família em que a senhora nada tem que ver.²²⁷

Ou seja, embora Mrs. Oswald estivesse servindo há muito tempo à baronesa, mesmo que seus conselhos fossem acatados por sua senhora e que esta lhe tivesse muito apreço, mesmo assim ela não era e nem deveria ser

²²⁶ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 88.

²²⁷ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 54 – 55.

considerada um membro da família, nem tampouco sua posição se nivelaria à da baronesa e de sua afilhada. Como se percebe no trecho anterior e no trecho logo abaixo, Guiomar rispidamente mostra à governanta qual lugar deveria ocupar e se manter, considerando a inferioridade da mulher em relação à sua:

Olhou fria e longamente para a inglesa, com um desses olhares, que são, por assim dizer, um gesto da alma indignada. O que a irritava não era a alusão, que não valia muito, era a pessoa que a fazia, – inferior e mercenária. Mrs. Oswald percebeu isto mesmo; mordeu a ponta do lábio, mas transigiu com a moça.²²⁸

Em outra passagem, mais à frente no romance, Guiomar já não atribui interesse próprio às atitudes de Mrs. Oswald, mas nem por isso muda de opinião em relação à sua posição:

Mrs. Oswald fez uma pausa para dar aberta ao protesto de Guiomar, mas Guiomar não protestou, quero dizer não protestou de viva voz; fez apenas um gesto negativo, bastante a satisfazer os melindres da inglesa. A moça foi sincera; não atribuía realmente a nenhum interesse vil, – pecuniário, – a ação de Mrs. Oswald. Nem por isso a absolvía, – não só porque ela viria concorrer talvez para uma crise penosa, mas também, – bom é notá-lo outra vez, – porque a condição da inglesa naquela casa era relativamente inferior.²²⁹

Entretanto, o próprio narrador informa as intenções de Mrs. Oswald:

Interpôs-se para servir aos outros, e mais ainda a si própria. Viu a dificuldade, mas não desanimou; era preciso armar ao reconhecimento da baronesa. Por isso não hesitou em confiar a Guiomar o desejo da madrinha, exagerando-o, entretanto, – porque nunca a baronesa dissera que "tal casamento era a sua campanha", e Mrs. Oswald atribuiu-lhe esta frase mortal para todas as esperanças e sonhos da moça. Mas, se falava demasiado ao pé de uma, era muito mais sóbria de palavras com a outra, e da exageração ou da atenuação da verdade resultara aquele perene estado de luta abafada, de receios, de indecisão e de amarguras secretas. Convém dizer, para dar o último traço ao perfil, que esta Mrs. Oswald não seguia só a voz do seu interesse pessoal, mas também o impulso do próprio gênio, amigo de pôr à prova a natural sagacidade, de tentar e levar a cabo uma destas operações delicadas e difíceis, de maneira que, se houvesse uma diplomacia doméstica, – ou se se criassem cargos para ela, Mrs.

²²⁸ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 40.

²²⁹ Idem, p. 55.

Oswald podia contar com um lugar de embaixatriz.²³⁰

Seja por interesse pessoal, seja por um simples desejo de pôr em prática sua astúcia, ou os dois motivos trabalhando em conjunto, o fato é que ao perceber que Guiomar começara a ser notada por outros rapazes que não Jorge, começa a agir: “Mrs. Oswald concebeu então um projeto insensato, que lhe pareceu, aliás, excelente e de bom aviso. O desejo de servir a baronesa e levar uma idéia ao fim tapou-lhe os olhos da razão”²³¹.

Depois de expor o que considera ser “um plano completo”²³² para Jorge, detalhando os próximos passos que este deveria tomar para não deixar outras alternativas a Guiomar a não ser casar-se com ele, Mrs. Oswald tranquiliza o rapaz quanto à possibilidade de não haver sucesso nessa empreitada. Indagada por ele sobre uma possível recusa de Guiomar em relação à sua pessoa, Mrs. Oswald se diz confiante no reconhecimento de Guiomar por sua tutora e no receio de perder sua estima: “– A gratidão... e o interesse, continuou ela; devemos contar também com o interesse, que é um grande conselheiro íntimo. Ela não há de querer sacrificar a afeição da madrinha, que para ela vale...”²³³

Posto o plano em prática, a dama de companhia vê na realização do casamento de Guiomar com Jorge uma guerra a ser vencida: “Mrs. Oswald temia ver surgir a cada passo um novo inimigo emboscado em algum teatro ou baile, ou quando menos na rua do Ouvidor, e não via que o inimigo novo podia ser que estivesse literalmente ao pé da porta. A sagacidade da inglesa desta vez foi um tanto míope”²³⁴.

Mrs. Oswald é a primeira pessoa a perceber a indiferença de Guiomar por Estêvão, seu primeiro pretendente, e a primeira pessoa a inquirir a moça sobre possíveis sentimentos com o intuito de sondar-lhe as intenções:

A sagaz inglesa afivelou a máscara mais impassível que trouxera das ilhas britânicas e não os perdeu de vista. Nem da primeira nem da segunda vez viu nada mais que os olhos dele, que solicitavam os dela, e os dela que pareciam surdos. Havia decerto

²³⁰ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 69 – 70.

²³¹ Idem, p. 78.

²³² Idem, p. 79.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem, p. 73.

uma paixão, solitária e desatendida.²³⁵

Quando Guiomar, sentindo que teria que agir rapidamente e, usando de toda sua inteligência, solicita via bilhete que Luís Alves lhe peça em casamento imediatamente, acaba obrigando a inglesa a pensar rápido em novas estratégias. Ao ser consultada pela baronesa sobre o pedido do rapaz, Mrs. Oswald sugere que a madrinha utilize de certa imposição com a afilhada:

Mrs. Oswald calou-se como quem refletia. Logo depois expôs uma série de argumentos e considerações, se não graves em substância, pelo menos nas roupas com que ela os vestia, umas roupas seriamente britânicas, como as não talharia melhor a melhor tesoura da câmara dos comuns, Toda ela dava ares de um argumento vivo e sem réplica. Havia em seus cabelos, entre louro e branco, toda a rigidez de um silogismo; cada narina parecia uma ponta de um dilema. A conclusão de tudo é que nada estava perdido, e que a felicidade de Jorge era coisa não só possível, mas até provável, uma vez que a baronesa mostrasse, – era o essencial, – certa resolução de ânimo muito útil e até indispensável naquela ocasião.²³⁶

Todavia, apesar da baronesa compartilhar todas as particularidades da residência com sua dama de companhia, mantendo assim uma espécie de cumplicidade, quando se vê na presença da afilhada, a própria senhora faz questão de colocar Mrs. Oswald em seu lugar:

Guiomar arrastou a cadeira que ficava mais próxima e sentou-se ao pé da baronesa. Esta, entretanto, havia dobrado lentamente a carta, e tinha os olhos no chão, como a procurar por onde começaria. Quando os levantou deu com a inglesa. Ia já a falar, mas estacou. A afeição que lhe tinha não impediu que achasse demasiada familiaridade a presença de Mrs. Oswald em semelhante ocasião. Esperou alguns instantes; mas como a inglesa parecesse inteiramente distraída:

– Mrs. Oswald, disse a baronesa, vá ver se já deram de comer aos passarinhos.

A inglesa percebeu que estes passarinhos, naquele caso, eram uma pura metáfora, e que a baronesa nada mais fazia do que pedir-lhe delicadamente que se fosse embora. Todavia, não se deu por achada.

– Parece-me que não, disse ela; vou já saber disso.

– Olhe, disse a baronesa quando ela já ia a meio caminho; encoste-me essas portas, e dê ordem para que ninguém nos

²³⁵ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 38.

²³⁶ Idem, p. 87 – 88.

interrompa.

A inglesa obedeceu e saiu. A careta que fez ao sair ninguém lhe pôde ver, e não se perdeu nada.²³⁷

Tal atitude da baronesa – criar e nutrir um laço particular com Mrs. Oswald ao mesmo tempo em que mantém distância na presença de outros – revela a maneira como se serve a classe dominante da classe dominada – ora com afeição, ora com distanciamento, dependendo do momento ou do assunto tratado. Mas sempre o que vale é a vontade de quem está acima. Nesse caso, a vontade da senhora²³⁸. Segundo Schwarz, o leque dos destinos disponíveis, de amplitude vertiginosa e catastrófica para a parte pobre, é, para a parte proprietária, o campo das opções oferecidas ao exercício do capricho²³⁹.

Porém, Mrs. Oswald se diferencia da camada pobre brasileira da Corte. Ela é uma dama de companhia inglesa²⁴⁰, que apesar de ser uma serviçal, possui educação refinada, lê Walter Scott, Milton e sabe se comportar com uma dama. Se os escravos foram, por séculos, os responsáveis pelos serviços domésticos nas propriedades, a presença de uma governanta inglesa, portanto estrangeira e culta, indicava, ao lado do *status* que imprimia à casa que a contratava, o próprio anseio da classe dominante local em se modernizar, diante do atraso representado pela escravidão, o que explica a presença de serviçais estrangeiras nas grandes mansões onde, muitas vezes, funcionavam como adorno para explicitar a distinção social dos seus patrões:

Interrompeu-as uma mulher de quarenta e quatro a quarenta e cinco anos, alta e magra, cabelo entre louro e branco, olhos azuis, asseadamente vestida, a Sra. Oswald, – ou mais britanicamente, Mrs. Oswald, – dama de companhia da baronesa, desde alguns

²³⁷ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 89.

²³⁸ Para essa questão de determinar a consideração de um indivíduo de classe dominante por aquele que está em seu domínio, veja-se este pequeno trecho de Schwarz: “*Faltando fundamento prático à autonomia do indivíduo sem meios – em consequência da escravidão o mercado de trabalho é incipiente –, o valor da pessoa depende do reconhecimento arbitrário (e humilhante, em caso de vaivém) de algum proprietário*”. (SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 87).

²³⁹ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 89.

²⁴⁰ Uma mulher que permanecesse solteira ou enviuvasse, se não tivesse pais, teria como única alternativa, se tivesse irmão/irmã, viver em sua casa, como hóspede permanente e indesejado. Algumas tinham que se manter e, então, as dificuldades apareciam. A única ocupação paga aberta a essas senhoras era a de governanta, em condições desprezadas e com salários miseráveis. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo.asp?artigo=203>>. Acesso em 01 de setembro de 2008.

anos. Mrs. Oswald conhecera a baronesa em 1846; viúva e sem família, aceitou as propostas que esta lhe fez. Era mulher inteligente e sagaz, dotada de boa índole e serviçal. Antes da ida de Guiomar para a companhia da madrinha, era Mrs. Oswald a alma da casa; a presença de Guiomar, que a baronesa amava extremosamente, alterou um pouco a situação.²⁴¹

A estima recebida até então pela sua patroa, aliada a sua formação superior em comparação com os empregados da época, talvez expliquem sua relutância em aceitar o tratamento adequado para sua função. Quando a baronesa chama sua afilhada para uma conversa particular, Mrs. Oswald se sente naturalmente incluída no assunto, como se fizesse parte do problema tratado. Mas, para a baronesa, “a afeição que lhe tinha não impediu que achasse demasiada familiaridade a presença de Mrs. Oswald em semelhante ocasião”²⁴², e ordena que a dama de companhia se retire, deixando-as a sós. Uma ordem que causa profundo desagrado na serviçal: “A inglesa obedeceu e saiu. A careta que fez ao sair ninguém lhe pôde ver, e não se perdeu nada”²⁴³.

Ou seja, embora sua educação fosse superior, embora, além de sua função de governar a casa, fosse também a única confidente de sua patroa, a inglesa pertencia a uma camada inferior. Portanto, deveria engolir seu orgulho e aceitar sua condição porque, segundo Schwarz, inadmissíveis são a dignidade e o direito dos pobres, que restringiriam o campo à arbitrariedade dos homens de bem²⁴⁴. Entenda-se aqui que esses “homens de bem” seriam aqueles homens que pertenciam à classe dominante.

Perdida a batalha, a inglesa, consciente de que “tudo estava acabado; e talvez que a sua própria pessoa padecera naquele lance último”²⁴⁵, muda o discurso:

Na primeira ocasião que se lhe ofereceu, expandiu-se Jorge com Mrs. Oswald.
 – Perdeu-se tudo... murmurou ele,
 A inglesa não respondeu.
 Jorge continuou ainda a falar, e a inglesa a ouvir, mas a ouvir só, e a querer diverti-lo daquele assunto.

²⁴¹ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 27.

²⁴² Idem, p. 89.

²⁴³ Idem, p. 89.

²⁴⁴ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 102.

²⁴⁵ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 92.

- Tudo se perdeu, disse enfim o sobrinho da baronesa, talvez por culpa sua.
- Minha? perguntou Mrs. Oswald.
- Sua.
- Mas...
- Jorge hesitou um instante.
- Não mostrou calor suficiente, disse ele enfim.
- Que quer? disse Mrs. Oswald. O coração não se pode dominar, nem há meio de impor-lhe um sentimento. D. Guiomar é uma santa criatura, ama deveras ao seu rival; há nada mais justo do que casá-los?
- De maneira que...
- De maneira que tudo era lícito fazer na suposição de que ela não amava a outro, mas uma vez que ama...²⁴⁶

Mrs. Oswald representa, nesse sentido, não só a distinção que pode imprimir à casa que a acolhe – ela em sua condição de dama de companhia estrangeira, a dar lustre à própria baronesa – mas também as reais condições que permeavam a vida social do II Império: aos de baixo, mesmo com mérito, restava a acomodação ao domínio imposto pelos senhores. Representa, ademais, a clivagem que se estabelecia mesmo entre os pobres: Mrs. Oswald, entre o interesse de agradar a baronesa, tendo em vista seu próprio interesse, e os interesses da baronesa e de Guiomar, rapidamente se adapta às novas circunstâncias, aderindo à vontade de ambas.

4.2 A ascensão social e as relações de favor

Como vimos no tópico anterior, no romance *A mão e a luva* há um embate entre duas mulheres. A ação de uma mexe diretamente com o destino da outra, o que leva essa outra a um despertar abrupto para a realidade de sua situação de dependente há muito esquecida. O que interessa para nós, neste embate, é a classe social de que ambas são provenientes. De um lado temos Mrs. Oswald, “mulher inteligente e sagaz, dotada de boa índole e serviçal”²⁴⁷, que depois de enviuvada passa, a convite da baronesa, a ser sua dama de companhia. A partir daí até a saída da afilhada da baronesa do colégio, a senhora se torna a “alma da

²⁴⁶ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 93.

²⁴⁷ Idem, p. 27.

casa” e, como vimos também, pessoa de total confiança da patroa. Do outro lado temos Guiomar, a órfã de origem humilde, que, num golpe de sorte, cai nas graças de sua madrinha e tem nessa afeição a oportunidade de ascender socialmente. Ambas convivem com/na alta sociedade, porém não pertencem a ela por nascença.

Guiomar e Mrs. Oswald, apesar de já gozarem de prestígio ao usufruírem da proteção da baronesa e esta lhes dedicar grande apreço – ainda que em diferente grau de importância – travam entre si uma espécie de luta particular, como que para delimitar posições já conquistadas e até mesmo, se possível, ampliá-las. Para Guiomar, o que supõe ter já lhe basta para lhe conferir certa consciência de superioridade, mas para Mrs. Oswald, com uma boa estratégia talvez fosse possível que “se criassem cargos para ela” ou “podia contar com um lugar de embaixatriz”²⁴⁸.

Guiomar também sente na pele, ainda que por breve momento, a realidade de sua origem e seus deveres como protegida. Quando Mrs. Oswald age como cupido na intenção de uni-la a Jorge, acaba por deixar entender para a moça que assim seria o desejo de sua madrinha e que nada mais lhe daria felicidade.

Essa revelação faz Guiomar experimentar uma sensação de que possivelmente havia chegado a hora de compensar sua benfeitora por tudo o que havia recebido até então²⁴⁹:

Guiomar ficou só, ali sentada ao pé da cama, a ouvir o passo surdo e cauteloso da inglesa. Quando o som morreu de todo, e o silêncio da noite voltou ao que era, profundo e sepulcral, a moça deixou cair os braços na cama, e a cabeça nas mãos, e um suspiro desentranhou-se-lhe do peito, longo, ruidoso, magoado, –

²⁴⁸ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 70.

²⁴⁹ Na relação de favor pode-se dizer que tanto o benfeitor quanto o favorecido tinham consciência de seus direitos e deveres. Para exemplo ilustrativo, citamos um trecho de Schwarz: “*Não há exagero portanto em afirmar que o favor pessoal, incluída nele a parte inevitável e já então imperdoável de capricho, vem colocado em primeiro plano pela estrutura social do país ela própria. Foi natural que o emaranhado singular de humilhações e esperanças ligado a este quadro se tornasse matéria central no romance brasileiro, que em boa parte se pode estudar como apresentação e aprofundamento dos dilemas correspondentes. Seja como for, é na relação com esta forma específica de desvalimento que a volubilidade cobra relevo pleno, sendo percebida e percebendo-se como poder social, que reserva ao outro, enquanto possibilidades reais, tanto a sorte grande da cooptação (aqui o casamento desigual), como a humilhação do dependente ou a indiferença moderna em face do concidadão (que entretanto não é cidadão de veras e não tem meios de sobreviver)*”. (SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 88).

o primeiro que o leitor lhe ouve desde que a conhece – e enfim estas palavras arrancadas da alma, tão doloridas, – ia dizer tão lacrimosas, – vinham elas:
 – Oh! meus sonhos! meus sonhos!
 Não chorou; a alma dela era das que não têm lágrimas, enquanto lhe restam forças. Os olhos estavam secos e firmes quando ela os ergueu das mãos; o rosto tinha vestígios do abalo, mas não havia nele desânimo, menos ainda desespero.²⁵⁰

Ao receber a carta de Jorge, Guiomar já havia refletido sobre as conseqüências que teria que enfrentar se não correspondesse ao flerte do rapaz, “dado o amor que a baronesa tinha ao sobrinho, até que ponto a recusa iria magoá-la?”²⁵¹ Essa preocupação foi descartada de pronto, mas a “moça refletia também na posição especial que tinha naquela casa o sobrinho da baronesa; via-se obrigada à presença dele, e talvez à luta, porque o pretendente não recuaria do primeiro golpe”²⁵².

De certa forma, a moça já estava preparada para lutar e não aceitar Jorge como esposo, entretanto, tudo mudaria com as declarações da inglesa, que “não hesitou em confiar a Guiomar o desejo da madrinha, exagerando-o, entretanto, – porque nunca a baronesa dissera que “tal casamento era a sua campanha”, e Mrs. Oswald atribuiu-lhe esta frase mortal para todas as esperanças e sonhos da moça”²⁵³.

De fato, o plano bem elaborado de Mrs. Oswald, as palavras certas nas horas certas, criam uma situação que não dá margens para desconfiança. A baronesa crê que Jorge é a pessoa ideal para Guiomar e que a moça não se oporia em casar-se com ele. E, ao mesmo tempo, Guiomar crê que sua madrinha, ao desejar vê-la casada com seu sobrinho, está na verdade impondo sua vontade.

Até os fatos serem esclarecidos pela baronesa, “tornara-se Guiomar uma criatura desditosa”²⁵⁴.

A moça recolhera-se ao quarto, logo depois da declaração. As pessoas da casa nada puderam ler-lhe no rosto, salvo a palidez repentina e o rubor que se lhe seguiu; mas, logo que ela se achou só, deu toda a expansão aos sentimentos que até ali pudera

²⁵⁰ ASSIS, Machado. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 59.

²⁵¹ Idem, p. 53.

²⁵² Idem.

²⁵³ Idem, p. 69.

²⁵⁴ Idem, p. 68.

conter.

O primeiro deles era o despeito; Guiomar sentia-se humilhada com aquela declaração, assim feita, de emboscada e sobressalto, para arrancar-se-lhe um consentimento que o coração e a índole repeliam. Nenhuma consulta, nenhuma autorização prévia; parecia-lhe que a tratavam como ente absolutamente passivo, sem vontade nem eleição própria, destinado a satisfazer caprichos alheios. As palavras da madrinha desmentiam esta suposição; mas, a notícia que ela tinha da resolução da baronesa, neste negócio, diminuía muito o valor de tais palavras. Se era uma campanha, como dissera Mrs. Oswald, queriam constrangê-la com aparências de moderação, e o tempo que lhe deixavam para refletir era-o realmente para considerar, sozinha consigo, na necessidade de pagar os benefícios que recebera.

Não a acusem de ter feito estas reflexões, logo que entrou no quarto, com os olhos cintilantes e os lábios frios de cólera. Eram naturais; primeiramente porque supunha que o seu casamento com Jorge estava deliberado e se realizaria, quaisquer que fossem as circunstâncias; depois, porque a alma dela era melindrosa; não esquecia os benefícios recebidos, mas quisera que lhos não lembrassem por meio de uma violência: fazê-lo, era o mesmo que lançar-lhos em rosto.

– Não! murmurara enfim a moça, forçar-me, reduzir-me à condição de simples serva, nunca.²⁵⁵

Toda a indignação de Guiomar não está concentrada no fato de se casar com Jorge, afinal, a jovem não sairia prejudicada financeiramente e uma vida de conforto estaria garantida. Além do mais, até então ninguém havia lhe despertado interesse:

Guiomar, no meio das afeições que a cercavam, sabia manter-se superior às esperanças de uns e às suspeitas de outros. Igualmente cortês, mas igualmente impassível para todos, movia os olhos com a serenidade da isenção, não namorados, nem sequer namoradores. Ela teria, se quisesse, a arte de Armida; saberia refrear ou aguilhoar os corações, conforme eles fossem impacientes ou tíbios; faltava-lhe porém o gosto, – ou melhor, sobrava-lhe o sentimento do que ela achava que era a sua dignidade pessoal.²⁵⁶

O que lhe perturba a “alma” é a possibilidade de ser vista por sua madrinha como um bem à disposição de seus caprichos, sem vontade, sem dignidade e principalmente sem o direito de sonhar uma vida onde amor e elevação social pudessem caminhar juntos.

Até os fins do século XIX a base da sociedade brasileira foi o sistema

²⁵⁵ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 85.

²⁵⁶ Idem, p. 42.

patriarcal – uma ordem baseada na estrutura casamento/família, vigente principalmente “entre as camadas altas”²⁵⁷. Segundo Franco, durante esse período que tendeu para um padrão patriarcal de organização, a família brasileira apresentou uma dupla estrutura: um núcleo legal, composto do casal e seus filhos legítimos, e a periferia, constituída por toda sorte de servidores e dependentes. Ainda conforme Franco, mediante alianças intrafamiliares, estabelecia-se uma intrincada, ampla e solidária rede de parentesco, integrando-se assim grandes grupos que constituíram-se em poderoso sistema de dominação socioeconômica²⁵⁸. Tal aliança pode ser observada no romance *A mão e a luva*.

A baronesa – tratada pelo título e não por um nome – depois de viúva e sem filhos, mantém uma rede de relações estruturada em torno de sua figura. O seu papel dentro da trama se assemelha à figura patriarcal, tudo gira ao seu redor. Além de sua autonomia para comprar, vender, contratar e administrar, as decisões sobre o destino de seus tutelados devem e são, “por direito”, as suas. Não por ser viúva, afinal, Mrs. Oswald também o é, mas por ser uma viúva detentora de poder econômico²⁵⁹. E se tem poder econômico, tem poder sobre seus dependentes “diretos ou indiretos”²⁶⁰.

Jorge, seu sobrinho de sangue e seu herdeiro direto, atende prontamente o pedido/ordem da tia quando esta deseja vê-lo para inteirar-se das intenções do rapaz em relação a sua afilhada. Num primeiro momento, o rapaz, num gesto de sondagem, se coloca no lugar de ouvinte, esboçando poucas palavras²⁶¹, com o

²⁵⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 44.

²⁵⁸ Idem, p. 44.

²⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 95, diz que as viúvas, quase matriarcas, conservaram e às vezes desenvolveram grandes riquezas e que tais mulheres mostraram-se capazes de exercer o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens.

²⁶⁰ A galeria de viúvas presentes na obra de Machado de Assis é vasta, são nove viúvas entre as quarenta e seis personagens femininas dos romances. Só a título de curiosidade, em *Dom Casmurro* há duas viúvas (a mãe de Bentinho e prima Justina), elas, juntamente com o também viúvo Tio Cosme, dividem o mesmo teto, “era a casa dos três viúvos”. (ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Novo Brasil Editora Brasileira Ltda., 1987, p. 14.). No romance deste capítulo há quatro viúvas (A baronesa, Mrs. Oswald, a mãe de Guiomar e uma conviva da baronesa).

²⁶¹ O narrador assim descreve o modo de falar de Jorge: “As palavras saíam-lhe lentas e contadas, como a fazer sentir toda a munificência do autor. Não as proferia como as demais pessoas; cada sílaba era por assim dizer espremida, sendo fácil ver ao cabo de alguns minutos, que ele fazia consistir toda a beleza de elocução nesse alongar do vocábulo. As idéias orçavam pelo modo de as exprimir; eram chochas por dentro, mas traziam uma côdea de

intuito de que assim pudesse compreender bem a posição da tia sobre o referido assunto:

A baronesa não perdeu tempo em circunlóquios. Apenas viu o sobrinho interpelou-o diretamente.

– Disseram-me, foi Mrs. Oswald quem me disse que tu gostas de Guiomar.

Jorge não contava muito com semelhante interrogação; todavia, não era tão ingênuo que corasse, nem tão apaixonado que lhe tremesse a voz. Puxou gravemente os punhos da camisa, concertou a gravata, e respondeu singelamente:

– Não me atrevia a falar-lhe destas coisas...

– Por que não? – interrompeu a baronesa; são assuntos que se podem tratar entre mim e ti, sem desar para nenhum de nós. É então verdade o que me disse Mrs. Oswald?

– É.

– Amas deveras, ou...

– Deveras. Recuaria, se visse que uma aliança entre nós ficava mal ao lustre de nossa família; mas, posto que ela seja...

– Guiomar é minha filha, apressou-se a dizer a baronesa.

– Justamente; não pode haver melhor título.²⁶²

Jorge, nesta postura passiva, toma, afinal, conhecimento das suas chances em casar-se com a protegida de sua tia e, de quebra, herdar sua fortuna em sua totalidade. Mas essa passividade é acompanhada de certa astúcia e bajulação: “Um homem, como eu, – disse ele – vale pouco por si mesmo; o valor que tenho, e esse é muito, vem do nome de meus pais e do seu, titia, e das santas qualidades que a adornam...”²⁶³

Retribuindo as lisonjas do sobrinho, a baronesa “emprega, como por instinto, finuras diplomáticas”²⁶⁴, para engrandecer o rapaz, ao mesmo tempo em que expõe todas as vantagens em ter Guiomar como esposa. A moça é bela, possui “espírito superior” e é sua “filha de coração” e, para completar, a bondosa senhora deixa claro que “morreria contente” se tivesse a fortuna de vê-los unidos. Para Jorge, que já contava com seus “vinte e cinco a vinte seis anos” e não havia ainda dado um rumo a sua vida, não poderia haver maior incentivo e melhor oportunidade, pois o “nome que lhe deixara o pai, e a influência da tia podiam servir-lhe nas mãos para fazer carreira em alguma coisa pública; ele, porém,

gravidade pesadona, que dava vontade de ir espairecer o ouvido em coisas leves e folgazãs. (ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 41.).

²⁶² Idem, p. 48 – 49.

²⁶³ Idem, p. 49.

²⁶⁴ Idem.

preferia vegetar à toa, vivendo do pecúlio que dos pais herdara e das esperanças que tinha na afeição da baronesa. Não se lhe conhecia outra ocupação”²⁶⁵.

Em contrapartida, Guiomar também contava com a afeição da baronesa, e por isso o receio em contrariá-la. Porém, suas ambições iam muito além. Não lhe bastava herdar a fortuna de sua madrinha, era necessário ascender socialmente. E isso só poderia acontecer através de um bom casamento que lhe desse “um lustre” ao nome. Mas dinheiro e “nome” só seriam bem-vindos se não houvesse a necessidade de abrir mão do amor. E mesmo que existisse amor, a pessoa amada deveria atender certos requisitos – possuir certa dose de ambição seria um deles.

Como afirmamos em páginas anteriores, a sociedade brasileira era regida por uma estrutura patriarcal, onde todos os indivíduos se agregavam ao redor do pai, e na falta desse, por ocasião de seu falecimento, ao redor da viúva. Com exceção dessa importância alcançada de maneira trágica, a mulher de classe abastada possuía uma posição secundária, inferior à do homem. Era vedada qualquer atividade fora do lar e o casamento era o único *status* social idealmente reconhecido pela sociedade para a mulher.

Portanto, essa ambição da personagem central do romance *A mão e a luva* em ascender socialmente através do casamento será a única viável para a mulher até que fatores como a consolidação do sistema capitalista viesse alterar o papel da mulher dentro da sociedade²⁶⁶. Não que as mulheres não tivessem experiências profissionais antes dessa consolidação, mas os valores quanto ao trabalho feminino variou historicamente através dos grupos sociais. Se nas camadas médias, a primeira profissão feminina considerada digna – em fins do

²⁶⁵ ASSIS, Machado. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 41.

²⁶⁶ Segundo o artigo de Nelly Novaes Coelho, na apresentação do primeiro exemplar (jan. 1881) do jornal feminino, ***A Mulher***, fundado e publicado em New York, em 1881, pelas brasileiras Maria Augusta G. Estrella e Águeda J. F. M. Oliveira, que impossibilitadas de se matricular em faculdade no Brasil (pois o ensino superior era vedado às mulheres) foram estudar Medicina no New York Medical College and Hospital for Women., elas escrevem: “Claro está que tal enormidade não resulta apenas da casmurrice misógina de um indivíduo, mas arraiga numa longa tradição de minimização do sexo feminino (que vem desde os tempos bíblicos), fortalecida, a partir da segunda metade do século XIX, pela ciência positivista (na qual Veríssimo e toda a geração intelectual do entre-séculos foi formada); e que defendia a superioridade feminina sobre o homem, no que dizia respeito ao **poder privado** (filha, esposa, mãe, guardiã do lar) e a superioridade masculina sobre a mulher, na esfera do **poder-público**, político, econômico, social, culto, etc”. Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>>. Acesso em 07 de janeiro de 2008.

século XIX – foi a de professora, nos demais grupos sociais já era mais comum o trabalho feminino, como vendedoras e costureiras, mesmo sob o risco de difamação por trabalharem fora de casa²⁶⁷. Aliás, normalista seria a profissão de Guiomar se acaso a baronesa não houvesse perdido sua única filha. Pois, aos dezesseis anos, a jovem órfã, por desejo da madrinha, entrou para um colégio para que sua educação pudesse ser “apurada”.

Como protegida de uma pessoa de posses, mesmo que o destino não lhe tivesse reservado tamanha fortuna de “substituir” a filha falecida de sua madrinha, ainda assim Guiomar estaria em uma situação privilegiada em relação a tantas outras moças que tivessem igual nascimento, pois, como já dito, outras profissões estavam reservadas à camada da população menos favorecida. Mas, para Guiomar, o fato de ter tido melhor sorte que sua mãe, de ter uma oportunidade

²⁶⁷ Para explicitar melhor esse momento da história do Brasil, cita-se um trecho extraído de LAJOLO & ZILBERMAN: “O enriquecimento decorrente da exportação do café favorece a emergência de segmentos urbanos, o fortalecimento da classe média e a modificação dos setores dirigentes, associados ainda à propriedade da terra, mas agora também interessados no comércio exterior. Os novos grupos não se satisfazem inteiramente com a fisionomia política, econômica e cultural do país, julgada conservadora e ultrapassada: querem modificá-la, tornando a nação moderna e civilizada, adaptada às inovações tecnológicas, aos novos costumes e ao progresso, característicos do final do século europeu.

Para consolidar tal projeto, cumpria remover elementos arcaicos enraizados na sociedade e remanescentes da vida colonial, sendo um deles a reclusão da população feminina, outro, seu atraso, em tudo homólogo ao analfabetismo da maior parte da população, crianças e adultos. A campanha favorável à educação da mulher acompanha-se de outra, visando à obrigatoriedade do ensino para as crianças, atitude a ser encampada e imposta pelo Estado.

O fato de que em ambos os casos se tratava de instruir aproxima as duas campanhas.

Elas se aparentam também porque formar a mulher podia significar capacitar contingentes de professoras à disposição de um mercado de trabalho que precisava expandir-se. A mulher, que em princípio educava os filhos, poderia ser também a mestra de todos, estendendo para fora de casa a tarefa para a qual fora talhada. Do sentido vagamente metafórico de **responsável pela formação do homem de amanhã** o papel formador atribuído à mulher se foi tornando literal, até se colar à identidade feminina uma vocação **natural** para as lides do magistério.

Destinar a mulher ao ensino resolvia diferentes problemas: justificava pragmaticamente a necessidade de educá-la; solucionava a falta de mão-de-obra para o magistério, profissão pouco procurada porque mal remunerada; desobrigava o Estado de melhorar os proventos dos professores, porque o salário da mulher não precisava (e nem deveria) ser superior ao do homem, e sim complementar dele. Essas considerações recobriam-se por outras, de caráter ideológico: idealizava-se a professora, chamando-a de mãe, sugerindo assim que, lecionando, ela continuava fiel à sua natureza maternal. Negava-se o elemento profissional da docência, porque a sala de aula convertia-se num segundo lar.

É claro que nessas condições a tarefa de ensinar não comprometia a rígida divisão do universo social entre masculino e feminino, uma vez que não se apresentava como trabalho, e sim como extensão das funções domésticas. Tal contexto sustava (ou atenuava) qualquer eventual pendor emancipatório que essa atividade pudesse conter. Ou seja, o exercício do magistério não escandalizava as bases machistas da sociedade patriarcal brasileira, permanecendo intocada, e também idealizada, a associação mulher-esposa-mãe, mesmo quando essa estivesse fora de casa, ganhando um modestíssimo pão de cada dia”. (LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 261 – 262).

de exercer uma profissão que, para os padrões da época, era digna, não conta:

Guiomar manifestara então o desejo de ser professora.

– Não há outro recurso, disse ela à baronesa quando lhe confiou esta aspiração.

– Como assim? perguntou a madrinha.

– Não há, repetiu Guiomar. Não duvido, nem posso negar o amor que a senhora me tem; mas a cada qual cabe uma obrigação, que se deve cumprir. A minha é... é ganhar o pão.

Estas últimas palavras passaram-lhe pelos lábios como que à força.

O rubor subiu-lhe às faces; dissera-se que a alma cobria o rosto de vergonha.

– Guiomar! exclamou a baronesa.

– Peço-lhe uma coisa honrosa para mim, respondeu Guiomar com simplicidade.

A madrinha sorriu e aprovou-a com um beijo, – assentimento de boca, a que já o coração não respondia, e que o destino devia mudar.²⁶⁸

Nota-se nesse trecho que a tomada de consciência de Guiomar em relação a sua situação não lhe traz orgulho ou sentimento de agradecimento. Saber que por ser uma pessoa desprovida de bens lhe restaria apenas dois caminhos possíveis, um bom casamento ou a luta pela sua sobrevivência como professora, é, para si, motivo de vergonha, principalmente a segunda opção. Labutar e viver num mundo de simplicidade estava distante dos planos de Guiomar, tanto que a simples idéia de que isto poderia acontecer a ruborizava.

A relação afillhada/madrinha já traz em si o comprometimento de troca, onde já se supõe que o favorecido deva obrigações para aquele que o protegeu. Franco explana que quando os ricos e influentes tomam sobre si as obrigações decorrentes do batismo de parentes pobres, as promessas religiosas são interpretadas no sentido de encaminhar a criança na vida²⁶⁹. Dado isso, fica fácil compreender a atitude da baronesa quando sua comadre enviúva: “e olhou por elas, como entendia que era seu dever”²⁷⁰. Será, contudo, a partir deste gesto de “dever” de quem detém o poder – nesse caso, a madrinha – que se inicia um processo de mando sobre o destino do indivíduo que recebe tal privilégio – a afillhada.

²⁶⁸ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 33.

²⁶⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 85.

²⁷⁰ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 31.

Nas palavras de Franco, há nos laços entre padrinho e afilhado um componente de dominação²⁷¹. É o que se observa no romance, a partir da morte da mãe de Guiomar: o que prevalece são as decisões da madrinha. É ela quem escolhe qual colégio a afilhada deve freqüentar, por quanto tempo e quando esta deve deixar os estudos. Nessa fase de relacionamento até então o sentimento da baronesa era apenas de apadrinhamento. Com a perda de sua única filha, que representa, além da perda do ente querido, a descontinuação de um ramo familiar, legítima, com o “encaixe” perfeito da afilhada no espaço deixado, a dominação:

Nas suas origens, o batismo estabelece ritualmente um parentesco divino e isto entre seres que se reconhecem, também originalmente, como da mesma ordem natural, como *pessoas*. Reproduz as obrigações entre pais e filhos, essa ambivalente relação de poder e sujeição estabelecida entre indivíduos que não se vêem como essencialmente diferentes, mas como potencialmente iguais. É certo que os compromissos entre padrinhos e afilhado eram nuançados na medida em que também se matizavam as diferenças de posição social: no mesmo nível, a observância dos deveres tendia a ser mais rigorosa. No entanto, o respeito pelas promessas trocadas, em que pese a diversidade de posições sociais, era requisito mínimo de sua própria eficácia como técnica de dominação.²⁷²

Quando passa de simples afilhada à condição de filha da baronesa, de certa forma Guiomar se reconhece como “sendo da mesma ordem natural” da sua madrinha. Ou seja, ao optar por adotar Guiomar, a baronesa encurta a diferença social entre ambas. Tal gesto, recorrendo novamente a Schwarz, faz com que a moça escape por um triz de ser inferior e mercenária²⁷³ – adjetivos que esta mesma impõe a sua desafeta Mrs. Oswald.

Apesar de nenhuma personagem feminina transgredir abertamente os limites sociais que lhe são impostos, Machado dotou Guiomar de qualidades como orgulho, inteligência, discernimento e ambição – qualidades que funcionam como ferramentas mais do que necessárias em sua escalada social. Todos os seus movimentos são no sentido de eliminar possíveis obstáculos, manter o que

²⁷¹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 85.

²⁷² Idem, p. 86.

²⁷³ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 114.

já havia conquistado até ali e, de quebra, garantir um futuro de luzimento social:

(...) na simpatia pelas ambições rasteiras mais fortes; pelo apetite terreno e conformista de Guiomar – uma heroína de choque, sob medida para o Brasil, da raça que o Romantismo não amoleceu e a tradição não intimidou. De fato, a moça – cujo ideal se resume em luzimento social, uma boa casa com bons móveis e um bom marido em boa posição – contrasta vantajosamente com as paixões chorosas de Estevão, e com a inércia de Jorge, o sobrinho da baronesa, que espera sentado pelos benefícios de seu sobrenome.²⁷⁴

Candido diz que o mais lhe atrai nos livros de Machado é o tema recorrente da transformação do homem em objeto do homem, que é uma das maldições ligadas à falta de liberdade verdadeira, econômica e espiritual. Afirma também que há uma conotação ampla que visualiza o homem como devorador do homem. E que essa devoração geral e surda tende a transformar o homem em instrumento do homem. Nessa perspectiva, a baronesa acaba servindo de instrumento para Guiomar passar de humilde órfã a esposa desejada por nada menos que três pretendentes. Esta, como boa estrategista, agarra com toda gana possível a oportunidade que o dinheiro da madrinha lhe proporciona, não para se preparar para a profissão de normalista, mas, sim, aperfeiçoar-se para viver em um novo nível social. Tarefa cumprida com esmero, pois revelara rapidamente “plena harmonia de seus instintos com a sociedade em que entrara”²⁷⁵.

Schwarz sugere – ainda que não a absolva – que Guiomar não se utiliza da madrinha como trampolim para obter fortuna, afinal, a moça desenvolveu um afeto espontâneo²⁷⁶ pela sua protetora, e, por conseguinte, corresponde ao sentimento desta. A jovem “sacrificava tudo à dedicação filial de que já dera tantas provas”²⁷⁷. Dessa maneira, segundo Schwarz, quem corresponde está na esfera do recíproco e natural, inocentado da manipulação, própria de quem “usa”²⁷⁸.

Com relação à opção de Guiomar em aproveitar a chance de se moldar

²⁷⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 98.

²⁷⁵ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 34.

²⁷⁶ Idem, p. 33.

²⁷⁷ Idem, p. 48.

²⁷⁸ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 97.

até estar apta a viver na “boa” sociedade, Schwarz diz que, desse modo, Machado acaba pondo em oposição ao paternalismo autoritário e tradicionalista um paternalismo esclarecido, que aproveita os dons naturais e a iniciativa do beneficiado, em lugar de sacrificá-lo²⁷⁹. Em outras palavras, se o sujeito possui competência suficientes para ascender socialmente, embora se utilize de meios ilícitos, merece o posto alcançado²⁸⁰.

Todavia, segundo Faoro, o caminho da ascensão não está aberto a todos os humildes, todos os que dispõem de habilidade, ambição ou esperteza²⁸¹. Assim se explica a dificuldade de Mrs. Oswald em manter seu posto de “alma da casa” e o fracasso do seu plano em unir Guiomar e Jorge. Sem posses e com habilidade e esperteza suficiente para competir com Guiomar, talvez o que falta na mulher seja a mesma ambição de sua oponente. Como Faoro mesmo diz, há a ambição em linha reta e a ambição em linha curva, na primeira há audácia, paixão e cálculo. Mas o tempo ensina que se entra no castelo do poder e nas mansões da riqueza com o auxílio de passos curtos e seguros, animados de paciência e tenacidade, à custa de muita dissimulação e alguma hipocrisia²⁸².

Mrs. Oswald, ao dar passos largos, incertos e impacientes, acaba por ficar em desvantagem perante a jovem de personalidade fria, refletida, previdente e calculista. Uma personalidade destituída de sonhos inocentes, que vê com impaciência as investidas sentimentais de Estêvão e Jorge, controlada em seus sentimentos: “a alma dela era das que não têm lágrimas, enquanto lhe restam forças”²⁸³, ao mesmo tempo em que não permite para si mesma entregar-se a fantasias:

Guiomar refletiu ainda muito e muito, e não refletiu só, devaneou também, soltando o pano todo a essa veleira escuna da imaginação, em que todos navegamos alguma vez na vida, quando nos cansa a terra firme e dura, e chama-nos o mar vasto e sem praias. A imaginação dela porém não era doentia, nem

²⁷⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 99.

²⁸⁰ No romance *Helena* (publicado após *A mão e a luva*, em 1876), a ascensão social da menina pobre não ocorre. Weber explica que isso se dá porque para “*Machado, ainda em perspectiva moralista e conservadora, parece ilegítimo subir na vida assentando na mentira e na traição de classe*”. (WEBER, João Hernesto, Op. cit).

²⁸¹ FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 32.

²⁸² Idem, p. 33.

²⁸³ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 59.

romântica, nem piegas, nem lhe dava para ir colher flores em regiões selváticas ou adormecer à beira de lagos azuis. Nada disso era nem fazia; e por mais longe que velejassem levaria entranhadas na alma as lembranças da terra.²⁸⁴

Contudo, Guiomar “não tinha coração tão mau”²⁸⁵. As declarações de Estêvão e Jorge acabam desencadeando, ainda que por breves momentos, perturbações em sua alma. Do amor de Jorge ela não chega a desacreditar totalmente, e em relação à Estêvão ela chega a sentir pena por não conseguir amá-lo, porém “era lástima de que tal coração não fora casado a outro espírito”²⁸⁶. Com Jorge ela se manteria no mesmo *status* já conquistado – juntaria o que herdasse de sua madrinha com as posses deste²⁸⁷ – e com Estêvão ela poderia experimentar um amor verdadeiro, desprovido de interesses pecuniários (o amor idealizado do Romantismo). Mas:

Dos dois homens que lhe queriam, nenhum lhe falava à alma; ela sentia que Estêvão pertencia à falange dos tíbios, Jorge à tribo dos incapazes, duas classes de homens que não tinham com ela nenhuma afinidade eletiva. Não igualava, decerto, os dois pretendentes; um era simplesmente trivial, outro sentimental apenas; mas nenhum deles capaz de criar por si só o seu destino. Se os não igualava, também os não via com os mesmos olhos; Jorge causava-lhe tédio, era um Diógenes de espécie nova; através da capa rota da sua importância, via-se-lhe palpar a triste vulgaridade. Estêvão inspirava-lhe mais algum respeito; era uma alma ardente e frouxa, nascida para desejar, não para vencer, uma espécie de condor, capaz de fitar o sol, mas sem asas para voar até lá. O sentimento de Guiomar em relação à Estêvão não podia nunca chegar ao amor; tinha muito de superioridade e perdão.

Com outra índole, aspirações diferentes e vivida em diversa esfera, amá-lo-ia com certeza, do mesmo modo que ele a amava.

²⁸⁴ ASSIS, Machado. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 54.

²⁸⁵ Idem, p. 47.

²⁸⁶ Idem, p. 53.

²⁸⁷ Casando-se com Jorge, Guiomar estaria preservando e ampliando o patrimônio não só da baronesa, mas da família. Além do mais, o patrimônio não mudaria de mãos. Seria uma espécie de junção de capitais. Sobre casamentos desta natureza cita-se um trecho de Franco: “Com maior nitidez vê-se o fundamento tradicional da fidelidade entre seus membros, conjugado a um poderoso vínculo definido pela situação de interesses. Ambos garantiram, articulados, a preservação e o equilíbrio do grupo familiar, a despeito das insatisfações geradas numa instituição em que os problemas pessoais foram de todo irrelevantes. Talvez se possa mesmo aventar que a enorme importância e solidez das relações familiares na antiga sociedade brasileira provenha do fato de proceder-se, em seu curso, à unificação dos controles sociais cuja legitimidade emanava de fontes diferentes, nas quais se refletiam as duas ‘facetas’ da sociedade brasileira: o lar e a empresa, amálgama de que se fez a grande propriedade fundiária”. (FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 45).

Mas a natureza e a sociedade deram-se as mãos para a desviar dos gozos puramente íntimos. Pedia amor, mas não o quisera fruir na vida obscura; a maior das felicidades da terra seria para ela o máximo dos infortúnios, se lhe pusessem num ermo. Criança, iam-lhe os olhos com as sedas e as jóias das mulheres que via na chácara contígua ao pobre quintal de sua mãe; moça, iam-lhe do mesmo modo com o espetáculo brilhante das grandezas sociais. Ela queria um homem que, ao pé de um coração juvenil e capaz de amar, sentisse dentro em si a força bastante para subi-la aonde a vissem todos os olhos. Voluntariamente, só uma vez aceitara a obscuridade e a mediania; foi quando se propôs a seguir o ofício de ensinar; mas é preciso dizer que ela contava com a ternura da baronesa.²⁸⁸

Ou seja, ambos os rapazes não possuem vontade suficiente para alçar novos vôos, suas aspirações são ínfimas, nenhum possui natureza de vencedor, nem tampouco seriam capazes de esforços extras para mudarem suas vidas. Nas palavras de Faoro, a ambição, enérgica, viril, obstinada, leva às montanhas, tanto pela escada da direita, como pela escada da esquerda. Diz ainda que não haja, para embargar-lhe o passo, o bem e o mal; seu ofício é apenas subir e se manter nas alturas²⁸⁹. É essa ambição que faz Guiomar rejeitar esses dois pretendentes – visto que, sendo como são, não têm meios para realizarem o seu sonho, podendo até virem a estorvar seus planos – e é essa a mesma ambição que caracteriza seu escolhido, Luís Alves, um jovem advogado e deputado²⁹⁰.

Este sim reúne as qualidades que Guiomar considera essenciais para merecê-la. Não apenas por seu nível social – que também é dos melhores, mas o que faz o rapaz disparar na frente em sua preferência é seu caráter determinado, sua coragem em enfrentá-la, seu modo frio e resoluto e, principalmente, sua ambição. Aliás, são as mesmas qualidades presentes em Guiomar: “esta presença de espírito de Luís Alves ia muito com o gênio de Guiomar; era um laço de simpatia”²⁹¹. Além dessa atração de “espíritos” entre os dois, Luís Alves sustenta que ama Guiomar, mas ama de seu modo: um “amor um pouco

²⁸⁸ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 70 – 71.

²⁸⁹ FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 19.

²⁹⁰ Weber diz que Machado se delicia ao descrever a figura do bacharel: “São pequenas pinturas, quase caricaturas, que Machado vai esboçando, principalmente em seus primeiros romances e contos, sobre o **bacharel**, jovem normalmente rico, a viver no mais puro ócio, porque não precisava trabalhar – o trabalho escravo, afinal, dava plenamente conta de sua riqueza material”. (WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In: <<http://www.machadodeassis.ufsc.br>>. Acesso em 01 de abril de 2009).

²⁹¹ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 68.

sossegado, não louco e cego como o de Estêvão, não pueril e lascivo, como o de Jorge, um meio-termo entre um e outro, – como podia havê-lo no coração de um ambicioso”²⁹².

Vencidos os obstáculos que se apresentaram, já que a “vontade e a ambição, quando verdadeiramente dominam, podem lutar com outros sentimentos, mas não de sempre vencer, porque elas são as armas do forte, e a vitória é dos fortes”²⁹³, o matrimônio se realiza em um curto espaço de tempo.

Algum tempo depois, os recém-casados relembram “a curta campanha do namoro”:

O destino não devia mentir nem mentiu à ambição de Luís Alves. Guiomar acertara; era aquele o homem forte. Um mês depois de casados, como eles estivessem a conversar do que conversam os recém-casados, que é de si mesmos, e a relembrar a curta campanha do namoro, Guiomar confessou ao marido que naquela ocasião lhe conhecera todo o poder da sua vontade.

– Vi que você era homem resoluto, disse a moça a Luís Alves, que, assentado, a escutava.

– Resoluto e ambicioso, ampliou Luís Alves sorrindo; você deve ter percebido que sou uma e outra coisa.

– A ambição não é defeito.

– Pelo contrário, é virtude; eu sinto que a tenho, e que hei de fazê-la vingar. Não me fio só na mocidade e na força moral; fio-me também em você, que há de ser para mim uma força nova.

– Oh! sim! exclamou Guiomar.

E com um modo gracioso continuou:

– Mas que me dá você em paga? um lugar na câmara? uma pasta de ministro?

– O lustre do meu nome, respondeu ele.

Guiomar, que estava de pé defronte dele, com as mãos presas nas suas, deixou-se cair lentamente sobre os joelhos do marido, e as duas ambições trocaram o ósculo fraternal. Ajustavam-se ambas, como se aquela luva tivesse sido feita para aquela mão.²⁹⁴

Segundo Faoro, a política dava lustro ao nome humilde ou desconhecido e era, entre abastados, modo de fazer alguma coisa, único caminho para não vegetar à toa²⁹⁵. Não bastava ao indivíduo ser rico, para poder participar do poder era necessário entrar para a política, pois só ela garantiria a grandeza. Essa grandeza que dá lustro ao nome, que arranca o sujeito do obscurantismo para

²⁹² ASSIS, Machado. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 67.

²⁹³ Idem, p. 86.

²⁹⁴ Idem, p. 97.

²⁹⁵ FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 126.

torná-lo um sujeito público – à mercê das luzes e ao *status*, que são condições inerentes ao cargo, é a grandeza pretendida e alcançada pelo casal Guiomar-Luís Alves, que, assim, “viveram felizes para sempre”.

4.3 Ainda o “favor”

Na apresentação deste trabalho, bem como no primeiro capítulo, observamos as mudanças que a sociedade oitocentista sofreu ao longo de todo o século XIX. Além do choque entre idéias liberais com o regime escravista, destacamos o empenho do governo do Segundo Reinado em promover uma literatura que pudesse ser considerada nacional. Depois de vermos alguns aspectos da sociedade brasileira em dois romances do referido século, como a importância do matrimônio na vida da mulher, funcionando como mantenedor de fortunas (*A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo); e a punição para quem, ainda que por necessidade, transgredisse as regras impostas por uma sociedade patriarcal (*Lucíola* de José de Alencar), chegamos ao romance deste capítulo, a outro ponto central da formação da sociedade brasileira – que nada mais é que a acomodação de indivíduos “soltos” no novo panorama social que se apresentava.

Esses indivíduos “soltos” a que nos referimos seriam os cidadãos brancos e livres que por um motivo ou outro pertenciam à camada pobre da população. Esses indivíduos, apesar de se considerarem livres, segundo Schwarz, eram pessoas dependentes, que por não serem nem proprietários nem proletários, dependiam materialmente do favor para ingressar na sociedade e obter bens. Recorrendo uma vez mais às palavras de Schwarz para reforçar essa idéia: o acesso aos bens da civilização, dada a dimensão marginal do trabalho livre, se efetivava somente através da benevolência eventual e discricionária de indivíduos da classe abonada²⁹⁶.

Pode-se dizer que três personagens de *A mão e a luva* transitam nesse universo do favor, ainda que de diferentes modos. 1º) Jorge, definido como um

²⁹⁶ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 88.

parasita, herdeiro do nome do pai e de olho na herança da tia, opta por se colocar na posição de dependente desta em vez de andar com as próprias pernas; 2º) Mrs. Oswald – sem família, sem bens – usa de artimanhas e lisonjas com o intuito de melhorar sua posição junto à baronesa; como não obtém êxito, se contenta em manter o que já possui; 3º) Guiomar – também sem família e sem bens – em um golpe de sorte e astúcia, obtém tudo o que almeja, não sem antes viver o conflito – mesmo que por breves momentos – por sua situação de dependente.

Guiomar, dos três citados acima, é a personagem que mais se assemelha ao perfil do indivíduo livre do Segundo Reinado. Órfã, sem profissão – uma vez que deixou os estudos para ir viver com sua madrinha – Guiomar depende inteiramente da baronesa e, portanto, não é dona de si, esta sujeita às vontades de quem a favorece. E é essa tomada de consciência de sua dependência e total obrigação para com sua madrinha que ofende a sua dignidade. Aí começa o dilema de Guiomar. Como já dissemos anteriormente, o que mais incomoda Guiomar ao receber a declaração de amor de Jorge via carta é a possibilidade de ter que sacrificar seus planos em nome dos favores recebidos até então pela madrinha. Esse é o conflito da heroína: “A moça deve obediência irrefletida à sua benfeitora, ou terá direito de levar em conta os seus próprios desejos, de procurar um compromisso entre o seu interesse e os deveres de gratidão?”²⁹⁷. Conforme Schwarz, esse é o dilema central do romance. Para ele o que está em jogo é a concepção do favor²⁹⁸.

Todavia, apesar do caráter ambicioso, fica clara a afeição sincera de Guiomar por sua protetora, pois conforme afirma Schwarz, o movimento da cooptação entrosa cálculos e sentimentos numa mesma aspiração²⁹⁹. A ascensão social é tema bastante discutido, como a ambição é a mola que direciona a moça de nascimento humilde ao caminho do sucesso financeiro/social/individual, que, para Schwarz, é uma ambição posta pelo autor com total isenção de culpa: Guiomar possui uma determinação completamente destituída de tal sentimento. Em nenhum momento do romance a moça demonstra sentir remorso por seus

²⁹⁷ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 99.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem, p. 97.

atos e escolhas³⁰⁰. Essa determinação sem culpa não sofre penalidade, ao contrário, ao final recebe suas compensações. Bem diferente de Lúcia, a heroína de Alencar de que tratamos no capítulo anterior. Esta vive uma vida de autopunição por estar à margem de uma sociedade que ao mesmo tempo em que a renega, mantém seu ofício. A moça é cônica de que jamais será aceita entre os “homens de bem” e encontra na morte sua redenção. Dessa forma, Alencar, ainda que com tom leve, teça crítica à sociedade, dá um fim esperado à “pecadora”.

Schwarz defende que contra as idéias sem pé na terra, e além do mais estrangeiras, e contra o tradicionalismo cego, Machado defende o interesse bem compreendido da sociedade brasileira: é preciso promover uma gente moderna, com iniciativa, dura se necessário, para constituir família segundo princípios positivos, da conveniência dos ricos e dos pobres mais dotados³⁰¹. No caso especificamente desse romance, esses “princípios positivos” a que Schwarz se refere são perceptíveis nas relações construídas: o modo como Guiomar aproveita a oportunidade de deixar de ser uma simples órfã para ganhar todo amor e consideração de uma segunda mãe abastada; o seu desejo ardente de luzimento social direcionando a ele todos os seus passos; a escolha pelo pretendente com objetivos “maiores” e personalidade similar a sua, todas essas ações não interferem na ordem pré-estabelecida. Ou seja, estas ações não estão descomprometidas com o sistema³⁰².

Continuando nas palavras de Schwarz, o paternalismo é sutil, complexo, flexível, não é atrasado, as novas formas de propriedade não são imorais, e as duas esferas não se chocam, antes se completam, irmanadas que estão no

³⁰⁰ Ver Schwarz em Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem” onde diz: “*que a fórmula da dialética de ordem e desordem – resume a regra de vida de um setor capital da sociedade brasileira: o dos homens-livres que, não sendo escravos nem senhores, viviam num espaço social intermediário e anômico, em que não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela*”. (SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem”. In: *Que horas são?* São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 138).

³⁰¹ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 98.

³⁰² Para esse assunto, veja-se este trecho FAORO: “*Se o bem e o mal não têm voz na partida, há, no alto, a falsa e a verdadeira grandeza. Há a integração na camada superior, com o cunho de autenticidade, amoldado o homem aos valores que o absorvem. Tudo acontece quietamente, como se nada houvesse de estranho ou anormal, em obediência ao velho costume e aos usos consagrados. A elite circula, fechando os claros em suas fileiras, para continuar o domínio*”. (FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p.19).

acordo quanto à inépcia dos critérios românticos³⁰³. Ainda segundo o autor, há um conformismo inteligente, que busca dar coerência e mais apuro à expressão dos interesses das classes dominantes.

Vale lembrar que – com exceção do embate entre Guiomar e a dama de companhia de sua madrinha, quando aquela, em algumas ocasiões, de modo imperioso mostra o lugar desta – não há outro conflito de classe. Nessa sociedade de dominantes e dominados, aceitável é uma menina pobre que com todo seu esforço em suceder um ente querido que já se foi, acaba tornando-se mais bem quista que a própria antecessora. Inaceitável é uma serviçal, mesmo que de nível superior, querer se igualar à patroa e às pessoas que a circundam.

Outro ponto também a ser recordado é que quando os jovens se lançam às investidas no intuito de conquistar Guiomar, esta já há algum tempo deixara de ser “simples herdeira da pobreza de seus pais”³⁰⁴, e pelo sim ou pelo não, seu futuro estava garantido pela herança de sua madrinha, mesmo que a tivesse que futuramente dividir com Jorge.

Seus pretendentes também gozam de boa posição, com exceção de Estêvão, que “não era abastado”, pois “nascera pobre e não tinha parente em boa posição”. Mas quisera o destino que Guiomar, com sua “fria eleição do espírito”³⁰⁵, não o considerasse como concorrente dos demais. Com relação à aceitação por parte da madrinha da escolha por Luís Alves, pode-se dizer que tal eleição não comprometia em nada a estrutura familiar, ao contrário, como deputado, trazia prestígio para dentro do seu lar.

Machado, ainda que nesse romance não critique a sociedade através da ironia, que lhe será característica nos romances considerados da segunda fase, compõe, com Guiomar, uma heroína que destoa do caráter inocente e sonhador de outras personagens do mesmo período. Destoa no sentido de desejar e lutar por inserção numa sociedade fechada entre os seus, mas que, como afirma Schwarz, deveria se abrir ao talento dos desfavorecidos³⁰⁶. O próprio Machado traria em sua biografia sócio-intelectual indicações de uma extração social

³⁰³ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 105.

³⁰⁴ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 29.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 100.

diferenciada do conjunto daqueles que compunham majoritariamente a nossa “República das Letras” – a biografia de um homem-livre que ascendeu socialmente³⁰⁷.

³⁰⁷WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In: <<http://www.machadodeassis.ufsc.br>>. Acesso em 01 de abril de 2009.

Considerações finais

Em apenas um século o Brasil nasce como nação; cresce e tem uma adolescência conflituosa alimentada pelo choque entre dois regimes, além da luta pela construção de sua identidade e afirmação perante outras nações; e conquista sua maioridade com a proclamação da República. De simples colônia a país independente; de sistema escravocrata para uma sociedade de homens-livres; de um governo centrado na figura de um imperador a uma administração presidencial. Isso tudo num período aproximado de setenta anos.

A engrenagem que movimentou a sociedade oitocentista funcionou de modo veloz e acarretou alterações profundas na vida do cidadão brasileiro. Este se desloca de uma rotina tranqüila no campo para a efervescência dos centros urbanos, vislumbrando toda modernidade que há pouquíssimo tempo sequer era pensada. Em suma, no século XIX um processo acelerado de mudanças atingiu o mundo, o país, o cidadão brasileiro.

É com o olhar voltado a esse processo que Moreninha, Lúcia e Guiomar foram vistas neste trabalho como a representação, ainda que fracionada, desta sociedade. Consideramos a figura de Moreninha o embrião, o primeiro sinal de que mudanças batiam à porta e que era preciso aceitá-las, não como imposição, mas como elemento norteador para a consolidação, não só de uma nova sociedade moderna, mas sim da própria identidade nacional.

O Brasil, após sua independência, possuía todas as condições para entrar numa nova era de modernidade, pois, como expusemos em capítulos anteriores, o próprio Imperador D. Pedro II seria o primeiro a romper com certos costumes antigos e adotar as novidades que se apresentavam.

Mas, havia um entrave.

O país era sustentado pelo sistema escravista – sinônimo de atraso total.

Moreninha é como esse Brasil. Dotada de inteligência, conhecimento e um olhar mais aguçado em relação ao meio que a cerca, tem todas as características para fazer as coisas acontecerem do seu modo, de tentar galgar uma melhor posição como mulher e dar vazão ao seu espírito livre. Todavia, ela pode ser o que quiser ser, desde que a liberdade e modernidade que a mova não ultrapasse os limites da ilha. Moreninha até pode chegar à ponta do rochedo e

vislumbrar o horizonte a sua frente – a esperar pelo retorno de Augusto. Mas não lhe é permitido ir além, pois a sociedade a que pertence, regida pelo sistema patriarcal, não oferece ainda outras possibilidades a não ser o papel de esposa³⁰⁸. Em outras palavras, Moreninha, assim como o Brasil, já aspira à modernidade e até dá alguns passos em sua direção, entretanto o meio em que está inserida não está preparado para abandonar antigos costumes.

Um pouco adiante, o país já está bastante modernizado e sua população vive intensamente o luxo, o novo, o progresso social e cultural. A Europa, mais precisamente a França, é a menina dos olhos, o modelo ideal para uma sociedade detentora de poder econômico e ansiosa por civilizar-se. Neste contexto surge *Lucíola*.

O espaço do romance de Alencar não tem nada a ver com o ambiente simplório e ingênuo de *A Moreninha*. A situação da mulher aqui já não é de total reclusão e lhe é permitido transitar por caminhos antes impensados. O mesmo acontece com o país. A sociedade brasileira quer deixar para trás qualquer vestígio de atraso e volta seu olhar para outros continentes visando firmar seu lugar.

Mas há um caminho que deve ser trilhado para que Lúcia passe da moça ingênua e pobre para a mais famosa cortesã do Rio de Janeiro. Embora seja bonita por natureza, para exercer sua profissão e fazer o diferencial, deve se aprimorar na fineza, conhecimento e outras qualidades consideradas fundamentais. Lúcia aperfeiçoa-se. E se torna igual ou até melhor que muitas damas representantes da elite social, porém, seu meio de vida é uma nódoa que

³⁰⁸ A efervescência da Corte atrai e assusta ao mesmo tempo o amigo provinciano de Augusto: “Olha, aqui encontramos nas moças mais espírito, mais jovialidade, graça e prendas, porém, nelas não acharemos nem mais beleza, nem tanta constância. Estudemos as duas vidas. A moça da corte escreve e vive comovida sempre por sensações novas e brilhantes por objetos que se multiplicam e se renovam a todo momento, por prazeres e distrações que se precipitam; ainda contra a vontade, tudo a obriga a ser volúvel: se chega à janela um instante só, que variedade de sensações! Seus olhos têm de saltar da carruagem para o cavaleiro, da senhora que passa para o menino que brinca, do séquito do casamento para o acompanhamento de enterro! Sua alma tem que sentir ao mesmo tempo o grito de dor e a risada de prazer, os lamentos, os brados de alegria e o ruído do povo; depois, tem o baile com sua atmosfera de lisonjas e mentiras, onde ela se acostuma a fingir o que não sente, a ouvir frases de amor a todas as horas, a mudar de galanteador em cada contradança; depois, tem o teatro, onde cem óculos fitos em seu rosto parecem estar dizendo — és bela! — E assim enchendo-a de orgulho e muitas vezes de vaidade; finalmente, ela se faz por força e por costume tão inconstante como a sociedade em que vive, tão mudável como a moda dos vestidos.” (MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*: Coleção: Clássicos da Literatura, São Paulo: Klick Editora, [s/d], p. 116).

impossibilita sua inserção na sociedade. Com o Brasil deste período ocorre o mesmo. A escravidão ainda é a base da economia, é ela que diretamente propicia o acúmulo de riquezas e o consumo voraz de toda novidade que por aqui aporta. Mas é ela a mancha que o Brasil carrega e que o coloca na situação de país bárbaro, indigno de ser considerado civilizado pelas nações européias que vivenciavam plenamente a modernidade resultantes das revoluções.

Quando sai publicado o romance *A mão e a luva*, o regime escravista ainda não havia sido abolido - isso só viria a acontecer quatorze anos depois – mas a posição do Brasil perante o mundo já começava a se modificar. Afinal, o país apresentava grandes possibilidades de comércio e isto não passaria despercebido por países que, sabendo deste potencial, fechavam muitas vezes os olhos para a situação desumana dos negros em território brasileiro.

A figura de Guiomar traduz bem esse Brasil. A princípio, moça pobre de origem. No decorrer de sua biografia, num golpe de sorte é amadrinhada por alguém de posses e, independente de sua estirpe, passa a ser um cobiçado partido, tanto para jovens sem recursos como para aqueles provenientes de família tradicional. Já não há mais a questão da moça ser ou não digna de sua nova posição – mas sim o que sua ascensão pode trazer de benefício para a sociedade.

As diferenças entre Guiomar, Lúcia e Moreninha são inúmeras, obviamente. Concebidas por autores com visões distintas entre si, inseridos em momentos diferentes da história do país, voltados a um público de expectativas também diferenciadas, esse “perfis femininos” trazem em si, ainda assim, a síntese da sociedade brasileira da época.

À primeira vista, Moreninha é a que mais se distancia das demais. Por sua ingenuidade, pela ausência de conflito interior e também por sua classe social. Aliás, é sua classe social que determina a carência de conflitos na trama. Ou seja, ela não precisa se prostituir e tampouco usar de artimanhas para ascender socialmente. Sua única preocupação é ser correspondida por Augusto, que no caso possui o mesmo *status* social. Ela nasce em família tradicional e encontra um par a sua altura. Assim a “boa” família, a família considerada ideal pela elite, se perpetua.

Em relação ao espírito independente, ao amor, a sentimentos sem interesses, Moreninha e Lúcia são muito próximas. Amam seus homens e por eles são capazes de reprimir seus impulsos de liberdade somente para tê-los a seu lado. Já Guiomar ama, mas seu amor é “um pouco sossegado”.

No que se refere a conflito interior, das três, Lúcia se sobressai. Seja por sua trajetória de vida, por sua inadequação ao meio em que foi forçada a viver, seja pela desesperança de ser aceita como esposa e mulher arrependida ou pela consciência de que jamais poderia apagar o passado. Em contrapartida, diferentemente de Guiomar e Moreninha, ela é a única que de fato detém as rédeas de sua vida. É independente de pai, irmão, marido, padrinho, ou de qualquer pessoa. Tem seu dinheiro, sua liberdade e poder de decisão sobre seu destino, enquanto a Moreninha cabe cumprir seu papel de filha, irmã e futura esposa; e a Guiomar, para garantir seu futuro, aprender a jogar conforme as situações que vão se apresentando.

Independente do caráter livre de Moreninha e de toda a fibra de Lúcia para conseguir sucesso “no seu mundo”, consideramos Guiomar a que melhor está preparada para enfrentar seu destino. Sua rápida adequação à nova vida, seu pensamento analítico, sua ambição e raciocínio rápido fazem com que o leitor, em vez de condená-la, passe a admirá-la. Sua trajetória não desperta piedade como ocorre com Lúcia – Machado não dá margem para que isso aconteça, e os seus passos sempre bem articulados vão sendo encarados como necessários e naturais. Se o amor desprendido de interesse oferecido por Estêvão ou a ambição individual de Jorge não lhe interessa, isto se dá porque sua “natureza e a sociedade deram-se as mãos para desviar dos gozos puramente íntimos”³⁰⁹. Para Guiomar não basta somente vencer socialmente, pois isto ocorreria casando-se com o sobrinho da baronesa. O que interessa para ela é aliar-se a alguém com a mesma visão para que assim pudessem somar e constituir um novo modelo familiar.

Se Moreninha encantou as “gentis leitoras”, e Lúcia causou comoção, Guiomar viria a ser um alento para aqueles que de uma forma ou outra ascenderam socialmente, visto que há muito tempo a sociedade brasileira já não era formada apenas por cidadãos de famílias tradicionais. Seja pela política,

³⁰⁹ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 71.

apadrinhamento, herança ou outra oportunidade qualquer que o próprio consumismo viria a oferecer, o fato é que sujeitos da mais variada origem e educação ingressavam dia-a-dia num grupo social que por durante décadas fora excessivamente fechado.

Macedo voou como Moreninha – de médico a professor, de literato a político – e lançou o gérmen das novidades na nossa literatura, buscando aclimatar o romance no Brasil; Alencar com toda a responsabilidade de uma classe em suas costas consolidou o romantismo no Brasil, mesmo que de forma arrevesada, como vimos. Mas seria Machado quem viria a compreender e retratar os anseios da sociedade, já em seus primeiros romances, a que faltam, todavia, vivacidade formal pela própria adaptação das personagens à sociedade dominante. A crítica da forma, e da sociedade ficaria, por parte de Machado, para um outro momento. Mas isso também já é uma outra história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. *Cartas a Favor da Escravidão*. (org. Tâmis Parron). Rio de Janeiro: Hedra, 2008.

_____. *Lucíola: um perfil de mulher*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s/d].

_____. *Sonhos d'Ouro*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMORA, Antônio Soares. *A literatura Brasileira – O Romantismo*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

ARMITAGE, John. *História do Brasil desde o período da chegada da família real de Bragança, em 1808, até a Abdicação de D. Pedro I, em 1831*. 6ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1977.

_____. *Crítica Literária*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson Inc., Editores, 1944.

_____. *Dom Casmurro*. São Paulo: Novo Brasil Editora Brasileira Ltda., 1987

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

_____. *Obra Completa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807 – 1869*. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1976.

BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o Indianismo de Alencar. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1974.

BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira*, (Momentos Decisivos), 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ed. Martins, 1969.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1987.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.

_____. *A polêmica Alencar – Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

_____. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d].

_____. *Introdução à Literatura no Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília; FCRB/Senado Federal, 1984.

DE MARCO, Valéria. *O império da cortesia: Lucíola, um perfil de Alencar*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

DEFOE, Daniel. *Moll Flanders*. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1971.

DUMAS FILHO, Alexandre. *A Dama das Camélias*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular S.A., 1965.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.

GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOULART, Mauricio. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Livraria Martins, 1950.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: EDUSP, 2004.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850 – 1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JOZEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 3ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

KAMITA, Rosana Cássia. *Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

KELLY, Celso et al. *Século XIX: o Romantismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1979.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

LAJOLO, Marisa. *Como e por que ler o romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Klick Editora, [s/d].

MARTINS, Wilson. *A crítica Literária no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, Oracy. *Família e Comunidade: um estudo sociológico de Itapetininga*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP. MEC, 1962.

NORTON, Luiz. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.

OLIVEIRA, Carolina Rennó Ribeiro de. *Biografias de personalidades célebres*. São Paulo: Lisa, 1978.

OLIVEIRA, Iara de. *Musas, Ninfas e Serpentes: O Éden Machadiano. Uma abordagem do adultério nos contos de Machado de Assis*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira/UFSC, 1999.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SCANTIMBURGO, João de. *O Brasil e a Revolução Francesa*. São Paulo: Pioneira, 1989.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

_____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem”. In: *Que horas são?* São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

STEIN, Ingrid. *Figuras Femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

WEBER, João Hernesto. *Caminhos do romance brasileiro: de A moreninha a Os Guaianãs*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

WEBER, João Hernesto. *Tradição literária & tradição crítica*. Porto Alegre: Movimento, 2009.

WILHELM, Jacques. *Paris no Tempo do Rei Sol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REVISTAS:

MENDONÇA, Ana Amélia Q. C. de. *Festas Populares do Rio antigo*. (Revista O Cruzeiro), Edição Comemorativa do IV Centenário, 1965.

Brasil – França: contatos e confrontos. In: *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro, Edição do Jornal do Commercio.

INTERNET:

ALENCAR, José de. As Asas de um Anjo. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16675 >. Acesso em 10 de fevereiro de 2009.

AZEVEDO, F. L. N. *Diplomacia Epistolar: correspondência entre Andrés Lamas e o Visconde do Rio Branco*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, Vitória, v. 1, 2002. Acesso em 02 de abril de 2008.

COELHO, Nelly Novaes. *A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina (séc. XIX – séc. XX)*. Disponível em:
<<http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>>. Acesso em 20 de julho de 2008.

<<http://www.cienciaviva.pt/projectos/inventions2003/eca.asp>>. Acesso em 05 de novembro de 2007.

<<http://www.catalogos.bn.br/redememoria/>>. Acesso em 05 de abril de 2009.

<<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/ilu5.html>>. Acesso em 02 de abril de 2008.

<<http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4216.pdf>>. Acesso em 06 de abril de 2008.

WEBER, João Hernesto. Machado de Assis: uma apresentação. In:
<<http://www.machadodeassis.ufsc.br>>. Acesso em 01 de abril de 2009.